

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
IRENÍ APARECIDA MOREIRA BRITO

A IMAGEM DO ESTUDANTE E DO GOVERNO MILITAR NO DISCURSO DO
JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*

Três Lagoas
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
IRENÍ APARECIDA MOREIRA BRITO

A IMAGEM DO ESTUDANTE E DO GOVERNO MILITAR NO DISCURSO DO
JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação – Mestrado – em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, Área de concentração em Estudos Lingüísticos, para obtenção do grau de Mestre em Letras, sob orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti.

Três Lagoas
2007

BRITO, Irení Aparecida Moreira

A imagem do estudante e do governo militar no discurso do jornal **O Estado de S. Paulo**/Irení Aparecida Moreira Brito. Três Lagoas, MS: [s.n.], 2007.
149f; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas, 2007.

Orientadora: Profª. Dra. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti.

1. Semiótica; 2. Discurso; 3. Imagem; 4. Greimas; 5. Jornal **O Estado de S. Paulo**. I. LIMBERTI, Rita de Cássia Aparecida Pacheco. II Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. *Campus* de Três Lagoas. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
IRENÍ APARECIDA MOREIRA BRITO

A IMAGEM DO ESTUDANTE E DO GOVERNO MILITAR NO DISCURSO DO
JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO*

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti (UFGD/UFMS) – Presidente

Profa. Dra. Gláucia Muniz Proença Lara (UFMG) – Membro Titular

Prof. Dr. Paulo Sérgio Nolasco dos Santos (UFGD) – Membro Titular

Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento (UFMS) – 1º Suplente

Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS) – 2º Suplente

Três Lagoas, 11 de dezembro de 2007.

Aos meus pais, João e Emília

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos possibilitou a vida e que nos ajuda a percorrer seus caminhos;

À minha família, base das minhas ações;

À Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti, que soube, muito bem, controlar minhas angústias durante o caminho;

Aos meus amigos, que, de alguma forma, colaboraram nesta etapa do percurso.

Na primeira noite, eles se aproximam e colhem
uma flor do nosso jardim/ e não dizemos nada. /
Na segunda noite já não se escondem: pisam nas
flores, matam nosso cão, / e não dizemos nada. /
Até que um dia o mais frágil deles entra sozinho
em nossa casa, / rouba-nos a lua e, conhecendo
nosso medo arranca-nos a voz da garganta. /E
porque não dissemos nada, já não podemos dizer
nada.

Eduardo Alves da Costa

RESUMO

Este trabalho mostra como o jornal **O Estado de S. Paulo** construiu a imagem do estudante e do governo militar em dois períodos distintos: durante a ditadura militar e ao final do processo de abertura democrática. Buscou-se analisar como os discursos foram construídos nos dois contextos históricos, para representar aqueles dois atores – o estudante e o governo militar – e como o jornal põe em cena, nas notícias, um simulacro da realidade, de forma que os leitores sejam orientados na aceitação de algumas verdades. Utilizou-se como aparato teórico-metodológico a Semiótica greimasiana, bem como as propostas oferecidas por alguns de seus sucessores. O *corpus* é composto por 15 textos: oito deles são notícias integrantes da reportagem de cobertura que **O Estado de S. Paulo** realizou sobre o XXX Congresso da UNE, ocorrido em 12 de outubro de 1968, e sete são notícias que compõem a reportagem de cobertura que o mesmo jornal fez do Comício da Sé, realizado na Praça da Sé em 25 de janeiro de 1984. A pesquisa demonstrou que o enunciador mudou seu ponto de vista tão logo mudou o panorama social e histórico. Durante o regime militar, posicionou-se contrário ao movimento estudantil, como revelaram as estratégias discursivas. Por outro lado, na abertura democrática, o mesmo enunciador demonstrou estar ao lado daqueles que tentavam derrubar o regime militar. Esse aspecto revelou a inconstância do discurso jornalístico e, portanto, sua subjetividade. Nas notícias veiculadas em 1968, o governo militar foi caracterizado de forma positiva, enquanto os estudantes foram caracterizados de forma negativa. Em 1984, a estratégia utilizada foi mencionar o governo militar de forma pressuposta, o que não traz tanta responsabilidade sobre o que se diz, e quanto aos estudantes, o jornal optou por não os mencionar. Nesse outro momento, o jornal não precisava dessa figura para contrapor-se à do governo militar, pois a sociedade representava esse papel. Considerando-se esses aspectos, constatou-se que a leitura que se realiza sobre um fato é sempre passível de manipulação. Toda ação humana envolve uma manipulação do ponto de vista semiótico. Todo destinador tem a possibilidade de *modalizar* seu destinatário, de fazê-lo *crer* em seus valores. É dessa maneira que o discurso *manipula*, independente de sua modalidade.

Palavras-chave: Semiótica; Discurso; Imagem; Greimas; Jornal **O Estado de S. Paulo**.

ABSTRACT

This study demonstrates how O Estado de S. Paulo Journal has built the student and the military government images in two distinct periods: during the military dictatorship and during the final process of the democratic opening. It analyzes how the discourses have been built during both historical contexts, to represent those two actors – the student and the military government – and how the news are highlighted by the newspaper, a reality simulation so that the readers became oriented to accept them as truths. It has been used Greimas Semiotics as the methodological and theoretic basis, as well as the propositions offered by some of his followers. The *corpus* is composed by fifteen texts: eight of them are integrated news from the coverage reports on the UNE XXX Congress, published by O Estado de S. Paulo, in October 12th, 1968, and seven are news which compose the coverage report made by the same newspaper of the Assembly of Sé, that took place in Square of Sé – São Paulo State, in January 25, 1984. The research demonstrated that the announcer changed its point of view as soon as had been changed the social and historical panorama positioning itself, during the military regime, against the student movement as revealed by its discursive strategies. On the other hand, with the democratic opening, the same announcer demonstrates be alongside those who have tried to overthrow the military regime. That showed the inconstancy of journalistic speech and therefore its subjectivity. According to 1968's reports the military government was characterized in a positive way while the students were characterized in a negative way. In 1984 the strategy was to mention the military government so as purported, which doesn't bring as much responsibility for what we say and as for the students, the newspaper had chosen not refer to them. In that moment the newspaper didn't need this figure to contrast to the military government because the society was representing that role. Considering these aspects, it emerged that the reading that takes place on a fact is always open to manipulation. Every human action involves a manipulation according to a semiotic view. Every sender has the possibility to modalize his addressee; to make one believes in his values. This is how the speech manipulates, regardless of its form.

Key-words: Semiotics; Speech; Image; Greimas; O Estado de S. Paulo Journal.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO	13
1.1. O <i>corpus</i>	13
1.2. A opção pelo jornal O Estado de S. Paulo	15
1.3. Sobre o jornal O Estado de S. Paulo	16
1.4. Os acontecimentos	16
1.5. Os atores	18
1.6. Os anos de silêncio	19
1.7. A repressão: a Lei de Censura e os Atos Institucionais.....	20
1.8. O dizer em silêncio	23
1.9. A abertura democrática: o acender das luzes.....	25
1.10. A opção teórica.....	27
CAPÍTULO II – REFLEXÕES TEÓRICAS.....	31
2.1 Sobre a teoria semiótica e sua relação com o discurso do jornal O Estado de S. Paulo	31
2.2. A ideologia e suas marcas no discurso jornalístico	36
2.3. Considerações sobre a mídia	37
2.4. Jornalismo e política: um relacionamento inevitável	41
2.5. Jornalismo e opinião pública: o estabelecimento de um contrato.....	42
2.6. Jornalismo impresso: característica da organização textual	44
2.7. A notícia: um recorte da realidade.....	45
2.8. O compromisso com a objetividade: a ética no discurso jornalístico.....	46
CAPÍTULO III – A IMAGEM DO ESTUDANTE E DO MILITAR NO DISCURSO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	48
3.1. As estruturas fundamentais e suas implicações na significação.....	48
3.2. Os papéis actanciais e as modalizações.....	53
3.3. O percurso passional dos sujeitos e as relações de sentido.....	66
3.4. As marcas da enunciação e a ilusão de objetividade.....	74
3.5. A figurativização e a tematização.....	87
3.6. Convergências e divergências discursivas entre os dois contextos.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100

REFERÊNCIAS	108
--------------------------	------------

ANEXOS	112
---------------------	------------

PARTE I: Notícias veiculadas em 1968

Anexo A – Texto: O Congresso, antes da polícia. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 14 de outubro de 1968.

Anexo B – Texto: Polícia armou esquema na sexta-feira. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 13 de outubro de 1968.

Anexo C – Texto: Congresso fora iniciado na 2ª-feira. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 13 de outubro de 1968.

Anexo D – Texto: Os estudantes não estavam prevenidos. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 13 de outubro de 1968.

Anexo E – Texto: A pacata Ibiúna perde sua paz. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 13 de outubro de 1968.

Anexo F – Texto: No primeiro sítio, êles (sic) não estavam. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 13 de outubro de 1968.

Anexo G – Texto: Presos 720 no congresso da ex-UNE. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 13 de outubro de 1968.

Anexo H – Texto: Polícia achou fácil demais. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 13 de outubro de 1968.

PARTE II: Notícias veiculadas em 1984

Anexo I – Texto: O grande comício. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 26 de janeiro de 1984.

Anexo J – Texto: Sé: multidão, discursos, chuva e música. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 26 de janeiro de 1984.

Anexo L – Texto: Artistas compareceram para cantar e protestar. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 26 de janeiro de 1984.

Anexo M – Texto: Faixas e até bandeiras dos PCs. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 26 de janeiro de 1984.

Anexo N – Texto: Professores esquecem a greve. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 26 de janeiro de 1984.

Anexo O – Texto: Montoro, o mais vaiado do comício. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 26 de janeiro de 1984.

Anexo P – Texto: Para Ackel, é reação de perdedor. Jornal **O Estado de S. Paulo**, 26 de janeiro de 1984.

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se de uma análise, que tem como suporte teórico a teoria semiótica greimasiana, de notícias veiculadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em dois contextos históricos: a Ditadura Militar e o final do processo da abertura democrática no Brasil. As notícias referem-se a dois episódios: o XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna/SP, no dia 12 de outubro de 1968, e o Comício da Sé, ocorrido em 25 de janeiro de 1984 na Praça da Sé em São Paulo. Para a seleção desse *corpus*, considerou-se que os textos tratam de dois dos episódios mais representativos das singularidades de cada um dos períodos em questão. Objetivou-se verificar de que forma o jornal **O Estado de S. Paulo** construiu a imagem do estudante e do militar nos dois momentos. A análise partiu da hipótese de que, em conformidade com o contexto histórico, o jornal mudou suas estratégias discursivas, produzindo simulacros diferentes dos mesmos atores.

Considerando que a teoria semiótica propõe a análise de um texto por meio da organização deste em níveis, foi construído o *percurso gerativo de sentido*, destacando-se o plano de conteúdo, em seus níveis fundamental, narrativo e discursivo. No nível fundamental destacam-se as oposições semânticas de base e as relações por elas estabelecidas na passagem para o nível seguinte, o narrativo. Neste, tratam-se dos aspectos relacionados às *modalizações* dos sujeitos, com destaque para as *modalizações* do *ser* e os aspectos *passionais* que aparecem de forma acentuada nos discursos analisados. Do nível discursivo, tomam-se as projeções da enunciação e os revestimentos figurativos e temáticos, tendo em vista que contribuem para a geração de um efeito de sentido, juntamente com os demais elementos. Nesse sentido, elucidam-se os aspectos relacionados ao contexto¹, já que a semiótica, com base nos estudos da enunciação, propõe, além da análise interna, uma análise externa do texto, que trata das condições de produção deste.

Nesta pesquisa, portanto, o sentido se constrói por meio da relação entre os aspectos internos e externos ao texto. Dos aspectos externos que contribuem para a significação destacam-se as questões sócio-político-ideológicas que determinam a ordem a ser seguida pelo discurso. Assim, ao analisarem-se textos veiculados em contextos distintos, busca-se identificar as

¹ Neste trabalho, utiliza-se a palavra contexto quando se faz referência à situação em que o discurso se insere, seja ela social, cultural, política ou histórica.

diferenças discursivas que se estabeleceram no *corpus* e de que forma contribuíram para a construção da imagem do estudante e do governo militar em contextos históricos distintos.

Isso posto, neste trabalho os aspectos sócio-político-ideológicos atravessam a teoria semiótica, possibilitando o desvendamento de sentidos que por muito tempo permaneceram sob uma “cortina de fumaça”, sem representação no espetáculo discursivo. Assim, elementos como censura e repressão agregam-se ao modelo semiótico utilizado, constituindo-se como elementos de significação.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro situa a pesquisa na história e nas condições sociais dos contextos históricos estudados; descreve o *corpus* selecionado para análise; justifica a escolha deste e demonstra os motivos que implicaram na escolha do aporte teórico. No segundo capítulo, apresentam-se as reflexões teórico-metodológicas que servem de suporte para as análises, destacando-se o modelo teórico utilizado, a relação entre a teoria semiótica e o discurso do jornal **O Estado de S. Paulo**, bem como as implicações ideológicas no discurso jornalístico. Deste capítulo constam, também, algumas reflexões acerca da relação entre mídia e sociedade, enfocando-se a interseção entre jornalismo e política e entre jornalismo e opinião pública. Tratam-se, ainda, das características da organização textual do jornalismo impresso; as singularidades que fazem com que a notícia seja um recorte do real e a problemática que envolve a objetividade e a ética no discurso jornalístico. O terceiro capítulo traz as análises e a demonstração dos resultados obtidos, com destaque para as divergências e as convergências existentes entre as duas situações discursivas em discussão.

Para organizar sequencialmente as análises procedeu-se à apresentação das notícias por meio de seus títulos. As citações de trechos dessas notícias se dão por meio de parágrafos numerados, que permitem uma melhor organização do sentido por parte do enunciador.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. O *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é composto por 15 textos produzidos em momentos históricos distintos. A primeira parte é um conjunto de oito notícias integrantes da reportagem de cobertura que o jornal **O Estado de S. Paulo** realizou do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido em 12 de outubro de 1968 na cidade Ibiúna/SP. Extinta em 16 de abril de 1964, a UNE atuava na clandestinidade e seus líderes consideraram Ibiúna um lugar seguro para a realização do Congresso. O acontecimento movimentou os veículos de comunicação, fazendo surgir vários discursos geradores de diversos sentidos de acordo com o tipo de interpretação que deles se fizeram.

Considerando que a veiculação desses discursos ocorreu em um momento de censura, acredita-se que muitos sentidos não afloraram e que muitas das operações realizadas pelo enunciador naquele momento não foram percebidas. Hoje, aproximadamente 40 anos depois do XXX Congresso da UNE, propõem-se análises que façam emergir os sentidos que, naquele período, não eclodiram durante os trabalhos de interpretação. Na busca dos sentidos que foram “apagados” pela censura, selecionaram-se os 15 textos de **O Estado de S. Paulo**. Tomou-se como texto principal a notícia intitulada O congresso, antes da polícia. Os demais artigos funcionam como meio de corroborar as afirmações feitas com base nesse texto. Procedeu-se dessa forma porque esse texto agrega os elementos necessários para análise. Trata-se de uma notícia que traz a narrativa completa do episódio, sem fragmentações, enquanto os outros textos complementam as informações sobre o episódio, o que justifica a utilização de um texto principal para fins comprobatórios.

A outra parte do *corpus* é composta por sete² notícias que compõem a reportagem de cobertura que o jornal **O Estado de S. Paulo** fez do comício, realizado na Praça da Sé, em 25 de janeiro de 1984. O Comício da Sé, como ficou conhecido, foi um dos eventos mais representativos da campanha pelas *Diretas Já*, movimentando todos os seguimentos da sociedade brasileira. Foi organizado por intelectuais, artistas, sindicalistas, estudantes e políticos que faziam oposição ao Regime Militar. O acontecimento mobilizou todos os veículos de comunicação da época. Como o discurso naquele momento começava a seguir uma nova ordem, surgiram estratégias discursivas guiadas por valores relacionados à liberdade, sem as coerções que o atravessavam havia bem pouco tempo. Assim sendo, o discurso estava livre das “amarras” que o cerceavam nos “anos de chumbo”. Essas condições motivaram a opção pelas notícias sobre o Comício da Sé para fazer parte do *corpus* desta pesquisa.

Escolheu-se como base da análise a notícia denominada O grande comício, porque, assim como se procedeu na seleção da primeira parte do *corpus*, o artigo traz a narrativa completa do episódio, servindo as demais notícias para completar as informações e para ratificar o que se demonstra na análise.

Outro aspecto a ser ressaltado é que os textos são em preto e branco, tendo em vista a época de sua veiculação. Eles são apresentados, nesta pesquisa, nos Anexos. A reprodução foi realizada com a utilização de *scanner*, em busca de um máximo de fidelidade à publicação original. No entanto, algumas matérias tiveram que ser fragmentadas, a fim de facilitar a leitura. Elas são mencionadas na análise de acordo com seus títulos. Os textos que foram fragmentados também são apresentados, porém em tamanho reduzido, na íntegra, para que se tenha uma visão da notícia em sua totalidade.

² Observou-se que durante a cobertura do XXX Congresso da UNE o jornal **O Estado de S. Paulo** produziu notícias mais extensas e detalhadas, em razão da natureza do fato narrado. A observação e a espreita fazem com que a primeira narrativa seja mais detalhada. As notícias precisavam descrever as etapas da prisão dos participantes para enaltecer e valorizar a ação da polícia. Por outro lado, percebeu-se que a narrativa de cobertura do Comício da Sé foi tão-somente informativa, o que se percebe pela menor quantidade de notícias. Dessa forma, justifica-se o fato de a primeira análise ser mais extensa, já que é composta por oito textos. Além disso, são narrativas mais longas. A segunda é menos extensa, sendo composta por sete textos com narrativas curtas.

1.2. A opção pelo jornal O Estado de S. Paulo

Ao se trabalhar com o texto jornalístico, é necessário considerar a inserção deste no espaço público da comunicação, por relatar e comentar acontecimentos surgidos em meio a esse contexto. Além disso, esse gênero textual pode, de alguma forma, influenciar a opinião pública, sabendo-se que esta é levada em conta pelo enunciador no momento da produção do texto. Assim, se estabelece uma influência inter-relacional entre o enunciador e o público.

Nessa perspectiva, decidiu-se trabalhar com textos do jornal **O Estado de S. Paulo**, tendo em vista tratar-se de um dos jornais mais antigos do País e que é lido por parcela significativa da população brasileira, participando ativamente da vida nacional, seja ela política, social ou cultural. Essas características foram decisivas na escolha desse veículo de comunicação como objeto de análise. A relação com a política e com o poder leva a crer que os discursos produzidos por essa instância enunciativa são influenciados pelos poderes e pelos interesses que apresenta e representa.

Ao discorrer sobre a lógica simbólica, Charaudeau (2006, p.16) menciona que esta é “a maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem às suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentidos”. Nesse sentido, percebe-se que os valores representados pelo jornal **O Estado de S. Paulo** participam de suas trocas sociais e com as quais está envolvido. Tais valores são filtros que controla a forma de apresentação das notícias e define as escolhas lingüísticas que tecerão a linha discursiva do jornal. Este trabalho busca demonstrar como se reflete, nos discursos produzidos pelo jornal, essa filtragem.

1.3. Sobre o jornal **O Estado de S. Paulo**³

O **Estadão**, como é conhecido o jornal **O Estado de S. Paulo**, faz parte do grupo Estado, que controla vários veículos de comunicação. Seu primeiro exemplar circulou em 4 de janeiro de 1875, durante o Império, denominando-se ainda **A Província de São Paulo**. Com o nome atual, passou a circular a partir de 1890. Foi fundado como um diário republicano cujo objetivo inicial era combater a monarquia e a escravidão. Lideradas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, 16 pessoas foram responsáveis por sua fundação. Foi o primeiro jornal a engajar-se no ideário republicano e abolicionista. Em 1902, tornou-se propriedade de Júlio de Mesquita, redator desde 1885 e genro de um dos 16 fundadores.

Em face de seu engajamento político, o **Estadão** apoiou o movimento militar de 1964, por entender que se tratava de uma intervenção transitória. Porém, segundo publicações sobre o jornal em seu próprio *site*, quando se evidenciou a intenção dos militares em permanecerem no poder, o **Estado** retirou seu apoio e passou a fazer-lhes oposição. Esse fato fez com que, a partir de 1968, começasse a ser censurado, resistindo às pressões censórias por meio da publicação de poemas de Camões em lugar das notícias proibidas. Essa censura só foi retirada em 1975, com um projeto de distensão política do general Ernesto Geisel.

O **Estadão** continuou como um dos líderes do setor e, juntamente com a agência Estado e o **Jornal da Tarde**, realizou, em 2001, a fusão dos *sites*, formando o portal Estadao.com.br, veículo informativo que superou, em 2003, a marca de um milhão de visitantes mensais, obtendo a liderança em consultas a veículos de jornalismo em tempo real no Brasil.

1.4. Os acontecimentos

Os acontecimentos que deram origem aos discursos aqui analisados distanciam-se do momento da análise. Situam-se em 1968 e em 1984, dois períodos que marcaram a história do

³ Estas informações baseiam-se em dados contidos no histórico do jornal **O Estado de S. Paulo**, em publicação *on-line* no portal www.estadao.com.br.

Brasil. Como todo acontecimento histórico causa ruídos que tecem os fios do discurso, gerando muitos significados, ele constitui um campo fértil para as análises lingüísticas.

No ano de 1968 os comportamentos passaram por uma revolução e os movimentos estudantis intensificaram-se no mundo inteiro, com destaque para a França, país palco de inúmeras manifestações no mês de maio do referido ano. De acordo com Couto (2003, p.89), no ano de 1968 “há uma rejeição ao estabelecido, visto como velho, obsoleto, superado. Quer-se o novo, vale o novo. Quer-se a ‘imaginação no poder’. A voz de comando é por idéias libertárias. A proposta é a de construir uma utopia da liberdade”. Balizando-se por esses aspectos, selecionou-se um acontecimento daquele período: o XXX Congresso da UNE, encontro ocorrido, clandestinamente, no dia 12 de outubro de 1968 em Ibiúna, interior de São Paulo. Por se tratar de um evento de grande porte, foi impossível manter a clandestinidade. A polícia desbaratou o Congresso, prendendo centenas de estudantes, inclusive os líderes.

Por outro lado, os acontecimentos de 1984 foram o encontro da população com os valores dos quais havia sido expoliada. Os comícios tornaram-se espetáculos, festas, símbolos da liberdade. O final do Regime Militar construiu outros significados para a história do País. Circulavam outras formações discursivas, o imaginário social mudou e, concomitantemente, as estratégias discursivas transformaram-se, sobretudo na mídia.

A campanha pelas *Diretas Já* é considerada, pelos historiadores, o maior movimento cívico do País. Os acontecimentos em torno desse momento envolveram toda a sociedade, contando, assim, com o aval da opinião pública. Havia também a cobertura total por parte da mídia. Esse fato também motivou a escolha de um episódio inscrito no período para constituir a outra parte do *corpus* deste trabalho. Dentre os eventos mais significativos da época, optou-se por um comício considerado um dos maiores da história do Brasil, ocorrido no dia 25 de janeiro de 1984, em São Paulo, reunindo cerca de 300 mil pessoas na Praça da Sé. “Os comícios se transformaram em grandes acontecimentos culturais de interesse e projeção nacionais. (...) Crescentemente, a imprensa passa a destacar o movimento das ‘Diretas Já’. (...) Não há como ignorar acontecimentos dessa dimensão, sob pena de perda de credibilidade” (COUTO, 2003, p. 326).

Tendo em vista o interesse da imprensa e da população pelos eventos em questão, a análise das notícias referentes ao XXX Congresso da UNE em 1968 e ao Comício da Sé em 1984 possibilitará uma visão da organização discursiva dos dois períodos, para que se demonstrem os

mecanismos utilizados pela mídia na transmissão do que ocorre na realidade social. Esses mecanismos impõem ao enunciatário o simulacro que os enunciadores constroem do espaço público.

1.5. Os atores

Neste trabalho considera-se, além da importância histórica dos episódios em questão, a importância dos atores envolvidos e realçados nos relatos e nos comentários tecidos pela mídia. Considerando o destaque dado aos estudantes e ao governo militar, optou-se por analisar o tratamento que o discurso jornalístico dispensou a esses atores.

Em relação aos primeiros, pode-se dizer que nunca tiveram uma participação tão intensa na vida política como no período em que o Brasil esteve sob o regime militar. Os movimentos estudantis fizeram oposição acirrada à nova situação política. Os estudantes organizaram-se em todas as instituições de ensino brasileiras e em todos os níveis, desde as universidades até as escolas secundárias, denunciando os acordos realizados pelo MEC, reivindicaram mais verbas e melhores condições de ensino. Para tanto, reestruturaram suas entidades de base e realizaram congressos clandestinos. A repressão a esses movimentos avançou por todo o País, invadindo celebrações de missas, passeatas e qualquer tipo de manifestação reivindicatória. Os estudantes mantiveram suas ações, mesmo havendo repressão, contando para isso com o apoio de diversos segmentos da sociedade, entre eles: artistas, intelectuais, parlamentares, padres e setores da classe média. Em razão de sua atuação na luta pela liberdade de expressão, os estudantes foram um dos principais alvos da ditadura militar.

Quanto ao governo militar, pode-se dizer que essa denominação é, semanticamente, muito “carregada”. Esse termo foi e é alvo de debates, justificativas e condenações e, até hoje, não é pronunciado com tranquilidade e imparcialidade. Essa expressão não é muito usada pelos meios de comunicação, tendo lugar privilegiado nos livros de História. A relação da sociedade brasileira com a figura do governo militar ainda é conflituosa, porém, nos dois períodos mencionados neste trabalho, era ainda pior.

1.6. Os anos de silêncio

Este é tempo de divisas, tempo de gente cortada... É tempo de meio silêncio, de boca gelada e murmúrio, palavra indireta, aviso na esquina (Carlos Drummond de Andrade).

O período compreendido pelos anos de 1964 a 1985 constitui-se no mais denso e tenso da vida social e política do Brasil, época em que o regime militar permaneceu no poder. Trata-se de um período que pode ser dividido de acordo com o seu nível de tensão: o primeiro momento compreende os anos de 1964 a 1974, em que predominou a “linha dura”; e o segundo abrange os anos de 1974 a 1985, marcado pela transição lenta e gradual do regime autoritário para o democrático. Conforme Couto (2003, p. 34), “o projeto era de distensão lenta, gradual e segura do regime. Distendê-lo, obviamente, significava reduzir sua tensão. Mas significava, também, sua permanência, claro. Não sua substituição”. Assim, como o regime continuava autoritário e militarizado, o conflito, a contestação e a oposição ao regime político vigente caracterizaram aquele espaço de tempo, sendo os dez primeiros anos os mais turbulentos.

Na primeira fase do regime, a população não podia expressar-se livremente, a imprensa “calou-se”, qualquer tipo de manifestação cultural era censurada, direitos políticos deixaram de existir, bem como direitos de cidadania. Os Atos Institucionais e a força das armas baniam os inimigos do regime. O Brasil transformou-se sob a égide do medo e do silêncio, revelados, sobretudo, no repertório musical do período. Muitas letras de músicas apresentam a existência da censura, como a canção seguinte, de Chico Buarque, gravada em 1970:

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu
Você que inventou esse estado
E inventou de inventar
Toda a escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
O perdão.

Esse estilo de compor representa a presença da censura e a contestação que marcou o período do regime militar. Nessa letra, o compositor utilizou os implícitos, um recurso discursivo predominante nas composições da época. Mesmo com a proibição de filmes, músicas e shows, com artistas presos e exilados, a oposição permaneceu.

De acordo com Fiorin (1988, p.01),

A repressão exerceu-se em dois níveis complementares. Num primeiro momento, procurou-se eliminar a contestação ao regime por meio da tortura, das prisões, das cassações, da triagem ideológica, da intervenção dos sindicatos, etc. Num outro, tentou-se ocultar da sociedade, pela censura, tanto a verdadeira natureza do regime como os sinais de oposição ao estado de coisas implantado no país.

Nessa nova ordem, os direitos do Estado prevaleciam sobre os direitos do cidadão e o poder político estava nas mãos das forças armadas. Interessavam, à sociedade conservadora e dominante, os objetivos dos militares. Criou-se o Sistema Nacional de Informações (SNI), uma vasta rede de informações que funcionava em todos os órgãos do governo, na área militar e nos movimentos operário e estudantil. Esse órgão vigiava a vida dos cidadãos considerados perigosos à segurança nacional. Cometer qualquer ato que contrariasse as decisões do governo militar significava cometer um crime que deveria ser punido pelos tribunais militares.

A segunda fase do regime militar, iniciada em 1974, caracterizou-se pela liberdade vigiada. Os militares controlavam a transição para um regime civil. Nesse período, a censura à imprensa começou a ser aliviada e os órgãos responsáveis pela informação e pela repressão perdiam o poder, que começou a passar para as mãos da sociedade civil, iniciando seu retorno ao campo político.

1.7. A Repressão: a Lei de Censura e os Atos Institucionais⁴

Oco de pau que diz: eu sou madeira, beira
Boa, dá vau, triztriz, risca certa
Meio a meio o rio ri, silencioso, sério
Nosso pai não diz, diz: risca terceira

⁴ As informações contidas neste item baseiam-se em: FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EDUSP 1999.

Água da palavra, água calada, pura
 Água da palavra, água de rosa dura
 Proa da palavra, duro silêncio, nosso pai,
 Margem da palavra entre as escuras duas
 Margens da palavra, clareira, luz madura
 Rosa da palavra, puro silêncio, nosso pai

Meio a meio o rio ri por entre as árvores da vida
 O rio riu, ri por sob a risca da canoa
 O rio riu, ri o que ninguém jamais olvida
 Ouvi, ouvi, ouvi a voz das águas
 Asa da palavra, asa parada agora
 Casa da palavra, onde o silêncio mora
 Brasa da palavra, a hora clara, nosso pai
 Hora da palavra, quando não se diz nada
 Fora da palavra, quando mais dentro aflora
 Tora da palavra, rio, pau enorme, nosso pai.

As palavras de Caetano Veloso e Milton Nascimento, metaforicamente, afirmam: o “o rio ri, silencioso, sério”, a “asa da palavra” está “asa parada agora”, a “casa da palavra” é “onde o silêncio mora”, descrevendo o período de repressão, que significou para os cidadãos brasileiros a ausência de liberdade de expressão. Ela só existia para aqueles que estivessem alinhados ao regime militar.

O golpe de 64 apareceu das sombras da democracia. Os golpistas afirmavam que acabariam com a corrupção e com o comunismo, porém o que se seguiu a 1964 não lembrava um regime democrático. A perseguição às pessoas consideradas subversivas, contrárias ao regime, foi acirrada, sendo os principais alvos estudantes e comunistas, descritos como os inimigos da pátria.

A consolidação do sistema de repressão deu-se a partir da criação dos Atos Institucionais. O AI-1, editado em 9 de abril de 1964, manteve a Constituição de 1946, no entanto realizou várias modificações em seu texto. Com base nas medidas baixadas por esse Ato, os estudantes tiveram a sede da UNE invadida e queimada em abril de 1964 e, a partir desse mesmo ano, a instituição passou a atuar na clandestinidade.

A criação do Serviço Nacional de Informações, o SNI, em junho de 1964, consolidou o controle da sociedade. O órgão estava apto a investigar a vida de todos os brasileiros. Quem violasse as regras vigentes sofreria as sanções previstas na lei. Foram editados ainda os Atos Institucionais 2, 3, 4 e 5, para reforçar os poderes atribuídos ao Executivo. Esses Atos feriam os

princípios básicos da democracia, pois os direitos dos cidadãos eram regidos por normas temporárias, passíveis de alteração no momento em que houvesse necessidade. Além disso, suspenderam-se as imunidades parlamentares e o comando da revolução de 64 foi autorizado a cassar mandatos em qualquer nível e suspender direitos políticos pelo prazo de 10 anos. Os Atos também viabilizaram a criação de inquéritos policial-militares contra aqueles que praticassem crimes contra o Estado e seu patrimônio e contra a ordem política e social, ou que cometessem ações consideradas revolucionárias. Esses fatos contribuíram para a articulação da oposição, que aumentou as mobilizações contra o governo. As principais manifestações ocorreram em 1968. Surgiram os grupos de luta armada e foram realizadas muitas passeatas, entre elas, a Passeata dos 100 mil, a mais expressiva do período.

Tais acontecimentos fizeram com que a “linha-dura” militar viabilizasse novos meios para coibir a subversão como, por exemplo, a instituição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, quando o presidente Artur da Costa e Silva fechou o Congresso Nacional. O AI-5 significou o poder absoluto do governo militar; ele não mais dependia da aprovação do Congresso para tomar decisões. O poder concentrou-se nas mãos daqueles que estavam no comando dos órgãos de vigilância e de repressão. Além disso, estabeleceu-se a prática da censura aos meios de comunicação. A tortura tornou-se um dos principais métodos de repressão. A imprensa passou a ser vigiada e muitas matérias que poderiam “difamar” e afetar o governo foram proibidas. Isso também era válido para novelas, filmes e publicações em geral. Se as pessoas que trabalhavam com comunicação fossem colocadas sob suspeita, eram levadas à sede do Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Com frequência, saíam de lá mortas, ou então desapareciam. Foi “o caso do jornalista da TV Cultura, Vladimir Herzog, que foi intimado a comparecer no DOI-CODI e saiu morto, sendo sua morte apresentada como suicídio por enforcamento” (FAUSTO, 1999, p. 491).

Muitas pessoas foram exiladas durante a vigência do AI-5: professores, artistas, escritores e políticos que faziam oposição ao regime militar. Esse Ato foi revogado em 1979, pela Emenda Constitucional nº 11, aprovada pelo presidente Ernesto Geisel, porém a decisão por sua extinção saíra no final de 1978. A partir de 1979, o Congresso Nacional voltou a funcionar, os direitos dos cidadãos foram restabelecidos e a imprensa, assim como a população, voltou a expressar-se mais livremente. Foram instituídos, ainda, mais nove Atos Institucionais, contudo nenhum teve a força repressiva do AI-5.

1.8. O dizer em silêncio

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.
(João Cabral de Melo Neto)

Durante o regime militar, o jornalismo precisou rever suas estratégias discursivas para não sofrer punições da censura. Era impossível falar abertamente. Era necessário noticiar os fatos sem contrariar a ideologia dominante, manipulando a linguagem com muito cuidado. A imprensa não era autônoma para relatar os acontecimentos, dando-lhes a direção de sentido que quisesse. Passou-se a utilizar um discurso cauteloso, no qual o que não estava dito era o que mais significado adquiria após uma leitura mais detida. Dessa forma, para construir sentidos, era relevante ler as entrelinhas, as pressuposições, ouvir as várias vozes do discurso, percebendo quais mecanismos enunciativos faziam parte da organização textual. O enunciador dirigia-se ao enunciatário transmitindo sua ideologia de forma sutil, implícita, fazendo-o construir um sentido baseado em pressuposições e em subentendidos.

Em **Semântica estrutural**, Greimas (1966, p. 180) afirma que “toda manifestação, na medida em que se desenvolve como um discurso comporta, implicitamente, seus próprios modelos de organização”. Além de deixar implícitos tais modelos, os discursos que circulavam na vigência da ditadura militar dissimulavam, também, conteúdos. O enunciador aprisionava o enunciatário nas malhas de seu discurso para convencê-lo de sua argumentação e, assim, transmitia sua ideologia.

Nessa época de censura, como os meios de comunicação não podiam revelar-se contrários ao sistema político vigente, elaboravam uma argumentação que fazia o interlocutor pressupor idéias e a partir daí formular sentidos. Assim, o silêncio, o que não estava dito, também determinava o sentido. Aquilo que era proibido dizia-se por meio do silêncio. Foi a forma que a

imprensa e outras mídias encontraram para combater a censura. O não-dizer ou o deixar implícito foi também o recurso utilizado por escritores, editores e músicos. Sobre esse aspecto, Steiner (1988, p. 58) pondera que “falar, assumir a privilegiada singularidade e solidão do homem no silêncio da criação, é perigoso. Falar com a força máxima da palavra, assim como o faz o poeta, é sumamente perigoso”. Ao relacionar a proposição de Steiner à realidade pela qual o Brasil passou durante o regime militar, percebe-se que a sociedade brasileira vivenciou a crise da palavra. Essa crise aconteceu de forma mais acentuada no discurso jornalístico e nas letras de música, como demonstrado no trecho a seguir, extraído da música Cálice, composta por Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil, em 1973, e interpretada por Caetano Veloso.

Como beber dessa bebida amarga
 Tragar a dor, engolir a labuta
 Mesmo calada a boca, resta o peito
 Silêncio na cidade não se escuta
 De que me vale ser filho da santa
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 Tanta mentira, tanta força bruta.

O enunciador utiliza a metáfora do cálice, remetendo-se à forma verbal cale-se. O calar-se era a nova ordem do discurso no período do regime militar. O dizer estava submetido às coerções impostas pelo sistema político. Nesse contexto, o discurso jornalístico, para driblar a censura, especificamente tratando-se do jornal **O Estado de S. Paulo**⁵, usava a publicação de receitas culinárias e de poemas de Camões no lugar de matérias que foram censuradas, manipulando, estrategicamente, o silêncio e os dizeres implícitos para chamar a atenção do leitor. O recurso mais à mão era dissimular informações que, no aspecto superficial do texto, reconheciam o silenciar. Nos textos que circularam na época da ditadura militar, os autores, valendo-se desse recurso, não se comprometiam com o que estava dito e escrito, ficando a responsabilidade por extrair as informações ao leitor. Este deveria ler as entrelinhas do discurso e resgatar o que estava por trás das palavras. Sobre esse assunto, Platão e Fiorin (1998, p. 241) ponderam que:

Um dos aspectos mais intrigantes da leitura de um texto é a verificação de que ele pode dizer coisas que parece não estar dizendo: além das informações explicitamente

⁵ Não se teve acesso a nenhum exemplar de **O Estado de S. Paulo** que fizesse uso dessa estratégia. Entretanto, essa informação foi obtida no próprio *site* do jornal, mencionado nas referências apresentadas ao final deste trabalho.

enunciadas, existem outras que ficam subentendidas ou pressupostas. Para realizar uma leitura eficiente, o leitor deve captar tanto os dados explícitos quanto os implícitos.

Essas estratégias são ambíguas, fazendo com que o discurso torne-se opaco, não-transparente. No contexto em que é produzido, o silêncio diz o que não pode ser dito. Durante a repressão, ele era um outro discurso, o proibido, e por isso adquiriu um sentido de resistência. Silenciar é não dizer alguma coisa que o enunciatário espera que seja dita. O fato dessa expectativa não ser satisfeita é que gera o outro sentido objetivado pelo enunciador, fazendo o silêncio significar.

Durante a ditadura militar, a sociedade assimilou o conceito de censura e a relação do cidadão com o dizer assumiu outros significados. As estratégias discursivas baseavam-se na técnica do não-dizer. Essa foi a forma encontrada para resistir, sem, no entanto, deixar transparecer tal resistência. Segundo Orlandi (2005, p. 83), “esse silêncio pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”. Assim, o jornalismo assumiu uma posição de destaque. Afinal, tendo condições de formar a opinião pública, foi a base do movimento de resistência à ditadura militar.

1.9. A abertura democrática: o acender das luzes

Em 15 de março de 1985, o Congresso Nacional entrega formalmente o poder ao vice-presidente José Sarney. É o fim do regime militar e o começo da Nova República. A volta dos militares aos quartéis, dos civis ao poder e do país à democracia política (COUTO, 2003, p. 399).

Depois da independência do Brasil em 1822, acredita-se que a abertura democrática foi o momento mais importante para a liberdade do País. Ela marcou o reencontro dos cidadãos com seus direitos, fossem eles civis ou políticos. Os protestos arrefecem e os choques entre civis e militares perdem força. Pode-se afirmar que o período de abertura configura-se, sobretudo, pelo

reencontro da sociedade com o direito de dizer, de falar livremente, retornar à liberdade de expressão.

É este aspecto, o que se refere à livre expressão, um dos focos deste trabalho. Fala-se desse período para situar o leitor acerca do momento, da situação de enunciação a partir da qual emerge uma parte dos discursos analisados. Enquanto o regime militar impôs uma ordem para silenciar, a democratização fixou a ordem para liberar, deixar falar. Todavia, o processo de abertura não foi rápido, conforme observa Couto (2003, p.133):

(...) a abertura brasileira vem em doses homeopáticas, às vezes com retrocessos ou paralisações. Apesar de muito longa, é crescentemente reconhecida e creditada a seus idealizadores e executores militares e civis como um projeto de sucesso. Afinal, a ditadura foi se apagando de forma controlada e concertada; as forças armadas entregaram o poder de modo não traumático (...).

O processo de abertura política começou quando o País era governado pelo general Ernesto Geisel, que não se entendeu com as forças de repressão e acabou demitindo o então ministro do Exército, general Sylvio Frota. O fato gerou conflitos no governo, fazendo o processo de democratização evoluir. “No campo político, a inflexão é no sentido de liberação, processo que começa no governo Geisel e se arrasta por onze anos, até o final do governo Figueiredo, 1985, quando o país volta à democracia política, sob governo civil” (COUTO, 2003, p. 133).

A partir do governo Geisel o sindicalismo passou a atuar de forma independente, tanto governamental quanto partidário. Em 1978, ano em que se decidiu pelo fim do AI-5, a abertura democrática começou a ser vista como algo concreto. Esse Ato Institucional, de acordo com Couto (2003, p. 251), “coagiu, desfigurou e empobreceu a representação política. Porém, mais que tudo, foi instrumento de intimidação e limitação da liberdade, inclusive do poder judiciário”. Ele era um meio de legitimação do regime militar. Com fim do AI-5, iniciou-se um período de euforia diante da iminente liberdade. As manifestações públicas passaram a ser freqüentes, com a participação intensa da sociedade civil.

1.10. A opção teórica

A mídia possui uma forma singular de construir sentidos. Os textos midiáticos, especialmente os jornalísticos, possuem um estilo discursivo que, para ser analisado, solicita uma teoria que abarque o todo, considerando seus aspectos internos e externos. Como é impossível analisar o discurso jornalístico sem considerar essa dualidade, optou-se pela teoria semiótica greimasiana, que aparece como um dos modelos teóricos mais pertinentes a esse tipo de análise.

Utilizando as palavras de Barros (2001, p. 5), pode-se dizer que o objetivo deste trabalho “é integrar por meio da enunciação uma abordagem interna do texto, indispensável para que se reconheçam os mecanismos e regras de engendramento do discurso, com a análise externa do contexto sócio-histórico, em que o texto se insere e de que, em última instância, cobra sentido”. Apesar de ter sido considerada, por algum tempo, como um modelo meramente estruturalista, a Semiótica incorporou, há pouco mais de 20 anos, o tratamento da enunciação, relevante à análise de textos jornalísticos.

“À sintaxe do discurso compreende as projeções da enunciação no enunciado e nos procedimentos que o enunciador utiliza para persuadir o enunciatário a aceitar seu discurso” (BARROS; FIORIN, 1999, p. 177). Ao analisar essas projeções em textos jornalísticos, é possível demonstrar, no processo de discursivização, a significação instaurada a partir das pessoas, dos tempos e dos espaços ali presentes. A Semiótica permite, ainda, demonstrar, nos textos, a aspectualização que se refere aos pontos de vista projetados no discurso. De acordo com o que preconizavam Greimas e Courtés (1979, p. 28),

No quadro do percurso gerativo, compreender-se-á por aspectualização a disposição, no momento da discursivização, de um dispositivo de categorias aspectuais mediante as quais se revela a presença implícita de um actante observador. Esse procedimento parece ser geral e caracterizar os três componentes, que são a actorialização, a espacialização e a temporalização, constitutivos dos mecanismos de debragem.

No texto jornalístico, essa questão evidencia-se pelo fato de que as reportagens são relatos comentados. Os textos apresentam simulacros da realidade, sendo construídos a partir do ponto de vista de alguém, aflorando, assim, a pertinência de se verificar em que tempo e em que

espaço o ator da enunciação está ancorado e, desse modo, saber como ele toma para si o papel de sujeito do discurso, como se institui no discurso de **O Estado de S. Paulo**.

Outro aspecto da teoria semiótica destacado neste trabalho é a *modalização* referente à caracterização dos sujeitos que partem em busca de um *objeto-valor*, estando, dessa maneira, modalizados. Segundo as palavras de Barros (2001, p.59), “a competência modal e existência modal são complementares na definição do sujeito, respectivamente do fazer e do estado”. Além disso, considerando a ideologia latente, algo que estava evidente nos discursos da época do regime militar, os textos também apresentavam sujeitos *apaixonados*, tentando satisfazer seus *destinadores* que, no caso do movimento estudantil, eram os ideais de esquerda e, no caso da polícia, o governo militar que, por sua vez, tinha o regime militar como *destinador*.

O texto jornalístico utiliza com frequência a *figurativização* e a *tematização*, questões que justificam a opção teórica. Ao considerar as peculiaridades dessa modalidade discursiva, cuja organização incorre numa diligência acentuada ao nível discursivo, a tônica deste trabalho está na análise dos níveis fundamental e narrativo, para que sirvam de suporte aos elementos enfocados no nível discursivo. Como este converge para a produção de variação de conteúdos narrativos, é nele que aparecem as intenções do sujeito da enunciação, por meio de suas escolhas. Estudam-se os planos de expressão e de conteúdo, a sintaxe e a semântica do discurso que, nas palavras de Fiorin (2005a, p. 45), consistem “na manifestação, isto é, a união de um plano de conteúdo com um plano de expressão”. Porém, a análise trata de ambos, recaindo, especialmente, sobre o primeiro.

Portanto, baseando-se nas singularidades da teoria escolhida, utilizou-se, nesta pesquisa, de um modelo teórico que consiste na utilização da teoria semiótica greimasiana como suporte fundamental. Parte-se da premissa de que a Semiótica é “um discurso ‘com vocação científica’ sobre o sentido’ e que ‘tem, necessariamente, ligação com a linguagem que o estrutura’, com as produções significantes e transculturais das sociedades que o modelam e com os postulados epistemológicos que fundamentam as condições de sua análise” (BERTRAND, 2003, p. 22).

Por meio da enunciação, que engloba as condições de produção do discurso, associam-se elementos extralingüísticos, extraídos do contexto sócio-histórico, recorrendo-se, também, a outras áreas do conhecimento que colaborem na construção dos sentidos sem, com isso, tornar a análise contraditória.

Para fundamentar a construção dos sentidos, utilizam-se alguns pressupostos filosóficos propostos por Aristóteles, Platão, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, George Steiner, Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Walter Benjamin; pressupostos sociológicos postulados por Pierre Bourdieu; e pressupostos da Análise do Discurso, discutidos por Patrick Charaudeau e Jean-Jacques Courtine. Além disso, considera-se importante ressaltar a concepção que se atribui, neste trabalho, a alguns termos que lhe são recorrentes. Nesse viés, destaca-se a concepção que se dá ao termo *ideologia*, entendido, semioticamente, como sendo uma visão de mundo que influencia os sujeitos, modalizando-os. Para a Semiótica, ideologia é:

Conjunto de valores atualizados e assumidos por um sujeito - individual ou coletivo - que é um sujeito modalizado pelo *querer ser* e, subseqüentemente, pelo *querer-fazer* (...). Uma ideologia se caracteriza então pelo estatuto atualizado dos valores que ela assume. Considerada como uma instância do *percurso gerativo* global, a organização ideológica apresenta os valores, que ela assume, em sua forma abstrata ou temática. Entretanto, o discurso ideológico pode ser, em qualquer instante, mais ou menos *figurativizado*, e pode converter-se assim em discursos mitológicos (GREIMAS; COURTÈS, 1979, p. 224).

Esse termo é tratado, nas análises, por meio dos pressupostos semióticos que tratam das *modalizações* e das *paixões*. O termo censura também é recorrente nas análises, sendo discutido semioticamente, no nível narrativo, como sendo uma *manipulação* por intimidação. Já o termo repressão, em sua abordagem semiótica, é concebido, também no nível narrativo, como sendo a *sanção* que o *destinador-julgador* aplica ao *destinatário*. Além desses, considera-se importante esclarecer a concepção que se atribui a outros termos utilizados, como: 1. imagem, entendido, neste trabalho, como uma representação, socioculturalmente elaborada, de determinadas categorias sociais, nesse caso, o estudante e o governo militar. Aborda-se a imagem sob o ângulo da significação. Trata-se, pois, de uma impressão da realidade, um efeito de sentido produzido pelo discurso, um simulacro; 2. destinador/destinatário: utilizados no nível narrativo, esses termos são instâncias actanciais que se relacionam por meio de transmissão de valores. 3. enunciador/enunciatário, utilizados para designar, no nível discursivo, respectivamente, a instância da produção e a instância da recepção; e 4. manipulação, expressão utilizada, semioticamente, quando se trata da relação entre sujeito do fazer e sujeito de estado, não agregando o sentido pejorativo com que, habitualmente, é utilizado.

Ressalta-se ainda que não se aprofundou na análise dos elementos não-verbais, por se tratar de textos antigos, em preto e branco, cuja qualidade gráfica está comprometida, o que dificultaria a análise e faria com que o trabalho não fosse fiel ao original posto no jornal. Nesse sentido, o foco da análise recai sobre o texto verbal, sobretudo no plano de conteúdo.

CAPÍTULO II

REFLEXÕES TEÓRICAS

2.1. Sobre a teoria semiótica e sua relação com o discurso do jornal O Estado de S. Paulo

O objeto de estudo da teoria semiótica é o texto. Trata-se de uma teoria que “procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (BARROS, 1997, p. 7). Ainda segundo Barros (1997, p. 7), “um texto defini-se de duas formas que se complementam: como objeto de significação - pela organização ou estruturação que faz dele um ‘todo de sentido’, como objeto da comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário”. Semioticamente, o texto só pode ser concebido considerando-se essa dualidade, como objeto de significação e objeto de comunicação.

Em estudos recentes a Semiótica tem buscado a conciliação “com o mesmo aparato teórico-metodológico, as análises ditas ‘interna’ e ‘externa’ do texto. Para explicar ‘o que o texto diz’ e ‘como diz’, a semiótica trata, assim, de examinar os procedimentos da organização textual e, ao mesmo tempo, os mecanismos enunciativos de produção e recepção do texto” (BARROS, 1997, p. 8). A Semiótica busca a construção dos sentidos do texto relacionando o mundo das idéias à realidade empírica. É semiotizando e categorizando a realidade que se constroem sentidos e estes nos levam ao conhecimento. Utilizando as palavras de Platão (1999, p. 24-25), pode-se dizer que:

O processo de conhecimento representa a progressiva passagem das sombras e imagens turvas ao luminoso universo das idéias, atravessando etapas intermediárias. Cada fase encontra sua fundamentação e resolução na fase seguinte. O que não é visto claramente no plano sensível (e só pode ser objeto de conjectura) transforma-se em objeto de crença quando se tem condição de percepção nítida. Assim, um animal que na obscuridade ‘parece um gato’ revela-se de fato um gato quando se acende a luz. Mas essa evidência sensível ainda pertence ao domínio da opinião: é uma crença (*péstitis*), pois a certeza só pode advir de uma demonstração racional e, portanto, depois que se penetra na esfera do conhecimento inteligível.

O discurso evidencia uma dualidade: ele relaciona o aspecto social ao individual, já que, para produzir sentidos, articula a língua, que é social, com a fala, que é individual. Sobre

esse aspecto, Barros (2001, p.04), reportando-se a Barthes (1964 e 1966) e a Greimas (1966), menciona que “é da relação entre a invariante do sistema e a variação social que surge o sentido do discurso. A articulação do discurso com a formação social não é, por conseguinte, fortuita e ocasional ou secundária e acessória”. O texto constrói-se pela articulação do exterior com o interior. É preciso, portanto, analisar o aspecto externo ao discurso para se chegar aos seus componentes social, histórico e ideológico. Ele reflete a realidade sócio-histórica e ideológica porque é veiculado pela linguagem e, conforme postula Fiorin (2005b, p. 53),

(...) a linguagem cria a imagem do mundo, mas é também produto social e histórico.
 (...) à medida que os sistemas lingüísticos se vão constituindo vão ganhando certa autonomia em relação às formações ideológicas. Todavia, o componente semântico do discurso continua sendo determinado por fatores sociais. É esse componente que contém a visão do mundo veiculado pela linguagem.

Sendo assim, o sentido não pode ser *discretizado* a partir de uma simples interpretação, mas por meio da análise de níveis de leitura que geram um percurso que vai do mais simples ao mais complexo, do mais abstrato ao mais concreto. Trata-se do *percurso gerativo de sentido*, cuja análise evidencia que o sentido é construído pelo destinatário por meio das marcas culturais, ideológicas, lingüísticas e sociais que o atravessam. Em se tratando de textos jornalísticos, para que se perceba a “verdade” neles construída, é necessário trilhar um caminho, seguir um percurso, ir das estruturas mais profundas até as mais concretas, que se situam na superfície.

A teoria semiótica greimasiana, tomando como ponto de partida o *percurso gerativo do sentido*, analisa no texto os três níveis: *fundamental*, *narrativo* e *discursivo*. Cada um desses níveis apresenta um componente sintático e um componente semântico. No *nível fundamental*, estão os valores básicos do texto, cuja oposição está na sintaxe. Nesse nível apresentam-se os valores *tímicos*. São as categorias de *euforia* e *disforia*. Conforme Greimas e Courtés (1979, p. 463),

(...) a categoria *tímica* articula-se, por sua vez, em *euforia/disforia* (tendo *aforia* como termo neutro) e desempenha um papel fundamental na transformação dos micro-universos em axiologias: conotando como eufórica uma *dêixis* do quadrado semiótico e como *disfórica* a *dêixis* oposta, ela provoca a valorização positiva e/ou negativa de cada um dos termos da estrutura elementar da significação.

No *nível narrativo*, as invariantes promovem a narratividade, característica comum a todos os tipos de textos. Nesse nível, ocorrem transformações de estados provocadas por um sujeito do fazer. Na sintaxe narrativa é feita a organização sintagmática da narrativa, encontrando-se aí dois tipos de enunciado: *um enunciado de estado*, que apresenta a relação entre sujeito e objeto, e um *enunciado de fazer*, em que ocorrem mudanças de um enunciado de estado a outro. Todas as narrativas apresentam um esquema canônico, constituído por quatro fases: *manipulação (destinador/ destinatário)*, *competência (poder, querer, dever, saber)*, *performance (fazer-ser)* e *sanção (destinador/ julgador)*. Alguns autores, entretanto, agrupam os PNs em três percursos. Barros (2001, p. 41), menciona que “o esquema narrativo canônico compreende três percursos descritos, o percurso da manipulação ou do destinador-manipulador, o da ação ou do sujeito e o da sanção ou do destinador-julgador”. Nem todos os textos apresentam o esquema completo. Pode ocorrer que um texto deixe de apresentar uma fase ou então, apresente-a pressupostamente. Sobre isso, Greimas e Courtés (1979, p. 300) ponderam que:

O esquema narrativo surge, então, como um modelo ideológico de referência, que estimulará, por muito tempo ainda, qualquer reflexão sobre a narratividade. (...) o esquema narrativo é canônico enquanto modelo de referência, em relação ao qual os desvios, as expansões, as localizações estratégicas, podem ser calculados.

Os programas narrativos formam o percurso narrativo, “uma seqüência hipotática de programas narrativos (abreviados PN), simples ou complexos, isto é, um encadeamento lógico em que cada PN é pressuposto por um outro PN” (GREIMAS; COURTÉS, s.d., p.300). A semântica narrativa destaca a relação de um sujeito com um objeto, necessária para a realização da performance. Esta transforma estados, fazendo o sujeito entrar em conjunção ou em disjunção com o objeto.

No *nível discursivo* ocorre o enriquecimento das estruturas configuradas no nível narrativo. As estruturas sêmio-narrativas são assumidas pelo sujeito da enunciação a partir de uma sintaxe e de uma semântica. Segundo Fiorin (2005b, p.18), pode-se afirmar que “A sintaxe discursiva goza de certa autonomia em relação às formações sociais, enquanto a semântica depende mais diretamente de fatores sociais”. Ainda conforme Fiorin (2005b, p. 19), “a semântica discursiva é o campo da determinação ideológica propriamente dita”. Sendo assim, a sintaxe do discurso enfoca as categorias de pessoa, tempo, espaço, além da relação

enunciador/enunciatário, enquanto a semântica discursiva reveste as categorias do nível narrativo com *temas* e *figuras*. Aquelas remetem a elementos abstratos, enquanto estas remetem a elementos concretos.

Um aspecto da teoria semiótica que se destaca nos textos analisados são as modalizações. Conforme Greimas e Courtés (s.d. p. 282), “a partir da definição tradicional de modalidade, entendida como ‘o que modifica o predicado’ de um enunciado, pode-se conceber a modalidade como a produção de um enunciado dito modal que sobredetermina um enunciado descritivo”. Os seres humanos, em qualquer situação do cotidiano, apresentam-se sempre modalizados, pois todo ato humano constitui-se uma tentativa de manipulação. Tudo o que se faz, faz-se para atingir um objetivo. Dessa forma, tem-se sempre um sujeito em busca de um objeto, portanto, modalizado. Nesse sentido, a Semiótica procurou desenvolver o estudo das modalidades para tratar da situação interior dos *actantes*. As modalizações são de dois tipos: a do *ser* e a do *fazer*. Barros (1995, p. 88), ao discorrer sobre os pressupostos teóricos de Greimas, menciona que:

(...) como a modalização diz respeito às relações constitutivas dos enunciados, ou seja, às relações entre sujeito e objeto, e dado, por outra parte, o fato de que os enunciados são de dois tipos, determinam-se duas classes de modalidades, as intencionais, ou modalidades do fazer, e as existenciais, ou modalidades do ser. A modalização do fazer é responsável, como se sabe, pela competência modal do sujeito de fazer qualificando-o para a ação (...).

Ainda de acordo com de Barros (1995, p.88),

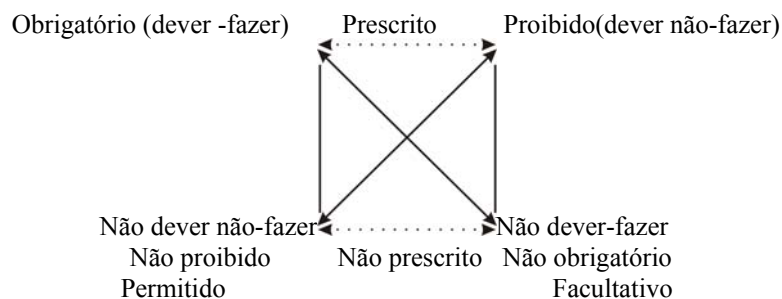
(...) as modalidades resultam da conversão da *categoria-tensivo fórica* fundamental, ou seja, a *tensão* e a *fóricia* convertem-se em traços modais (e em valores modais) que ‘modificam’ a relação entre o sujeito e o objeto de valor no enunciado de estado. Em outras palavras, deve-se pensar a relação entre sujeito e objeto, ou melhor, ainda, entre sujeito e valor, como uma relação modalizada ou ‘modificada’.

Nos textos em análise, os dois tipos de modalidades são características recorrentes. Os sujeitos apresentam tanto as modalidades do *fazer* quanto as do *ser*. Os dois aspectos são fundamentais para a construção dos sentidos, pois o *fazer* e o *ser* dos *actantes* incorrem na demonstração das opções feitas pelo enunciador que se apresentarão no nível discursivo. “A semiótica encara a modalidade não mais na superfície dos enunciados produzidos, mas num nível

mais abstrato, o da gramática actancial” (BERTRAND, 2003, p.312). Elas deixam de pertencer apenas ao nível gramatical, indo para o nível dos enunciados, no qual se situam os valores modais que circularão graças às ações dos sujeitos.

No discurso do jornal *O Estado de S. Paulo*, os valores circulam por meio das ações dos sujeitos – governo militar, polícia e estudantes. Considerando o período em que foram veiculados os textos, os valores referem-se, sempre, à liberdade e à ordem. O sujeito estudante aparece em busca do valor liberdade e para atingi-lo está modalizado pela ideologia de esquerda, que lhe confere o *poder-fazer*. Ele tem o dever de lutar pela liberdade da qual foi *expoliado* com o golpe militar. Por outro lado, o sujeito polícia aparece modalizado também com o *dever-fazer*; ele tem por obrigação manter a ordem na sociedade. Esses sujeitos aparecem, pois, dotados de condições para realizar suas ações. A condição para realizar é denominada competência modal. Pode-se falar também em modalização do sujeito da enunciação. Considera-se o jornal **O Estado de S. Paulo** como um enunciador, pois no discurso que utiliza é instaurado um sujeito modalizado pelo saber e um enunciatário que não sabe e passará a saber, por meio das ações do sujeito da enunciação presente no discurso do **Estado**.

Como uma modalidade consiste num enunciado que modifica outro enunciado, seus principais tipos são: *dever*, *ou querer*, *ou poder*, *ou saber*, que modalizam os enunciados de *fazer* ou de *ser*. Pode ocorrer, também, do *fazer* modificar o *fazer*, o que implica no *fazer-fazer*. A partir daí, modificam-se as modalizações do fazer (*fazer-querer*, *fazer-crer*, *fazer-saber*). Além disso, as modalidades podem combinar-se entre si (*querer-saber*) ou modalizarem-se a si próprias (*querer-querer*). A modalização pode ser categorizada se for relacionada ao quadrado semiótico⁶, conforme se observa no exemplo a seguir:



⁶ Criado por Algirdas Julien Greimas, o quadrado semiótico compreende a representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica.

O quadrado permite que o analista organize o campo lexical e, pela confrontação, possa estabelecer a identidade modal dos *actantes* da narrativa. Dessa forma, as modalidades podem se confrontar, sendo compatíveis ou incompatíveis. Elas são contínuas no discurso e passam por modificações, enriquecendo-se ou se alterando graças às relações sintagmáticas que fazem o *actante* evoluir durante o percurso, modificando, assim, sua identidade de acordo com a perspectiva utilizada narrativa.

2.2. A ideologia e suas marcas no discurso jornalístico

Todo ato humano é atravessado por marcas ideológicas, visões de mundo que norteiam os comportamentos dos indivíduos numa determinada sociedade ou classe social. Sendo a linguagem uma atividade humana, ela é, em sua essência, ideológica. “A palavra é o signo ideológico por excelência” (BAKHTIN, 1995, p. 16).

Nessa “encruzilhada” formada pelas ações do homem no ambiente social e pela manifestação do conhecimento por meio da linguagem situa-se o discurso jornalístico. Como ler uma notícia que, por questões éticas, deve ser objetiva, sem depreender dela as marcas das visões de mundo daqueles que a produziram? A resposta está no campo da impossibilidade. Não existem discursos sem posicionamentos ideológicos. Todo sujeito produz ações de acordo com a visão de mundo que possui. Os discursos representam as visões de mundo de quem os produz. Sobre esse assunto, Fiorin (2005a, p. 28) postula que “ideologia é o conjunto de idéias ou representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”. O mesmo autor menciona (2005a, p. 29), que “ideologia é uma ‘visão de mundo’, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social”.

Assim, o discurso jornalístico transmite uma imagem do mundo, por meio das relações de poder ideológico presentes no discurso e que produzem efeitos de sentido no receptor. Semioticamente pode-se dizer que as marcas de ideologia *modalizam* o receptor, podendo até

transformar sua visão de mundo se esta for diferente da visão representada no discurso com o qual entra em contato.

Ao se relacionar os conceitos de ideologia aqui tratados aos discursos produzidos na sociedade, vê-se que, em virtude das muitas visões de mundo existentes, surgem inúmeras formações discursivas que compreendem o conjunto de *temas e figuras* que materializam essas visões de mundo. O discurso jornalístico, por ter como instrumento a linguagem, é um campo fértil para manifestações ideológicas. Apesar de propagar a idéia de que se trata de um discurso objetivo, comprometido unicamente com a informação, essa modalidade discursiva serve, muitas vezes, como instrumento de divulgação e de imposição de ideologias – especialmente aquelas das classes dominantes.

2.3. Considerações sobre a mídia

As inovações na área da tecnologia, iniciadas no século XX, contribuíram para transformar e melhorar as formas de comunicação entre as pessoas, permitindo a transmissão de informações para locais distantes e em grande velocidade. A partir daquele período, a imprensa desenvolveu-se de forma intensa. Tornou-se uma indústria e também uma instituição social. Essas mudanças fizeram o jornalismo especializar-se. A imprensa firmou-se como empresa, a publicidade ganhou maior importância e cresceu a influência do jornalismo na formação da opinião pública e na construção do pensamento político. Naquele momento, buscavam-se os valores democráticos, libertários, embora essa democracia tenha passado por alguns obstáculos ao longo do século, com a instauração dos regimes ditatoriais.

A função da imprensa passou a ser a de porta-voz da sociedade e fiscal do poder público, por isso foi denominada de quarto poder. Porém, ao desenvolver-se, afastou-se da idealização de um órgão vigilante e desconectado do poder. Foi atravessada por interesses diversos, freqüentemente difusos e antagônicos.

Além de jornais e de revistas impressos, a imprensa incorporou, ainda no século XX, as novas tecnologias, como o rádio, desde os anos de 1920; a televisão a partir dos anos de 1950; e nos anos de 1990, a internet. Esse fato trouxe mudanças na terminologia. Incorporou-se o termo

media, expressão que compreende todos os meios nos quais se pratica o jornalismo e que exercem influência social. A mídia passou a ser considerada, ainda, como fonte de lazer e de entretenimento.

A mídia é um fenômeno da modernidade, estando na ordem do discurso. Arquitetar e planejar o uso da palavra e das imagens é a sua função. Quando se pensa em mídia, imagina-se logo um mundo mágico e maravilhoso, composto por cores, sons, formas, símbolos, imagens em movimento. Essa instância fascina, comove, choca e inquieta as pessoas. Muitos não conseguem permanecer passivos em relação a ela, que toca o que há de mais sensível nos seres humanos: as emoções. Todos os suportes de que se vale a instância midiática se voltam para um objetivo específico: atender às expectativas da instância da recepção, constituída pelo telespectador, pelo ouvinte, pelo leitor. Pode-se imaginar que a mídia, ao mesmo tempo em que influencia o destinatário, é influenciada por ele. Falar dessa relação entre instância midiática e instância da recepção traz certa complexidade, haja vista a diversidade de fatores envolvidos.

Considerando que o sentido se dá por meio da interação verbal, afirma-se que destinador e destinatário têm a mesma contribuição na construção desse sentido. Dessa forma, ao recorrer-se aos pressupostos bakhtinianos sobre dialogismo, observa-se que esse é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Para Bakhtin (1995, p. 113), “toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte”. Não se pode, portanto, afirmar que a mídia influencia, porque enquanto o destinador mídia tem o objetivo de atender ao destinatário em seus anseios, ele está realizando uma outra ação, a de convencer. Quando se cria uma publicidade, uma novela, um programa de televisão ou quando se noticia um fato, o objetivo é convencer. Para essa criação, geralmente são feitas pesquisas com uma amostragem do público alvo. Os veículos de comunicação sabem para quem escrevem, para quem falam. Assim, o processo de produção discursiva está pautado no que se chama de expectativa do público alvo. Desse modo, o discurso midiático é produto de uma interação entre destinador e destinatário, sendo ambos sujeitos do processo de comunicação. É essa interação que orientará a construção dos sentidos.

Considerando que durante o regime militar a sociedade era regida por ideais positivistas e que as produções discursivas não ficaram fora desse sistema, percebe-se, no discurso do jornal **O Estado de S. Paulo**, a presença do esquematismo kantiano. Conforme postulam Adorno e

Horkheimer (1985, p. 103), “é o primeiro serviço que a indústria cultural presta ao cliente”, mencionando, ainda, que “para o consumidor não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção”. Esse discurso baseado no positivismo não deixa opção para o destinatário no momento da interpretação, pois apresenta as informações prontas e fechadas. Essa questão necessita de uma abordagem ampla, que abranja, além dos aspectos lingüístico-discursivos, os aspectos psicológicos relacionados à sensibilidade e que implicam a aceitação, por parte do leitor, dos produtos que a mídia lhe oferece. Para aceitar, esse receptor deverá estar modalizado, compartilhando dos mesmos valores que o produtor do discurso. Ele deverá sentir-se tocado para construir sentidos. A interpretação de uma notícia, de uma obra de arte, de uma novela surge a partir de uma pluralidade de fenômenos culturais, sociais, pessoais e mesmo corporais. Frauze-Pereira, ao fazer algumas reflexões sobre Greimas e a fenomenologia, fala da reversibilidade do sujeito e do mundo como uma relação em que não se pode falar em coisas objetivas ou subjetivas, mas em fisionomias. Para ele, “o mundo fenomenologicamente compreendido surge, então, como uma totalidade simultaneamente expressiva e ambígua porque mescla de visível e de invisível, do tocante e do tangível, de coisas e de idéias, do eu e do outro, em suma, do sujeito e do mundo” (FRAUZE-PEREIRA, 1995, p. 158).

Tendo em vista a grande quantidade de fenômenos que circulam na interpretação dos produtos midiáticos, entende-se que eles ainda estão “cobertos” por um véu e que retirar esse véu, trazendo à mostra, é uma ação que ainda demorará muito a ser concluída. A mídia está aí, sendo utilizada para os mais diversos fins, relacionada às noções de informação e comunicação. Conforme Charaudeau (2006, p.15),

As mídias são um suporte organizacional que se apossa dessas noções para integrá-las em suas diversas lógicas – econômica (fazer viver uma empresa), tecnológica (estender a qualidade e a quantidade de sua difusão) e simbólica (servir à democracia cidadã). É justamente nesse ponto que se tornam objeto de todas as atenções (...).

Ao integrar as noções de informação e de comunicação às lógicas econômica, tecnológica e simbólica, a mídia configura-se como uma prática social, tornando-se alvo de outras práticas sociais. A política, por exemplo, utiliza a mídia para ter visibilidade social e, assim, influenciar e controlar o espaço público. O mundo financeiro alia-se à mídia para obter lucros, tendo em vista a relação daquela com a tecnologia e o marketing. A ciência e a tecnologia associam-se às noções de comunicação e de informação para aperfeiçoar os meios de transmissão

do conhecimento e desenvolver suas próprias pesquisas. As ciências humanas e sociais buscam no mundo midiático desvendar o impacto deste sobre a opinião pública.

Ao entrar para a ordem do discurso contemporâneo, o termo mídia torna-se emblemático e deve ser concebido em seu sentido social e dentro da lógica simbólica que determina a forma como os signos são criados e manipulados para produzirem sentidos. Essa lógica prepondera sobre a econômica e a tecnológica, porque é nela que se situam as relações de manipulação que influenciam a opinião pública. Em face desse aspecto, a mídia é objeto de prospecção das ciências humanas e sociais. Dentre elas, as que mais se interessam pela mídia, conforme postula Charaudeau (2006, p. 15), são: “(...) a Sociologia, que se interessa pelo impacto das mídias sobre a opinião pública, a Semiologia, que estuda os jogos de *mise-en-scène* (encenação) da informação, a Filosofia e a Antropologia Social que se interrogam sobre a constituição dos vínculos sociais nas comunidades modernas sob a influência das mídias”.

Ao preocuparem-se com os jogos de encenação praticados pela mídia, os estudos semiológicos abordam a problemática da construção de imagens por meio do discurso. Trata-se da representação que se faz dos fatos. Ao noticiar, o discurso jornalístico recria o real por meio do contrato de comunicação, que determina as condições de encenação da informação, processo desenvolvido pela mídia para transformar o acontecimento. Essa transformação se dá por intermédio da notícia que faz do acontecimento bruto um acontecimento construído. Sendo assim, noticiar é encenar a informação e, desse modo, orientar a interpretação, o que imprime opacidade ao discurso jornalístico, já que “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade, elas impõem o que constroem do espaço público. A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual constrói uma visão, um sentido particular do mundo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 19).

O discurso midiático requer do analista a consideração, também, das condições exteriores ao discurso. Devem-se considerar o inter e o intradiscurso, ou seja, as condições de produção e os recursos lingüísticos utilizados para sua construção. Para construir sentido é preciso fazer com que o mundo signifique, semiotizando-se a realidade, categorizando-a. É isso que o jornalista faz para criar no destinatário o efeito de sentido desejado. Ele representa os fatos a partir de um processo de filtragem. É o filtro que diz qual temática será privilegiada, qual notícia será enfatizada.

2.4. Jornalismo e política: um relacionamento inevitável

Este trabalho também discute aspectos sociais e políticos, tendo em vista que o discurso jornalístico é determinado pelo contexto do qual emerge. Assim sendo, considerou-se pertinente tratar de questões que envolvem a relação entre jornalismo e política, objetivando uma melhor contextualização da pesquisa.

Por tratar-se de uma prática social, o jornalismo atua atrelado à política. Pode-se dizer que não existe um fazer jornalístico que não esteja alinhado à política, cujas decisões regem todas as práticas sociais. Um jornalista representa a realidade seguindo os princípios políticos em que está inserido e qualquer ato seu implicará em um posicionamento. O discurso jornalístico utiliza as palavras de acordo com as condições sociais e políticas do momento. Conforme postula Bourdieu (1998, p. 95),

O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz e das suas palavras – quer dizer, indissociavelmente, a matéria do seu discurso e a sua maneira de falar são, quando muito, um testemunho e um testemunho entre outros, da garantia de delegação de que está investido.

O poder da palavra não está na palavra, mas na instituição ou na ideologia que ela representa. O discurso jornalístico, situado nessa bifurcação entre as práticas sociais e as práticas políticas, pode ser considerado como um discurso “autorizado”, representante do pensamento de um determinado grupo social ou político. Como exemplos, citam-se os debates televisivos em que os jornalistas coordenam as discussões de acordo com os efeitos que querem produzir no público. Esse aspecto faz com que sejam “porta-vozes” de grupos que se unem em torno de um poder. O jornalista passa a ser dotado de poder por meio do grupo pelo qual está falando, utilizando esse poder para comunicar e para se reportar às massas.

Ao tratar dos deslizamentos do espetáculo político, Jean-Jacques Courtine (*apud* GREGOLIN, 2003, p. 23) observa que “rebaixado de suas grandezas teóricas, assegurando um serviço ideológico mínimo, o discurso é então compreendido como o produto homogeneizado de um consumo de massa”. Sendo o discurso jornalístico um produto destinado às massas, torna-se complexo o seu relacionamento com a política, já que se torna difícil ser “porta-voz” de ideologias e, ao mesmo tempo, ser imparcial. Nesse sentido, o questionamento que se faz

enquanto analista de discursos é: em que situação encontra-se o compromisso do discurso jornalístico com a ética e com a imparcialidade, características essenciais desse discurso? Na tentativa de responder a esse questionamento, analisa-se o texto jornalístico, buscando encontrar as marcas da enunciação, para assim demonstrar em que nível está a imparcialidade nessa modalidade discursiva.

2.5. Jornalismo e opinião pública: o estabelecimento de um contrato

As opiniões, para o aparelho gigante da vida social, são o que é o óleo para as máquinas, ninguém se posta diante de uma turbina e a irriga com óleo de máquina. Borrifa-se um pouco em rebites e juntas ocultos, que é preciso conhecer (BENJAMIN, 1995, p. 11).

A característica essencial do jornalismo é informar. Essa informação é o produto que se vende numa empresa jornalística, cujo objetivo é, além da venda desse produto, fazer com que o leitor creia em suas informações. Ressalte-se que, assim como na publicidade, há uma relação de mercado entre a instância da produção e a instância da recepção do jornalismo, assegurada no contrato de comunicação, o qual tem como referência a situação de comunicação em que se estabelece uma intersubjetividade entre os parceiros envolvidos no ato de linguagem, entre as duas instâncias. Na tentativa de fazer com que o outro seja incorporado à sua intencionalidade, são utilizadas as seguintes operações pela instância da produção:

A *prescritiva*, que consiste em *fazer fazer*, isto é, querer levar o outro a agir de uma determinada maneira; a *informativa*, que consiste em querer *fazer saber*, isto é, querer transmitir um saber a quem se presume não possuí-lo; a *incitativa*, que consiste em querer *fazer crer*, isto é, querer levar o outro a pensar que o que está sendo dito é verdadeiro (ou possivelmente verdadeiro); a do *páthos*, que consiste em *fazer sentir*, ou seja, provocar no outro um estado emocional agradável ou desagradável (CHARAUDEAU, 2006, p. 69).

Essas operações sustentam o contrato entre as duas instâncias de comunicação. A instância de produção envolve um projeto composto por muitos atores: os da direção do órgão de

informação, os da programação, os da redação de notícias e os operadores técnicos. O jornalista não é o único ator, porém é o mais importante. A instância da recepção compreende o *destinatário* da informação, já que, nessa relação, a instância da produção pode ser chamada de *destinador*. Esse destinatário, todavia, é multifacetado. Mesmo com a realização de pesquisas, não se sabe exatamente quem é o público-alvo, quais são suas expectativas, seus valores e seus saberes.

Essa instância porta valores ‘ético-sociais’ e ‘afetivo-sociais’, os quais devem ser levados em conta pela instância midiática para poder apresentar uma informação mais ou menos de acordo com suas expectativas. A instância da recepção, quanto à dupla finalidade do contrato de informação, pode ser, então, abordada de duas maneiras: Como *alvo intelectual* ou como *alvo afetivo* (CHARAUDEAU, 2006, p.79-80).

A partir desses dois alvos, origina-se a opinião pública, destinatária da produção jornalística e da produção midiática como um todo. Pode-se falar da opinião pública fazendo uma analogia aos consumidores destacados por Adorno e Horkheimer na obra *Dialética do esclarecimento* (1985, p. 110), na qual ponderam:

A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. Assim como os dominados sempre levaram mais a sério que os dominadores a moral que deles recebiam, hoje as massas logradas sucumbem mais facilmente ao mito do sucesso do que os bem-sucedidos. Elas têm os desejos deles. Obstinadamente, insistem na ideologia que as escraviza.

Sendo o jornalismo um objeto de consumo que segue a lógica comercial, ele objetiva, além de fazer saber, informar, fazer sentir, transformar o público-alvo num sujeito patêmico. Busca-se atingir o ser desse sujeito, conquistá-lo como consumidor. Dessa forma, o fazer jornalístico tem como norte o *fazer-parecer-verdadeiro*. Além do contrato de comunicação, se estabelece um contrato de veridicção entre o jornalismo e a opinião pública. A produção jornalística procura saber quais são os valores da opinião pública para, então, produzir um discurso que seja aceito. Entram em cena os valores da sociedade no momento histórico em que o discurso é produzido. Se o discurso jornalístico coincide com os valores sociais, ele será visto como verossímil, já que não trata da verdade em si, mas da construção de uma verdade.

Acham-se no domínio lingüístico noções como a de *significar o verdadeiro* ou *significar o falso*, isto é, produzir um valor de verdadeiro ou de falso por meio do discurso. A verdade, sob esse ponto de vista, avalia-se através de um dizer, logo é uma questão que pode ser tratada segundo determinadas oposições: o verdadeiro seria dizer o que é *exato*/ o falso seria dizer o *erro*; o verdadeiro seria dizer o que *aconteceu*/ o falso seria inventar o que *não aconteceu*; o verdadeiro seria dizer a *intenção oculta*/ o falso seria mascarar a intenção (mentira ou segredo); enfim o verdadeiro seria oferecer a *prova* das explicações/ o falso seria fornecer explicações sem prova (CHARAUDEAU, 2006, p. 82).

Ao reproduzir valores que possam ser compartilhados pela opinião pública, o enunciador consegue convencê-la de que aquilo que transmite é verdadeiro. É nesse ponto que se situa o poder do discurso jornalístico – o poder de influenciar os valores já existentes, reforçando-os ou modificando-os. Isso ocorre porque, a partir do momento em que a opinião pública se vê fazendo parte dos valores representados pelo jornalismo, ela crê.

2.6. Jornalismo impresso: características da organização textual

O jornalismo impresso caracteriza-se especialmente por carregar o “peso” da palavra escrita. Nesse tipo de mídia, a relação *destinador/destinatário* é marcada pelo distanciamento físico que a faz ser mais voltada ao inteligível. Quando se lê um jornal impresso, ou quando se produz, tem-se a oportunidade de voltar ao passado, reorganizar os sentidos e reinterpretar as informações. A relação de distanciamento e de ausência física entre as instâncias da emissão e da recepção “faz com que a imprensa seja uma mídia que, por definição, não pode coincidir tempo e acontecimento, tempo da escritura, tempo de produção da informação, e tempo de leitura” (CHARAUDEAU, 2006, p. 113).

A predominância da palavra escrita atribui um caráter de legibilidade que faz com que o jornal impresso constitua-se numa forma eficaz do *fazer-saber*, porque ele possibilita ao leitor mais tempo para interpretar, para rememorar o sentido construído. Desse modo, as operações do inteligível estão mais presentes na mídia impressa.

Outra característica do jornal impresso é sua condição de perecível. Sua existência normalmente é reduzida a vinte e quatro horas; no dia seguinte já é produzido outro número e, então, o anterior já não existe, salvo para reciclagem ou pesquisa. Essa característica, de ser perecível, de ser um produto do mercado, de fazer parte do sistema capitalista de produção, justifica a atenção que as empresas de jornalismo impresso dão ao consumidor, muito mais do que ao leitor. Tal atenção demonstra-se, sobretudo, na organização das páginas, na escolha das imagens, na dimensão do espaço que se dá às notícias – há notícias que merecem apenas uma nota.⁷ Percebe-se, portanto, a presença de uma lógica comercial, dotando-se o jornal de características que aumentem suas vendas e sua tiragem. A informação levada ao público deve ser aquela que cause impacto e que vá ao encontro daquilo que o consumidor quer ler.

2.7. A notícia: um recorte da realidade

No **Dicionário Aurélio**, notícia é: “1. informação, notificação, conhecimento. 2. Observação, apontamento, nota. 3. Resumo de um acontecimento. 4. Escrito ou exposição sucinta de um assunto qualquer. 5. Novidade, nova. 6. Lembrança, memória. 7. Nota histórica” (1975, p. 979). Assim, pode-se conceituar o termo como sendo uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível.

Neste trabalho considera-se a notícia como um filtro da realidade, sendo sua característica principal fazer com que um acontecimento qualquer do mundo adquira significado. Para que a realidade empírica signifique, ela depende do olhar que se lança sobre ela. Ao olhar um fato e depois reproduzi-lo discursivamente, os atores sociais o nomeiam. Esse nomear faz com que o acontecimento exista, com que signifique. Porém, é preciso ter em mente que o ato de nomear é permeado por uma visão de mundo inerente ao sujeito que nomeia. Visão esta que denominamos, neste trabalho, como a ideologia que subjaz a qualquer ato discursivo.

⁷ Menciona-se, como exemplo, o fato de que logo que surge um fato novo que cause mais impacto à instância da recepção, os jornais, imediatamente, deixam de noticiar o que noticiavam, partindo para o fato novo. Começa-se a falar de corrupção, passa-se para o PCC; em seguida, parte-se para o problema do transporte aéreo.

Ao noticiar um fato, é impossível não submetê-lo ao filtro ideológico. Por mais que o jornalista ou repórter tente ser imparcial, não conseguirá esquivar-se do viés ideológico. Por isso, a notícia é o acontecimento significado; há uma seleção dos fatos por parte do repórter; há também um recorte do espaço social. Esses aspectos fazem chegar ao leitor não mais o fato em si, mas a significação que se deu a ele. Para tenha espaço no imaginário do leitor, uma notícia deve ser atual. Nesse sentido, Charaudeau (2006, p. 134) menciona que:

Uma notícia é, por definição, efêmera. Dura tanto quanto um relâmpago, o instante de sua aparição. Uma notícia, nas mídias, tem uma definição mais extensiva; ela pode, por exemplo, ser repetida guardando um certo frescor (na matracagem), mas sob a condição de que permaneça no quadro de uma atualidade imediata.

Ao carregar como característica a efemeridade, a notícia desperta o interesse do leitor na medida em que apresenta um caráter de narrativa. O repórter realiza um fazer narrativo ao transformar o acontecimento em notícia. Durante essa transformação, a mídia constrói uma representação, um simulacro do acontecimento, de forma a causar interesse ou emocionar o público. Esta filtragem é o recorte que se faz do mundo social, reunindo os valores de cada comunidade. Só assim as notícias conseguem atingir as emoções e os interesses da instância da recepção, pois ao recortar o mundo e selecionar os acontecimentos, ao efetuarem-se as escolhas do modo de apresentação da notícia, propõe-se, por parte da mídia, uma grade por meio da qual a instância da recepção lê e categoriza o mundo.

2.8. O compromisso com a objetividade: a ética no discurso jornalístico

Por ética entende-se o conjunto de princípios que regem o comportamento dos sujeitos numa sociedade. Revel (2005, p. 45), reportando-se a Foucault, postula que:

A ética constitui a maneira pela qual cada um constitui a si mesmo como sujeito moral do código: dado um código de condutas [...], há diferentes maneiras de o indivíduo ‘conduzir-se’ moralmente, diferentes maneiras para o indivíduo, ao agir, não operar simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação.

Ao transportar esse conceito para o fazer jornalístico, percebe-se que a ética está relacionada à questão da responsabilidade sobre aquilo que é publicado ou dito. Publicar uma notícia sem verificar sua origem seria como divulgar um rumor, o que implica falta de ética, de responsabilidade profissional. As interpretações que as notícias fazem dos fatos também desafiam a ética, já que afetam seu grau de objetividade.⁸ O problema é que esses fatos ocorrem sob as “malhas” de uma aparente objetividade que leva a maioria dos destinatários a crer que o que está sendo dito não sofreu interferências. Esse parecer objetivo despersonaliza o discurso, dissimulando o papel do sujeito enunciador, estabelecendo a impressão de que as notícias são neutras. Noticiar é informar, representar a voz social, objetivar acontecimentos. Entretanto, sob o véu da objetividade, aparece a subjetividade, por meio das marcas da enunciação, controladas pelo enunciador para *fazer parecer* objetivo.

Abramo (2003, p. 38), ao conceituar o termo objetividade, pondera que:

Este se situa no campo do conhecimento. A objetividade é uma categoria gnosiológica, epistemológica, mais que deontológica ou ontológica. A objetividade tem a ver com a relação que se estabelece entre o sujeito observador e o objeto observável (a realidade externa ao sujeito ou externalizada por ele), no momento do conhecimento. A objetividade não é um apanágio nem do sujeito nem do objeto, mas da relação entre um e outro, do diálogo entre sujeito e objeto; é uma característica, portanto da observação, do conhecimento, do pensamento.

Ainda segundo Abramo (2003, p. 39), “tanto a objetividade quanto a subjetividade não existem em absoluto e em abstrato. (...) há sempre elementos de subjetividade na objetividade e de objetividade na subjetividade”.

A subjetivação pode fazer com que o discurso jornalístico privilegie a representação das vozes institucionais, transformando-se em apoio às classes que estão no poder. Dessa forma, a mídia nem sempre está à disposição de toda a sociedade e nem todos têm direito à voz, embora se tenha a ilusão de que o jornalismo seja democrático. Essa relação entre objetividade e subjetividade inerente ao discurso jornalístico implica em comprometimento de nível ético, já que simular objetividade implica não ter compromisso com a verdade em si mesma.

⁸ Esse aspecto é freqüentemente notado nas notícias sobre acontecimentos políticos. De forma imprecisa, algumas empresas jornalísticas publicam informações, principalmente denúncias, sem citar uma fonte segura para a informação. Dizem, por exemplo, “segundo pessoas próximas ao governo”.

CAPÍTULO III

A IMAGEM DO ESTUDANTE E DO MILITAR NO DISCURSO DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

A busca do passado, entre nós, quando não se inclina para o panegírico comprometido ou a nostalgia capciosa, costuma tomar a forma de tribunal retrospectivo, revanche, ânsia de excluir versões adversas, necessidade de colocar um ponto final em questões que não admitem finalizações. Evocar com fúria é forma de parcialidade, tão comprometida quanto a notícia provinda de fonte única (PATARRA, 1992, p. 13).

3.1. As estruturas fundamentais e suas implicações na significação

No nível mais simples e abstrato do *percurso gerativo de sentido*, situam-se as *estruturas fundamentais*, nas quais são determinadas as estruturas elementares do discurso. Nessa etapa do percurso, os textos estabelecem uma oposição semântica mínima a partir das *categorias* liberdade e opressão. Fiorin e Platão (2002, p. 76) postulam que:

O objetivo final da análise de um texto não é encontrar apenas a organização fundamental, pois isso seria reduzir a quase nada a riqueza de suas significações. No entanto, é importante apreendê-la, já que ela dá unidade aos elementos de superfície, que, à primeira vista, parecem caóticos e dispersos. Para detectar a oposição de base de um texto, devemos listar os elementos que, nele, estão em oposição (...) e, depois, encontrar um denominador semântico comum para eles. Esse denominador comum para os elementos que se acham em oposição é o que se chama nível fundamental, organização fundamental, oposição de base.

Essa oposição manifesta-se de forma homogênea em todos os textos que compõem as narrativas dos dois períodos compreendidos por esta dissertação. Porém, os valores assumidos pelos termos opositivos diferem de um contexto para outro, considerando-se a ótica do jornal em questão. Nos discursos de 1968, a liberdade assume um valor *disfórico* e a opressão assume um valor *eufórico*, enquanto nos discursos de 1984 ocorre o contrário. Salienta-se que a projeção das

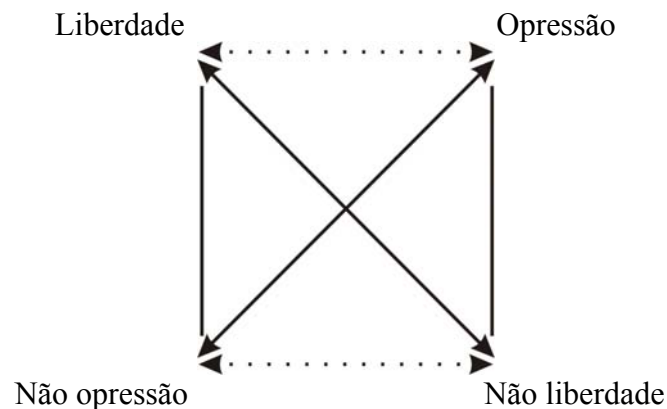
categorias *fóricas* ocorre de acordo com o ponto de vista de um sujeito. Nessas categorias a *euforia* caracteriza um valor positivo e a *disforia* um negativo. Nas notícias que compõem a narrativa veiculada durante a ditadura militar, os estudantes, que são associados ao valor liberdade, são apresentados como desorganizados, fracos e sem união, conforme se observa no trecho seguinte, extraído da notícia O congresso, antes da polícia (cf. anexo A):

(...) Ainda faltavam muitos delegados, mas a maioria dos que já havia chegado não quis esperar mais: ninguém tinha condições físicas para passar de domingo, na situação em que estavam. Algumas bancadas chegaram a ameaçar: ‘ou o congresso começava ou elas se retirariam. (...) Mas as condições do local prejudicaram e influenciaram todas as decisões, até a manhã de sábado, quando a polícia invadiu o sítio (...)’ (Parágrafos 1-2).

A liberdade é *disforizada* por estar relacionada à desorganização, à falta de critério e de método, por parte dos estudantes na organização do evento, o XXX Congresso da UNE em Ibiúna, e por relacionar-se ao fato de que eles possuíam um pensamento diferente dos governantes. Por outro lado, a opressão é *euforizada*, por relacionar-se à polícia, que apareceu rapidamente e, com poucos disparos, efetuou a prisão de 720 estudantes, mostrando-se organizada e coesa, e por estar alinhada ao pensamento dos militares. Numa sociedade regida por sistemas repressivos pensar diferente será sempre uma atitude considerada *disfórica*. Trata-se da subversão. Os estudantes eram considerados subversivos, inimigos da pátria. De acordo com Couto (2003, p. 91), “no dia 22 de maio de 1968, é publicada a Lei 5.439, que responsabiliza criminalmente menores envolvidos em ações contra a segurança nacional. O alvo são os estudantes, claro”.

Outra notícia que compõe essa narrativa, intitulada Polícia armou esquema na sexta-feira (cf. anexo B), corrobora o que se diz acerca das estruturas fundamentais. A oposição de base *opressão vs liberdade* aparece novamente. Além disso, do mesmo modo que a notícia anterior, os termos opositivos relacionam-se aos valores de organização e de desorganização, sendo aquele relacionado à polícia e este, aos estudantes. O fato denota a presença de um enunciador que não demonstra, explicitamente, o aspecto repressivo, uma característica do período. A polícia, que armou o esquema para a prisão de mais de 700 estudantes, era organizada, isto é, opressiva. Por outro lado, os estudantes, por terem sido descobertos rapidamente, foram categorizados como desorganizados, termo que implica no sentido de liberdade, mas que aqui aparece com sentido *disfórico*, como falta de ordem ou método.

Dessa forma, as ações dos estudantes e da polícia desencadearam outras relações, bem como a geração de sentidos. Os termos organização e desorganização assumirão os valores de opressão e de liberdade no próximo nível do percurso gerativo de sentido, o narrativo. A relação que sustentará as outras relações e a geração de sentidos do texto se estabelece a partir das ações da polícia, de um lado, e dos estudantes, de outro. Os termos organização e desorganização podem ser chamados de termos-objeto, que dependem um do outro para fazer sentido. Esses objetos agregarão o valor de opressão e de liberdade ao nível narrativo. A partir das categorias *opressão vs liberdade*, tem-se a noção das relações que se estabelecem no nível seguinte do percurso. Essas categorias são projetadas sobre o quadrado semiótico⁹ seguinte, que demonstra as relações que subjazem em todas as notícias que compõem a narrativa, o que, semioticamente, consiste numa equação teórica.



O quadrado apresenta as relações que os termos mantêm entre si. Os termos opostos de uma categoria semântica mantêm entre si uma relação de contrariedade. São contrários os termos que estão em relação de pressuposição recíproca. O termo liberdade pressupõe o termo opressão para ganhar sentido e vice-versa. Se for aplicada uma operação de negação a cada um dos contrários, obtêm-se dois contraditórios: não-liberdade é o contraditório de liberdade e não-opressão é o de opressão. Cada um dos contraditórios implica o termo contrário daquele de que é contraditório. Dessa forma, não-liberdade implica liberdade e não-opressão implica opressão. Os dois contraditórios (não-liberdade e não-opressão) são contrários entre si.

⁹ Sobre esse assunto, ver item 2.1 das Reflexões Teóricas.

Na narrativa em questão, o quadrado apresenta um sujeito que inicialmente está livre, pois os estudantes realizavam o XXX Congresso, que passa a não estar livre no momento em que alguns tentam fugir e começam a ser perseguidos pela polícia e, por fim, são presos, chegando ao estado de opressão. Assim, um termo precisa ser negado para que o outro possa ser afirmado. O termo liberdade aparece *disforizado* por abordar o ponto de vista dos estudantes, enquanto opressão aparece *euforizado* por abordar o ponto de vista da polícia, já que esta precisava prender e oprimir para organizar a sociedade local, que estava sentindo-se perturbada pelos participantes do Congresso.

Por outro lado, nas notícias que compõem a narrativa veiculada em 1984, a estrutura elementar também se forma pela categoria *liberdade vs opressão*, e os valores assumidos pelos termos componentes dessa estrutura são sempre os mesmos em todos os textos. Entretanto, diferem-se daqueles valores assumidos pelos mesmos termos nos textos veiculados em 1968. A liberdade assume um valor *eufórico* e representa o desejo coletivo; a população brasileira buscava ser livre naquele momento. Já a opressão assume um valor *disfórico* e representa o sofrimento pelo qual a sociedade passava no mesmo momento. O termo liberdade sempre se relaciona à sociedade que lutava pelo direito de ser livre, pelo direito de se expressar, como demonstram os trechos a seguir, recortados da notícia O grande comício (cf. anexo I), texto base para esta análise:

Três horas de delírio coletivo, de 250 mil pessoas, fizeram os políticos vibrarem e muita gente chorar de emoção. (...) Quando faltavam dez minutos para as 16 horas, o locutor esportivo Osmar Santos, que comandava a festa, entrou em cena. E seu primeiro pedido foi para que esvaziasse o palanque, cheio de jornalistas e principalmente de curiosos. Pedido atendido apenas parcialmente. Sete minutos depois ele começou, demonstrando que vinha com toda a disposição de manter o povo animado e participante: ‘Quando é que o meu povo quer eleições diretas?’ Para o povo responder em coro: ‘Já’ (Parágrafos 1-2).

Depois do cantor Jessé, veio o primeiro discurso político, do presidente da UNE, Alcidon Paes: ‘Contra a ditadura militar, contra o arrocho salarial e contra as multinacionais’; (Parágrafo 6).

O comício foi mesmo uma festa do povão, a começar pelo apresentador Osmar Santos, que comandou o show como se transmitisse uma final de campeonato (...). (Parágrafo 30).

O termo *opressão*, por outro lado, refere-se ao poder, ao sistema político vigente, representado, implicitamente, pelo governo militar, responsável pela *privação* de liberdade por

que passava a sociedade. A liberdade é *euforizada* porque, no período em questão, representava o *querer* coletivo, que culminaria na chegada ao poder. Já a opressão era *disforizada* por representar o governo militar, uma instância que já se distanciava do poder.

Outra notícia, que compõe a narrativa intitulada Sé: multidão, discursos, chuva e música (cf. anexo J), ratifica o que se afirma acerca das estruturas fundamentais. O texto apresenta a mesma categoria de base, como demonstram as afirmações: “(...) houve de tudo: discursos, músicas, vaias. Bandas trouxeram seus instrumentos, capoeiristas se exibiram e houve até um enterro simbólico das eleições indiretas” (Parágrafo 1).

Essa notícia revela um sujeito (S₁), a sociedade, que está em disjunção com os *objetos valor* – liberdade de expressão e as eleições diretas – por isso está desenvolvendo uma performance para conseguir uma transformação desse estado e receber uma sanção positiva, que é entrar em conjunção com os *objetos*. Para isso acontecer é necessário que outro sujeito (S₂), representado, implicitamente, pelo governo militar, passe ao estado de disjunção com o poder que fez com que S₁ fosse *espoliado* da liberdade.

Os valores assumidos pelos termos *liberdade e opressão* denotam a presença de um enunciador que, embora não demonstre explicitamente, opta por apresentar S₁, a sociedade, como merecedor dos objetos pelos quais está lutando. Esse aspecto pode ser observado nas expressões a seguir, extraídas do texto O grande comício (cf. anexo I):

Volta Osmar Santos e sacode o público: ‘Vamos lá gente: 1, 2, 3, 4, 5 mil, queremos eleger o presidente do Brasil’ (...) (Parágrafo 4).

Osmar Santos voltou para levantar o ânimo da platéia: ‘Eu quero muita alegria, eu quero futebol, eu quero carnaval, eu quero eleições diretas e muito mais porque eu sou brasileiro’ (...) (Parágrafo 7).

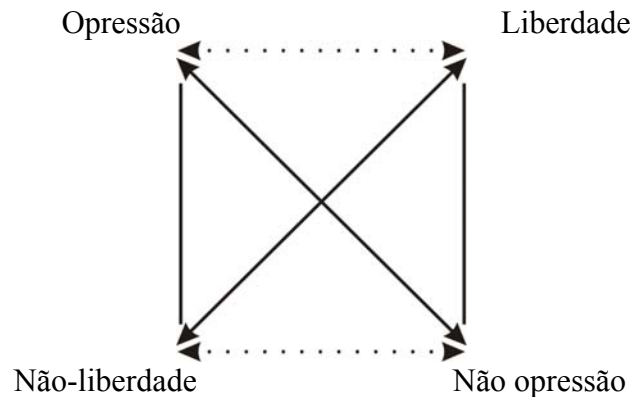
Essa opção demonstra-se pelo fato de que S₂, o governo militar, não aparece explicitamente, não está posto. Ao estar pressuposto, é o anti-sujeito contra o qual S₁ está lutando, conforme as expressões seguintes, retiradas do mesmo texto (cf. anexo I):

(...) Osmar Santos chamou então Moraes Moreira. Abraçado ao violão, convidou o povo a prestar a atenção na letra da canção que iria tocar, composta especialmente para a campanha das eleições diretas, e que não foi apresentada no comício de Curitiba, porque não havia sido liberada pela censura: ‘Frevo das Diretas’ (Parágrafo 3).

Presidente Figueiredo: o sr. já nos deu a anistia em parte. Agora nós exigimos que nos dê anistia total, devolvendo ao povo o direito ao voto direto (Parágrafo 5).

Quando o enunciador menciona que a música “não havia sido liberada pela censura”, ele pressupõe a existência do anti-sujeito. A presença da expressão “anistia em parte” enfoca a presença desse anti-sujeito. A narrativa apresenta, explicitamente, apenas as ações da sociedade (S₁), enquanto as ações do governo militar aparecem pressupostas. Essas ações serão responsáveis pela geração de sentidos no próximo nível do percurso gerativo.

As categorias *opressão vs liberdade* estabelecerão outras relações no nível narrativo, como demonstra o quadrado semiótico a seguir, que apresenta as relações imanentes a todas as notícias que compõem a narrativa.



O quadrado demonstra que a narrativa apresenta um sujeito que inicialmente está oprimido, já que a sociedade não tinha o direito de se expressar desde a instauração do regime militar, que a espoliou da liberdade. Esse sujeito passa a não-estar oprimido, sendo livre para se expressar quando consegue apoio para a organização do comício e, por fim, ao realizar o comício, considera-se livre.

3.2. Os papéis actanciais e as modalizações

Uma narrativa caracteriza-se pela existência de um sujeito e de um objeto que mantêm entre si uma relação de junção. Entende-se por junção, “a relação que determina o ‘estado’ do sujeito em relação a um objeto qualquer. Articula-se em conjunção e disjunção: enunciado de

estado conjuntivo – $S \cap O$; enunciado de estado disjuntivo – $S \cup O$ ” (BARROS, 2001, p. 30).

Os textos veiculados em 1968 apresentam como *sujeitos*¹⁰ a polícia (S_1), que está implícito na 1ª seqüência narrativa do texto base¹¹, e os estudantes (S_2), cujas ações farão com que as oposições semânticas de base assumam valores, e como *objetos* a ordem, para a polícia, e a liberdade, para os estudantes. Para S_1 , ordem é o objeto-valor descritivo e a prisão dos congressistas é o *objeto-valor* modal. Por outro lado, S_2 tem a liberdade como *objeto-valor* descritivo e a realização do XXX Congresso como *objeto-valor* modal. Para esse sujeito, a liberdade está na consciência, tratando-se de um *objeto-valor* inapreensível, inalienável. Dessa forma, mesmo havendo proibição, ele realizava suas ações porque tinha consciência de que era livre, de que ninguém lhe tiraria essa liberdade, mesmo se estivesse preso. Assim, o *objeto-valor* de S_2 é um estado amplo de liberdade, que seja para todos. Uma vez que eles se consideravam livres, queriam estender esse estado de liberdade para toda a sociedade. Assim, S_2 queria desinstitucionalizar a liberdade.

Para que S_1 consiga seu *objeto-valor*, S_2 deverá perder o seu objeto. Para isso, deverá ocorrer uma transformação de estados. Um sujeito do fazer deverá transformar um sujeito de estado. Partindo desse pressuposto, o enunciado elementar da narrativa produzida em 1968 configura-se como: $S_1 \rightarrow O_v$. A polícia (S_1) está em busca da ordem social e a prisão dos congressistas constitui uma parte dessa busca. Barros (2001, p. 29) diz que “o enunciado elementar da sintaxe narrativa será definido pela relação-função entre pelo menos dois *actantes*. Função está sendo tomada no sentido lógico-matemático da relação entre duas variáveis”. Desse modo, S_1 precisa desenvolver alguns programas narrativos que aparecem pressupostos no texto O Congresso, antes da polícia (cf. anexo A), mas que, nas outras narrativas que completam a cobertura, aparecem postos. Tem-se um programa narrativo de base que se apresenta da seguinte forma:

$$PN = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O_v)]$$

$$PN = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cup O_v)]$$

¹⁰ Toma-se a polícia como *sujeito de fazer* e os estudantes como *sujeito de estado* porque é dessa forma que são apresentados na maioria das notícias que compõem a narrativa.

¹¹ Sobre a escolha desse texto para ser texto base da análise, ver o item 1.1, que trata da escolha do *corpus*.

O programa narrativo é formado por um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado, integrando, assim, estados e transformações. Numa apropriação do modelo proposto por Barros (1997, p. 30), pode-se representá-lo conforme o que segue (grifo nosso):

$$PN = F[S1 \rightarrow (S2 \cap Ov)]$$

F = função

$\rightarrow$ = transformação

S1 = sujeito do fazer

S2 = sujeito de estado

$\cap$ = Conjunção

Ov = objeto-valor

Considerando a complexidade e a hierarquia dos programas, estes podem ser simples ou complexos, ou seja, formados por mais de um programa. Nesse sentido, pode haver um programa de base que seja o principal, seguido de programas de uso que sejam secundários e pressupostos pelo programa de base. Barros (2001, p. 33) menciona que:

Os programas são, em geral, complexos, constituídos por mais de um programa, hierarquizados: um *programa narrativo de base*, que exige a realização prévia de outros programas, pressupostos, denominados *programas narrativos de uso* e cujo número depende da maior ou menor complexidade da tarefa a ser executada.

Para realizar o programa narrativo de base, os *actantes* apresentar-se-ão modalizados, ocupando as posições de destinador e de destinatário. No texto O congresso antes da polícia (cf. anexo A), S1, em busca de seu *objeto-valor*, mostra-se como sujeito do fazer que, para realizar seus objetivos, precisa transformar estados. S2, estudantes, que também realizou performances, aparece como sujeito de estado e como sujeito de fazer, sincretizando dois papéis actanciais no mesmo ator. Por isso, S2 realiza várias ações durante a narrativa, modalizado pelo medo de ser preso. Todos os seus atos estavam pautados nas ações que o *sujeito do fazer* (S1) poderia desencadear se descobrisse as ações de S2. S1 precisa fazer com que S2 entre em disjunção com a liberdade.

Ao tratar dessa busca do sujeito, Denis Bertrand (2003, p. 288), reportando-se ao modelo actancial proposto por Greimas em **Semântica Estrutural**, ressalta que:

Um actante destinador, actante soberano, fonte e garantia de valores, transmite-os, por meio de um actante objeto, a um actante destinatário: é a categoria da comunicação. O sujeito (que pode se fundir com o destinatário) tem por missão conquistar esse objeto, ‘entrar em conjunção’ com ele; é a categoria da busca. Nesse fazer, o sujeito é contrariado pelo oponente e apoiado pelo actante adjuvante: é a categoria polêmico contratual.

Ao se considerar as relações de junção e de disjunção e que o sujeito só existe se for determinado pela relação transitiva com um objeto, pode-se dizer que S₁(polícia), por estar em disjunção com a ordem – atualizado –, precisa entrar em conjunção com o objeto para ser realizado. Sendo assim, em busca de realizar seu programa narrativo de base – manter a ordem social –, esse sujeito realiza, pressupostamente, programas narrativos de uso. Por outro lado, S₂, o sujeito de estado posto, realiza alguns programas narrativos na tentativa de contrariar a busca de S₁. Ao agir dessa forma, S₂ desempenha o papel de anti-sujeito, um indivíduo que prejudica a sociedade, estabelecendo a desordem. Por isso, precisa ser modalizado e vencido por S₁. Essa opção em colocar S₂ (estudantes) como anti-sujeito demonstra um posicionamento do enunciador em relação aos fatos, já que se quisesse poderia narrá-los sob a perspectiva de que S₁(polícia) seria o anti-sujeito, por estar impedindo S₂ de realizar suas ações.

Sendo o sujeito posto na primeira seqüência narrativa, S₂ desenvolve os seguintes programas:

PN₁ = transportar os estudantes até o local

$[S_2 \text{ (estudantes)} \rightarrow (S_1 \text{ (polícia)} \cap Ov \text{ (ordem)})]$

PN₂ = organizar o congresso

$[S_2 \text{ (estudantes)} \rightarrow (S_1 \text{ (polícia)} \cap Ov \text{ (ordem)})]$

Ao descrever-se o percurso dos dois sujeitos, tendo em vista que a narrativa possui dois esquemas narrativos, percebe-se que no primeiro S₂ (estudantes) é destinatário modalizado por um sujeito pressuposto, S₁(polícia). Modalizado pelo *querer-ser* livre, S₂ desenvolve um percurso formado por dois programas narrativos de uso – **PN₁**: transportar os estudantes até o local do Congresso e **PN₂**: organizar o Congresso. Entretanto, esse percurso demonstra que S₂ não está modalizado com toda a competência necessária, pois não tinha o *poder-fazer*, nem o *saber-fazer*. Dessa forma, não se torna um sujeito realizado, já que é preso antes de concluir os trabalhos do

XXX Congresso, como se observa no parágrafo 9 da notícia Congresso fora iniciado na 2ª-feira (cf. anexo C): “Algumas teses não puderam ser examinadas por todos nem debatidas, especialmente aquelas que tratavam de problemas específicos de algumas áreas. Não houve tempo nem tranquilidade para fazê-lo. A polícia chegou inesperadamente (...)”.

A partir desse momento, inicia-se outra seqüência narrativa, em que a polícia, enquanto sujeito do fazer, realiza alguns programas narrativos de uso, para realizar seu programa narrativo de base, a manutenção da ordem social;

PN de base = Prender e estabelecer a ordem

$[S_1(\text{polícia}) \rightarrow (S_2(\text{estudantes}) \cap O_v(\text{realizar o congresso}) \rightarrow S_2 \cup O_v)]$

PNs de uso:

PN1 = Dar tiros para o ar

PN2 = Cercar o acampamento

PN3 = Alcançar os fugitivos

O $S_1(\text{polícia})$ tem um percurso formado por um *programa narrativo de base* – prender e estabelecer a ordem – e por três *programas narrativos de uso* que se resumem em: dar tiros para o ar, cercar o acampamento e alcançar os fugitivos. Ao contrário de S_2 , S_1 consegue realizar seu *programa narrativo de base*, já que consegue prender e manter a ordem social.

Os *programas narrativos* realizados por S_2 podem ser considerados *programas de privação* porque, mesmo desenvolvendo-os, o sujeito não alcança o *objeto-valor*. Já os programas desenvolvidos por S_1 são *programas de aquisição*, posto que esse sujeito entra em conjunção com o *objeto-valor* – a ordem – no momento em que *espolia* S_2 do *objeto-valor* desejado – a liberdade. Ocorreu, portanto, uma transformação de estados, característica essencial do *nível narrativo*. Nesse sentido, S_2 realizou *programas de competência*, não conseguindo realizar os *programas de performance*. Os estudantes tinham o *querer-fazer*, mas não tinham o *poder-fazer*, nem o *saber-fazer*, ou seja, a *competência*. A polícia, por outro lado, estava modalizada com o *saber-fazer* e com *poder-fazer*, *modalizações* pressupostas, já que se tem um destinador

pressuposto. Assim, a competência de S₁ está pressuposta enquanto a performance está posta na narrativa, conforme os parágrafos a seguir, do texto base (cf. anexo A):

Quando os primeiros tiros da polícia foram disparados para o ar, veio o pânico e a correria. A comissão de segurança ainda teve tempo de reunir a maioria dos estudantes no local do plenário e dar a ordem. ‘Quem manda aqui agora é a segurança. A ordem é para não resistir que não adianta. Em 30 segundos, o acampamento estava cercado pelos soldados, dando tiros para o ar e mandando colocar as mãos para o alto. Muitos conseguiram fugir pelo mato, do lado oposto ao lado da polícia. Alguns foram alcançados pelos soldados e tiveram que voltar. Os soldados ameaçavam atirar a qualquer movimento. Uma enorme fila foi sendo formada para que todos fossem revistados. Ao lado do riacho, uma pequena fila foi formada, com cinco estudantes. Entre eles (sic) Luis Travassos, Luís Raul Machado e Wladimir Palmeira. Os que pediram para pegar suas malas formaram uma enorme fila na direção da casa. Os outros, enrolados em cobertores, foram andando, em fila, na direção da estrada. O que ninguém conseguiu entender foi a maneira como a polícia chegou ao acampamento, de surpresa, sem que a comissão de segurança desse pelo menos um aviso. Ninguém sabia explicar isso, nem os membros da comissão de segurança (Parágrafos 27,28 e 29).

Quando se lêem, na narrativa, os trechos: “quando os primeiros tiros da polícia foram disparados para o ar, veio o pânico e a correria. A comissão de segurança ainda teve tempo de reunir a maioria dos estudantes no local do plenário e dar a ordem”, observa-se o desenvolvimento de uma performance por parte da polícia, enfatizada pelas expressões: “em 30 segundos, o acampamento estava cercado pelos soldados, dando tiros para o ar e mandando colocar as mãos para o alto, uma enorme fila foi sendo formada para que todos fossem revistados”.

Já a expressão “o que ninguém conseguiu entender foi a maneira como a polícia chegou ao acampamento, de surpresa, sem que a comissão de segurança desse pelo menos um aviso”, evidencia a aquisição de uma competência, por parte da polícia, não demonstrada na superfície textual, mas que, pressupostamente, se apresenta. Como o governo militar possuía um Sistema Nacional de Informações (SNI), provavelmente, a aquisição dessa *competência* decorre desse fato.

Nas duas seqüências narrativas, visualizam-se os seguintes percursos: um percurso do *destinador-manipulador* implícito – o governo militar –, que manipulou, por sedução e por intimidação, S₁(polícia). Diz-se por *sedução* porque o governo militar investiu a polícia com o *poder-fazer*, e por *intimidação* porque a S₁(polícia) tinha o *dever-fazer*. Sendo representante da lei, a polícia deveria prender os participantes do XXX Congresso. Tem-se, também, um percurso da polícia como *destinador-manipulador* em relação aos estudantes, *destinatários manipulados*.

Sendo *sujeito do fazer*, S₁ manipula S₂, que é o sujeito de estado e transforma seu estado de *junção* com o *objeto-valor*, já que, no final da narrativa, S₂ passa ao *estado de disjunção*.

A manipulação da polícia em relação aos estudantes evidencia-se, na narrativa, pelo fato de existir um saber anterior de que não era permitido se reunir. Esse saber se estabeleceu por meio de decretos¹². Dessa forma, havia uma interdição, constituída como elemento de manipulação. Trata-se da censura, que representa uma manipulação por intimidação. Essa forma de manipulação manifesta-se, também, pela presença da subversão, pois só existem manifestações subversivas onde existe proibição. O fato de a notícia de base mencionar que “foram disparados tiros para o ar” (Parágrafo 27), que “os soldados ameaçavam atirar a qualquer movimento” (Parágrafo 28) comprova a existência de uma manipulação por intimidação. Outro aspecto que demonstra essa forma de manipulação relaciona-se ao fato de, naquele momento histórico, o País ser governado pelo regime militar. A palavra regime remete à idéia de regimento e implica reger, impor, disciplinar, manter sob comando, proibir, fazer cumprir regras.

Além disso, a narrativa apresenta um outro *percurso narrativo* que tem como *destinador-manipulador*, implícito, a ideologia de esquerda, que manipulava, por *sedução*, S₂ (estudantes). Todas as ações do movimento estudantil se davam em função dessa ideologia, por isso pode-se considerá-la como um destinador-manipulador. Ressalte-se que “na manipulação, o destinador propõe um contrato e exerce a persuasão para fazer o destinatário aceitá-lo. O *fazer-persuasivo* ou o *fazer-crer* do destinador tem como contrapartida o *fazer-interpretativo* ou o *crer* do destinatário, de que decorre a aceitação ou a recusa do contrato” (BARROS, 1997, p. 28-29).

Existem quatro grandes tipos de manipulação: *tentação*, em que o *destinador-manipulador* investe valores positivos no *objeto* para, assim, levar o *destinatário* a crer e a cumprir o contrato; *intimidação*, na qual o *destinador* investe valores negativos no objeto, conduzindo o *destinatário* ao *dever-fazer*; *sedução*, quando o *destinador* investe valores positivos no destinatário, fazendo-o *querer-fazer*; e *provocação*, quando o *destinador* investe valores negativos no destinatário, levando-o ao *dever-fazer*.

Observa-se que a narrativa parte da perspectiva de um estudante sempre manipulado e de uma polícia que sempre manipula, juntamente com o governo militar. Essa perspectiva está

¹² Por meio desses decretos, foram estabelecidos os Atos Institucionais, sendo o mais rigoroso deles o AI-05, que instalou a censura. Esses decretos criaram, também, o Serviço Nacional de Informações (SNI), “com o objetivo principal de coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e as informações sobre questões de subversão interna” (COUTO, 2003, p. 66).

presente em todas as notícias que compõem a narrativa de cobertura do XXX Congresso. Ocorre uma *manipulação* por *intimidação* da polícia (S_1) em relação aos estudantes (S_2). Essa intimidação é representada pela censura existente durante o regime militar. Esse sistema era o instrumento utilizado pela polícia para manipular. Outros textos, componentes dessa narrativa, apresentam, basicamente, os mesmos programas. Na notícia intitulada Polícia armou esquema na sexta-feira (cf. anexo B), por exemplo, visualizam-se os seguintes *programas narrativos*:

PN de base = prender e estabelecer a ordem

$$[S_1(\text{polícia}) \rightarrow (S_2(\text{estudantes}) \cap Ov(\text{realizar o congresso}) \rightarrow S_2 \cup Ov)]$$

PNs de uso:

PN₁ = Montar esquema

PN₂ = obstruir a fuga

PN₃ = dissolver e aprisionar

PN₄ = aprisionar

O percurso do sujeito polícia é formado por quatro *programas narrativos de uso*. PN₁: montar o esquema; PN₂: obstruir a fuga; PN₃: dissolver o esquema; e PN₄: prender os estudantes. Com a prisão dos participantes do congresso, S_1 consegue realizar o *programa narrativo de base*, que é estabelecer a ordem. Para realizar essa performance, S_1 está modalizado com o *poder-fazer*, já que é o órgão responsável pelo estabelecimento da ordem. Desse modo, temos um sujeito que *pode fazer*, ou seja, tem a *competência* para *fazer*.

Essa notícia (cf. anexo B) demonstra, ainda, que, além de *querer* e *dever*, S_1 *sabe fazer*, haja vista que tem todas as informações sobre o Congresso, como localização, quantidade de participantes e formas de organização. Com essas informações, S_1 monta o esquema para a prisão, modalizando-se com o *saber*. A partir desse momento, tem a *competência*. Além dessa modalização, S_1 também está modalizado com o *poder-fazer*. A polícia estava baseada na lei para realizar suas ações, enquanto S_2 estava na ilegalidade, não tinha o *poder-fazer*, não estava modalizado com a *competência*.

Percebe-se que, em toda a narrativa de cobertura, o destinatador implícito – o governo militar – manipula S₁ por sedução, atribuindo-lhe um saber e um poder que levam o destinatário a *dever-fazer*, conforme se observa neste recorte do texto Polícia armou esquema na sexta-feira (cf. anexo B): “2 – Missão – compete à Força Pública em estreito contato com o DOPS, após a constatação de que a reunião realmente se processa com fins subversivos, dissolvê-la e aprisionar os participantes” (Parágrafo 7). De acordo com Barros (1997, p. 33), “a manipulação só será bem sucedida quando o sistema de valores em que ela está assentada for compartilhado pelo manipulador e pelo manipulado, quando houver certa cumplicidade entre eles”.

Nessa narrativa, o destinatador governo militar e o destinatário polícia compartilham os mesmos valores, tendo em vista o empenho da polícia em efetuar as prisões, como demonstra o parágrafo 08 do mesmo texto (cf. anexo B):

3 – Execução – a manobra fica dividida, para fins de execução, em duas partes: ação de dissolução e aprisionamento nas fazendas, a cargo do 7.º BP de Sorocaba; ação de obstrução de possível fuga pela estrada da Cachoeira da Fumaça, em direção à BR2, a cargo do DPM.

Além do percurso do sujeito e do percurso do destinatador-manipulador, a narrativa apresenta o percurso de um destinatador-julgador em que se percebe uma sanção cognitiva ou interpretativa em relação ao sujeito polícia, que se demonstra pelo fato de que este cumpriu os compromissos estabelecidos no contrato, sendo julgado positivamente. Considerando toda a narrativa, pode-se afirmar, tendo em vista o fato de a polícia declarar que sabia da realização do Congresso, como demonstra a expressão “(...) em fonte totalmente credenciada, soube-se, no fim da noite, que a polícia desde muito tempo sabia que o congresso seria realizado em Ibiúna e permitiu que os estudantes lá se reunissem” (Parágrafo 15), extraída do texto Polícia armou esquema sexta-feira (cf. anexo B), que esse sujeito foi sancionado positivamente, pois está implícita a informação de que os organismos policiais foram competentes na missão. Por outro lado, os estudantes, por subverterem as regras estabelecidas pelo regime militar e por não terem sido competentes para realizar a ação, caíram numa armadilha, sendo sancionados negativamente com a prisão. Essa *sanção*, atribuída aos estudantes, representa o sistema repressivo que atuava naquele período.

Os valores presentes nessa narrativa permitem caracterizar a ação do governo militar, por meio da polícia, como organizada, o que, de acordo com a filosofia positivista que norteava o regime militar, agrega-lhe o sentido de repressiva. Dessa forma, S₁, ao entrar em conjunção com a organização, priva S₂ do valor liberdade. Assim, S₂ é o anti-sujeito, porque ele desenvolve as ações de provocar desordem, com a realização do XXX Congresso que, de acordo com o sentido gerado, era prejudicial à sociedade. É preciso considerar que, naquele momento, a ordem estava relacionada às regras que regiam as idéias. Não se tratava de ordem física, mas da ordem do pensamento. As idéias deveriam estar alinhadas ao pensamento político vigente. Sendo assim, não era interessante mudar nada. Tudo deveria permanecer como estava. Esse aspecto nos remete ao pensamento desenvolvido por George Orwell na obra **1984** (2005, p. 54), em que relata a criação de uma língua que serviria para policiar o pensamento das pessoas. Conforme o que se preconiza nesse livro, “não há motivo nem desculpa para cometer uma crímidéia. É apenas uma questão de disciplina, controle da realidade”. No regime militar tentava-se vigiar o pensamento, controlar a realidade. O pensamento de todos deveria estar alinhado ao pensamento daqueles que estavam no poder.

Observa-se que a relação de S₁ com seu objeto-valor está determinada como uma relação desejável e possível: a polícia quer prender e estabelecer a ordem, além disso, deve, sabe e pode fazer. S₁, estando modalizado, passa a ter a competência modal para a ação. O destinador governo militar está modalizado com o *fazer-fazer*, já que ele, implicitamente, doou valores modais ao destinatário-sujeito que, por sua vez, está modalizado com o *fazer*, ou seja, tem a competência para realizar a ação. A doação dessa competência por parte do destinador está pressuposta. Portanto, a narrativa de 1968 mostra S₁ dotado de uma competência modal atualizante, pois no início esse sujeito, pressupostamente, é instaurado com o *saber-fazer* e o *poder-fazer*. A polícia sabia onde estavam os estudantes e já possuía um esquema organizado e, em virtude disso, efetuou a prisão de forma rápida, tornando-se realizado.

Na narrativa veiculada em 1984, final do processo de abertura democrática, apresentam-se como *sujeitos* a sociedade que, representada por políticos, intelectuais, sindicalistas, artistas e a população em geral, constitui-se como sujeito cujas ações farão com que as categorias semânticas de base assumam valores, e o governo militar, um sujeito pressuposto. Como *objetos* há, para S₁, a realização de eleições diretas e, conseqüentemente, a liberdade. Este é o *objeto* modal, enquanto aquele é *objeto* descritivo. Para S₂, o *objeto-valor* é o poder, obtido por meio da ordem que foi

instalada pela opressão e que está perdendo força. O conflito entre os dois grupos ocorre porque S₁ quer entrar em estado de conjunção com seus *objetos-valor* e para isso é necessário que S₂ entre em estado de disjunção com o *objeto-valor* poder, porque foi esse poder que espoliou S₁ de sua liberdade e fez com que ele permanecesse nesse estado. Deverá, pois, haver uma transformação de estados. O sujeito do fazer transformará o sujeito de estado.

Durante a narrativa, os estados dos sujeitos alteram-se, considerando os aspectos juntivo e disjuntivo em relação aos *objetos-valor*. Revela-se uma transformação de estado pouco acentuada em relação a S₁. Esse sujeito termina a narrativa sem conjunção com o objeto eleições diretas, porém o discurso mostra que ele está na iminência de fazê-lo. Por ter sido espoliado da liberdade de expressão e do direito de escolher seus representantes, situação responsável pela crise social que o País atravessava, esse sujeito lutava para que houvesse uma transformação de estado. Percebe-se que, além dos *objetos-valor eleições diretas e liberdade*, estão pressupostos outros *objetos* como *um bom governo, uma solução para a crise e a miséria e mais emprego para a população*. Está pressuposta, ainda, a idéia de que a culpa de S₁ estar espoliado desses *objetos* é do governo militar, por isso este deve passar ao *estado* de *disjunção* com o poder. E o momento para essa mudança acontecer está próximo. Desse modo, o enunciado elementar configura-se como: $S_1 \rightarrow O_v$.

No texto base (*cf.* anexo I)¹³ da narrativa de 1984, S₁, em busca de seu objeto-valor, é sujeito do *fazer* que, para realizar seus objetivos, entrar em conjunção com o objeto precisa transformar estados. O sujeito de estado (S₂) está pressuposto e modalizado pelo medo de perder o poder, sendo esse poder *objeto-valor* e não modalidade do *ser*. Essa modalização está pressuposta no fato de que o Comício da Sé foi permitido pelo governo. Se este tivesse o poder que tinha antes, certamente não teria permitido a realização do Comício.

Para a realização da *performance*, S₁ está modalizado com o *poder-fazer*, já que tem o apoio de praticamente toda a sociedade, artistas, sindicalistas, intelectuais, de muitos políticos que são contrários ao regime militar e da polícia, para realizar o Comício. Além disso, estava autorizado, já que se baseou na lei para realizar suas ações. Desse modo, tem-se um sujeito *competente* para a ação. A *competência*, de acordo com as ponderações feitas por Greimas e Fontanille (1991, p. 64), “constitui-se progressivamente para chegar ao fazer; cada modalização

¹³ Sobre a escolha dessa notícia como texto base da narrativa, ver item 1.1, que trata do *corpus*.

que afeta o fazer constitui um predicado modal (*querer-fazer*, por exemplo), que pode ser, por outro lado, tratado como categoria modal e projetado no quadrado semiótico”.

Percebe-se que, além de *querer* e *poder*, S₁ está modalizado com o *saber-fazer*, porque conseguiu organizar o Comício de forma a reunir um grande número de pessoas e contar com a colaboração de políticos, das principais lideranças sociais e, também, da polícia. A partir do momento em que *pode e sabe fazer*, S₁ tem a *competência* para a ação. Assim, a narrativa mostra, explicitamente, a fase de aquisição da *competência*, do *poder-fazer* de S₁. Esse *poder-fazer* é representado pela mobilização de toda a sociedade brasileira contra o regime militar, como se observa neste recorte, extraído da notícia intitulada Sé: discursos, chuva e música (cf. anexo J):

‘Aqui estão 130 milhões de brasileiros’. Com essa frase, o governador Franco Montoro encerrou seu discurso. Após cantar o hino Nacional, a multidão começou a abandonar a Praça da Sé, debaixo de forte chuva. Assim terminou o comício pelas eleições diretas. A movimentação começou logo pela manhã, com a chegada de bandeiras e até faixas – até do PC e do PC do B -, e cresceu a partir das 15 horas. Houve de tudo: discursos, músicas, vaías, bandas trouxeram seus instrumentos, capoeiristas se exibiram e houve até um enterro simbólico das eleições indiretas (Parágrafo 01).

A notícia revela que S₁ é um sujeito *competente* para a ação, está *modalizado* com um *poder-fazer* representado pela existência de “discursos, músicas e vaías”; pela presença de “bandas, capoeiristas”; pela realização de um “enterro simbólico das eleições indiretas” e pela “união da maioria dos partidos políticos”. Outros textos que compõem a narrativa demonstram essa competência. O parágrafo 2 da notícia intitulada Artistas compareceram para cantar e protestar (cf. anexo L) revela essa competência, destacando a ação dos artistas, fato que enfatiza o *poder-fazer* de S₁, como demonstram as expressões: “mais de 50 artistas estiveram no palanque da Sé: eram anunciados em grupos de dois ou três de uma vez e só um falava, brevemente”. O texto cujo título é Faixas e até bandeiras dos PCs (cf. anexo M.) também corrobora a afirmação de que S₁ tem a *competência* para a ação, pois menciona:

Depois do meio-dia, quando o palanque junto às escadarias da catedral já estava cercado pela multidão crescente, o secretário de informação e comunicações, Jorge Cunha Lima, ordenou que se trouxesse a maior bandeira brasileira disponível, confidenciando: ‘no marco zero tem de ficar a bandeira do Brasil’ (Parágrafo 3).

Considerando as relações de junção e de disjunção e que o sujeito só existe se for determinado pela relação transitiva com um objeto, pondera-se que S_1 , por ter a *competência* e ainda estar em *disjunção* com o objeto eleições diretas, encontra-se *atualizado*, precisando entrar em conjunção com esse objeto para ser *realizado*. Em busca de realizar seu programa narrativo de base – entrar em conjunção com as eleições diretas –, S_1 realiza programas narrativos de uso. Por outro lado, S_2 que, em alguns momentos, sincretiza, pressupostamente, os papéis actanciais de sujeito de fazer e de sujeito de estado, realiza alguns programas narrativos que colaboram para que S_1 conclua seu programa de base. Desse modo, S_2 desempenha o papel de colaborador de S_1 , apesar de ser o sujeito contra o qual S_1 está desenvolvendo as ações. S_2 é considerado, por S_1 , como sendo um anti-sujeito, um indivíduo que prejudica a sociedade e, por isso, deve ser destituído desse poder. Para destituí-lo e entrar em conjunção com seu *objeto-valor*, S_1 desenvolve vários programas narrativos de uso. A narrativa, envolvendo todas as notícias, apresenta os seguintes *programas narrativos de uso*:

Programa narrativo de base:

$$PN = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cap Ov)]$$

$$PN = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cup Ov)]$$

Programas narrativos de uso:

PN1 = F(reunir-se na Praça da Sé)

$$[S_1 \text{ (sociedade)} \rightarrow (S_2 \text{ (governo militar)} \cap Ov \text{ (ordem, opressão, censura)})]$$

PN2 = F(exigir eleições diretas)

$$[S_1 \text{ (sociedade)} \text{-----} (S_2 \text{ (governo militar)} \cap Ov \text{ (ordem, opressão, censura)})]$$

PN3 = F (proferir discursos contra a ditadura militar e o governo)

$$[S_1 \text{ (Sociedade)} \text{-----} (S_2 \text{ (Governo militar)} \cup Ov \text{ (ordem, opressão, censura)})]$$

Observa-se que o percurso de S_1 (sociedade) é formado por três *programas narrativos de uso*. PN1: reunir-se na Praça da Sé; PN2: exigir eleições diretas; e PN3: proferir discursos contra ditadura militar e o governo. Ao conseguir expor suas idéias e fazer suas solicitações e

exigências sem ser interrompido pela polícia, Si consegue realizar o programa narrativo de base: realizar o Comício e apresentar seu desejo de ser livre para se expressar e influenciar as decisões políticas do País.

3.3. O percurso passionnal dos sujeitos e as relações de sentidos

Ao desenvolver os programas narrativos, a Semiótica trata de um *estado de coisas* implicado na relação do sujeito com o objeto e de um *estado de alma* referente aos estados de *ser* do sujeito que desenvolverá um *percurso passionnal* ao longo da narrativa – trata-se de uma *modalização do ser*. Desse modo, as paixões devem ser entendidas como “efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito de estado” (BARROS, 2001, p. 61). Esse sujeito desenvolve *estados de alma* que dão origem a um *percurso passionnal* ao longo da narrativa. Nesse percurso, as emoções demonstram-se por meio da linguagem. Assim sendo, este tópico trata dos sentidos gerados por meio da manifestação lingüística e por meio do percurso passionnal dos sujeitos. Primeiro apresenta-se o percurso construído nos textos veiculados em 1968, a seguir apresenta-se o percurso construído nas notícias veiculadas em 1984.

Nos discursos veiculados durante a ditadura militar, essa modalização revela que o medo caracteriza-se como o principal *estado de alma*, a principal *paixão*, determinante das ações do *sujeito de estado*, os estudantes, conforme se observa nestes trechos, extraídos do texto O congresso, antes da polícia (cf. anexo A):

A maior preocupação estava na segurança do congresso. Por causa dela, quem chegasse ao local não poderia mais ir embora. Até os aplausos foram proibidos, porque podiam ser ouvidos. Quando alguém no plenário queria se manifestar, estalava os dedos (...) (Parágrafo 3).

Tudo isso, junto com o medo de que o local fosse descoberto, acabou prejudicando todos os trabalhos do congresso (...) (Parágrafo 9).

O percurso passionnal dessa narrativa é construído a partir da luta entre dois *actantes*, gerada em torno de um conflito ideológico. Desse conflito, surge a *tensão* entre eles, fazendo com que se manifeste, no sujeito de estado, o medo. Porém, mesmo com medo, não deixaram de

lutar, porque estavam modalizados pela vergonha. Nesse sentido, a exacerbação da vergonha fez com que perdessem o medo e enfrentassem o regime militar. Lotman (1970, p. 237) pondera que “entre os âmbitos da vergonha e do medo, estabelece-se uma relação de complementaridade. Subtende-se que quem está submetido à vergonha não o está ao medo, e vice-versa. Aliás, a disposição de tais âmbitos é dinâmica e constitui o objeto de uma luta recíproca”. Esse sujeito age constantemente preocupado, com medo de que a polícia apareça a qualquer momento. Esse *estado passional* de medo fez com que agissem em silêncio, pois “até os aplausos foram proibidos, porque podiam ser ouvidos”; com que se escondessem embaixo de lonas, como demonstra a expressão “pegaram o caminhão às pressas, cobrindo-se com uma lona”. Entretanto, o medo não os impediu de fazer porque a vergonha de não se manifestar era superior, considerando a ideologia que os modalizava.

Outros textos da narrativa confirmam o que se diz sobre a paixão do medo. Na matéria Os estudantes não estavam prevenidos (cf. anexo D), há os trechos:

(...) De repente, caminhonetas, jipes e um caminhão passaram a fazer 10 viagens diárias com a camuflagem mal disfarçada de uma lona cobrindo dezenas de cabeças em cada veículo (Parágrafo 2).

(...) havia dois veículos estacionados à margem da estrada, a um quilômetro da cidade. Fugiam à aproximação de qualquer estranho. O lavrador tentou aproximar-se duas vezes dos carros estacionados perguntando-lhes: “precisam de alguma coisa?” Os jovens saíam correndo pelo pasto, supondo estarem sendo perseguidos (Parágrafos 7 e 8).

Ao apresentar o sujeito estudante em *estado passional de medo*, depreende-se um *fazer* persuasivo por parte do enunciador, pois perpassa pela narrativa um sentido de incompetência por parte dos estudantes. O enunciador demonstra no trecho “com a camuflagem mal disfarçada de uma lona cobrindo dezenas de cabeças em cada veículo” que os estudantes não estavam modalizados com a *competência* e, por isso, tinham medo.

Outro *estado de alma* presente ao lado do medo e que faz com que este, muitas vezes, até seja superado ou disfarçado, é a ideologia configurada como uma paixão, já que os participantes do XXX Congresso sabiam que arriscavam a vida e mesmo assim optaram por realizar o evento. Pode-se dizer que se trata de uma insanidade. Permeia o texto o sentido de que os estudantes eram loucos, que agiam como tais, pois estavam passando fome, não tinham onde

dormir e estavam no meio da sujeira e, além disso, poderiam ser presos a qualquer momento, como demonstram os recortes seguintes, extraídos do texto O congresso, antes da polícia (cf. anexo A):

O plenário era também o principal dormitório. Ali dormiam quase 500 estudantes, amontoados nos degraus, a maioria só com um cobertor, reclamando do chão duro e frio e do vento que não parava. Mesmo assim, era o lugar mais disputado, porque muitos não conseguiam lugar nem para sentar e descansar. Era preciso escolher entre a comida e o sono: quem entrava na fila do jantar, dificilmente conseguia lugar para dormir, pois o plenário já estava completamente tomado (Parágrafo 4).

Ao organizar o *percurso passional* dessa maneira, o *destinador* exerce uma *manipulação* sobre o destinatário, fazendo com que este enxergue o sujeito estudante como desprovido de razão, alienado, que não considerava as condições adversas, como se percebe nas expressões: “O plenário era também o principal dormitório. Ali dormiam quase 500 estudantes, amontoados nos degraus, a maioria só com um cobertor, reclamando do chão duro e frio e do vento que não parava”. Observa-se que o fato de estarem submetidos a condições subumanas de sobrevivência poderia fazer com que o destinador tivesse pena dos participantes do Congresso, porém, a forma como o *destinador* apresenta-os, retratando-os como loucos e sem juízo, por desconhecerem as condições adversas que enfrentariam, muda o modo como o *destinatário* irá enxergá-los. Esse aspecto é ressaltado, também, na fala de algumas pessoas que foram inseridas na narrativa como, por exemplo, no trecho a seguir, extraído da matéria A pacata Ibiúna perde sua paz (cf. anexo E), feita por uma dona de casa que morava nas redondezas do sítio em que se realizava o evento: “(...) Dona Rosália é de opinião que os estudantes não deviam agir assim, preocupando o povo, mas por outro lado sente pena deles, ‘pelo frio que estão passando e pela falta de conforto, principalmente para eles, que não estavam acostumados com o mato’” (Parágrafo 4). Os trechos: “Na casa, a quase 500 metros do plenário, mais de 200 estudantes dormiam lado a lado, com espaço insuficiente para esticar as pernas (...)” (Parágrafo 5) e “(...) Havia comida para todos, sempre quente. Mas era quase intragável (...)” (Parágrafo 8), extraídos do texto O congresso, antes da polícia (cf. anexo A), reforça essa interpretação. Percebe-se a presença de um sujeito apaixonado que não leva em conta os riscos que corre.

A paixão do medo foi explorada pelo destinador para intensificar o sentido de que a polícia atuava com firmeza junto à sociedade. Já a paixão ideológica aparece como um estado que transforma os sujeitos em pessoas irracionais, tendo em vista as situações a que se

submeteram para participar do XXX Congresso. Muitos estavam doentes e, além disso, passavam fome, frio e corriam o risco de serem descobertos e presos. Assim, pode-se dizer que o medo era utilizado como recurso de persuasão, seguido pelos outros *estados de alma* que se apresentam na narrativa: esperança, frustração, tristeza e descontentamento. A esperança e a frustração são dois *estados de alma* que se relacionam, pois, se houve frustração, está pressuposto que havia um estado anterior de esperança. Mesmo sendo difícil a situação, os participantes do Congresso tinham a esperança de que conseguiriam realizar suas ações e atingir seus objetivos sem serem descobertos. Esse aspecto comprova-se pela confiança que tinham no esquema de segurança e na realização das votações que estavam previstas. A narrativa demonstra que, apesar de sentirem medo, confiavam e esperavam.

Na notícia O congresso, antes da polícia (cf. anexo A), a frustração pode ser representada pelo momento em que a polícia chegou ao local. Naquele momento, o estado de esperança, de não-frustração deu lugar ao desespero que antecede o estado de frustração. Quando se lê o trecho: “(...) quando os primeiros tiros da polícia foram disparados para o ar, veio o pânico e a correria” (Parágrafo 27), percebe-se a mudança de estado. O percurso conduz o sujeito à frustração. Na notícia Polícia armou esquema na sexta-feira (cf. anexo B), também se percebe a demonstração desses estados nos enunciados:

Em cada ônibus ou caminhão totalmente lotado, havia 5 soldados armados. No interior dos veículos o silêncio era total. Os estudantes abrigavam-se do frio com cobertores colocados sobre os ombros. Os rostos dos que estavam próximo da janela dos ônibus denunciavam a tristeza, o cansaço e a frustração de que se achavam possuídos (parágrafo 14).

Nota-se que da frustração o sujeito passa ao *estado* de tristeza e de desânimo. No final, os estudantes estavam com fome, com frio e cansados. Passaram de um estado de *tensão* e medo a um *estado* de descontentamento, por terem visto frustradas suas esperanças. Esse estado demonstra-se na expressão “(...) os rostos dos que estavam próximos da janela dos ônibus denunciavam a tristeza”. Diz-se que se trata de um sujeito frustrado, porque foi privado de seu objeto-valor, não conseguiu realizar sua busca, não concluiu o programa narrativo e foi interrompido por um anti-sujeito, a polícia. Assim, passou a um estado de relaxamento, já que teve certeza da disjunção com o *objeto-valor* a liberdade.

Pode-se, sobre esse assunto, reportar às palavras de Greimas (2002, p. 27), que ao tratar da apreensão estética no livro ***Da imperfeição***, quando descreve a espera do personagem Robinson, de Michel Tournier, pela queda de uma gota de água, afirma que “(...) a tensão obtida por esse duplo movimento, é o preço do relaxamento definitivo. A espera precede figurativamente o evento”. A *tensão* a que se refere o autor diz respeito à relação do sujeito com a *coisa* desejada. Esse sujeito desenvolve uma ação externa e, ao mesmo tempo, volta-se para si mesmo, num movimento de *tensão* e *relaxamento* inevitáveis. Nas notícias em análise, como o sujeito foi frustrado em sua busca, pode-se dizer que ele não foi correspondido em sua *espera*, uma espera complexa, por estar relacionada a um sujeito que luta com outro sujeito em busca de um objeto-valor. Nesse tipo de espera tem-se, inicialmente, um sujeito modalizado com um *querer-ser* que se torna apaixonado no momento em que começa a agir e a passar por mudanças de estado.

Nesse sentido, a teoria semiótica concebe a paixão como um efeito de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito, tornando-o passional. Esse *sujeito passional* é afetado por ações anteriores que, de alguma forma, o estimulam ou o imobilizam do ponto de vista sensível e afetivo. “Independente das cargas modais definidas em termos de categorias (querer, poder etc.), o sujeito apaixonado é de fato suscetível de ser ‘modalizado’ pelos modos de existência, o que equivale a dizer que a junção enquanto tal é uma primeira modalização” (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 54).

Nas notícias veiculadas em 1984, período em que o processo de abertura democrática estava sendo concluído, nota-se que S₁, a sociedade, apresenta um *estado passional* de *espera fiduciária*. Ele tinha a *esperança* que, conforme Barros (2001, p. 64), “(...) é um dos efeitos de sentido da espera relaxada”. Naquele momento, ele confiava no governo militar que, pressupostamente, sincretizava os papéis de anti-*sujeito*, já que estava no poder e de *sujeito-adjuvante*, por ajuda na transição para o regime democrático. S₁ estava certo de que S₂ agiria da forma esperada, como demonstram os recortes a seguir, extraídos da notícia O grande comício (cf. anexo I):

Três horas de delírio coletivo, de 250 mil pessoas, fizeram os políticos vibrarem e muita gente chorar de emoção. E, ao contrário do que se poderia esperar pelo número de artistas presentes, houve muito pouca música. Muitos cantores preferiram “dar o seu recado” falando em vez de cantar. E os que cantaram decidiram apresentar músicas com fundo político, algumas até feitas especificamente para a campanha das diretas. Foi de fato um comício político (parágrafo 01); (...) Osmar Santos voltou para levantar o ânimo

da platéia: “eu quero muita alegria, eu quero futebol, eu quero carnaval, eu quero eleições diretas e muito mais porque eu sou brasileiro” (...) (parágrafo 07); Foi a vez de Ulisses Guimarães. Voz não muito firme, anunciou: a bastilha caiu hoje aqui na Praça da Sé. Os governos que aí estiveram foram imprestáveis porque não acabaram com esse ladrão que rouba o povo dia e noite, a inflação, porque não defenderam a soberania nacional, e entregaram o país ao FMI, aos bancos estrangeiros e às multinacionais (...) (Parágrafo 23).

As expressões “delírio coletivo, chorar de emoção” revelam que o sujeito tinha a certeza de que conseguiria entrar em conjunção com seu *objeto-valor*, aliás, ele já se sentia em conjunção com esse *objeto*. A fala do apresentador Osmar Santos dizendo que quer “alegria, futebol, carnaval e eleições diretas” porque é “brasileiro” é outra demonstração da certeza de ser merecedor do objeto que busca. O sujeito acha que por ser brasileiro deve ser atendido em suas expectativas. A expressão “a Bastilha caiu hoje”, proferida por Ulisses Guimarães, enfatiza a paixão dessa espera fiduciária, ou seja, da confiança.

Ao descrever uma retórica da paixão, Aristóteles (2003, p. 35) afirma que:

(...) a esperança é acompanhada da suposição de que os meios de salvação estão próximos (...). O que inspira a confiança é o distanciamento do temível e a proximidade dos meios de salvação. E igualmente se há meios de salvação e de proteção numerosos e importantes, ou as duas coisas ao mesmo tempo; se não sofremos nem cometemos injustiças; se absolutamente não temos antagonistas, ou eles não têm poder (...).

Essa confiança é demonstrada, também, na notícia intitulada Sé: multidão, discursos, chuva e música (*cf.* anexo J), como se percebe nos parágrafos a seguir:

(...) Houve de tudo: discursos, músicas, vaias. Bandas trouxeram seus instrumentos, capoeiristas se exibiram e houve até um enterro simbólico das eleições indiretas. (...) (Parágrafo 1).

‘É possível mentir ao povo, e muito se tem mentido, mas não é possível enganar o povo’ – disse, sob fortes aplausos, o prefeito Mário Covas, que lembrou a sua condição de prefeito nomeado. ‘A minha presença aqui, como prefeito nomeado, só terá sentido se eu puder ajudar São Paulo livre e ajudar a tornar livre esta nação, devolvendo a seu legítimo proprietário que é o povo’ (...) (Parágrafo 6).

No texto Artistas compareceram para cantar e protestar (*cf.* anexo L), a *paixão* da espera, baseada na confiança, aparece novamente, por meio do discurso da atriz Fernanda Montenegro, ao qual o jornal se referiu da seguinte forma:

Com um discurso emotivo, de palavras truncadas pelo choro, a atriz Fernanda Montenegro abriu a participação dos artistas no comício da Praça da Sé e foi longamente aplaudida ao referir-se a sua própria emissora, a Rede Globo. ‘Os meios de comunicação estão dedicando mais espaço à causa das diretas, que são justas – disse – e até mesmo a poderosa TV Globo resolveu dar mais cobertura a esse comício de uns dias para cá’ (...) (Parágrafo 1).

Esses aspectos demonstram um outro *estado de alma*: a paciência. O sujeito passional apresenta-se como um sujeito paciente, que sabe esperar, porque tem esperança e segurança. Portanto, está modalizado com o *querer-ser*, com o *não-crer-não-ser* e com o *saber-não-poder-não-ser*. Assim, S₁ é apresentado como um *sujeito do fazer* que, mesmo estando em estado de *disjunção* com o *objeto*, as eleições diretas e a liberdade de expressão, está *relaxado*, modalizado pelo *querer* e pelo *crer*. Desse modo, a confiança diz respeito àquilo que o *sujeito de fazer* pensa poder contar com o *sujeito de estado* para realizar suas esperanças ou direitos, o que pressupõe um *dever-fazer* do sujeito de estado na visão do *sujeito do fazer*, pois este crê que aquele deve realizar a ação. Essa confiança demonstra-se em outras notícias que fazem parte da narrativa. Numa delas, Faixas e até bandeiras dos PCs (*cf.* anexo M), percebe-se a paixão da confiança nos trechos:

Por volta de 10 horas, no entanto, uma moça subiu ao marco zero da cidade e desfraldou uma imensa bandeira vermelha, com a foice e o martelo no centro. À sua volta, mais 35 bandeiras do partido comunista do Brasil foram disciplinadamente abertas, guardando lugar e exigindo a ‘legalização do PC do B’, ‘Reforma Agrária’, ‘Fora FMI’ e ‘Socialismo’. A Sé ficou tingida de vermelho, preocupando os organizadores do comício. Enquanto isso, membros do PT ocupavam o lado direito da praça, com 200 bandeiras e farto material para distribuição (Parágrafo 2).

Percebe-se que na expressão “desfraldar uma imensa bandeira vermelha” a intensidade da confiança que S₁, a sociedade brasileira, tinha naquele momento. Existia a certeza da conjunção com o *objeto-valor*. Outros trechos como: “mais 35 bandeiras do partido comunista do Brasil foram disciplinadamente abertas, a Sé ficou tingida de vermelho” enfatizam esse *estado de alma*, pois só confiando plenamente S₁ teria coragem de realizar tais ações. Mais uma notícia,

componente da narrativa de 1984, Professores esquecem a greve (*cf.* anexo N), demonstra a *paixão* da confiança:

‘Diretas já, diretas já’, cantavam ontem os professores quando se dirigiam da Praça da República para a Praça da Sé. Pelo trajeto, os professores, esquecendo-se de suas reivindicações salariais – eles foram orientados pelo presidente da Apeoesp, Gumercindo Milhomem Neto, para que não levassem suas faixas e cartazes de protesto – cantavam paródias apenas em favor das Diretas: ‘Não, não, não ao colégio do João’ e ‘o povo está a fim da cabeça do Delfim’ (...) (parágrafo 1).

Percebe-se a presença desse estado de confiança em outro texto, Montoro, o mais vaiado do comício (*cf.* anexo O). O fato de os participantes do Comício terem coragem de vaiar demonstra mais uma vez a certeza que esse sujeito tem de que conseguirá entrar em conjunção com seu objeto-valor – as eleições diretas e, conseqüentemente, a liberdade. Esses aspectos são percebidos nos recortes a seguir:

Anunciar o nome do governador Franco Montoro junto com os outros governadores e líderes do partido foi uma estratégia que não deu certo. Monto, mesmo assim, foi vaiado sempre que citado e só conseguiu fazer seu discurso de encerramento do comício sem manifestações contrárias porque Luiz Ignácio da Silva, presidente nacional do PT, fez um apelo em nome da ‘unidade’. Antes dele, Montoro recebeu vaias quando o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, fez apenas uma referência a seu nome (Parágrafo 1).

Essa confiança implica uma espera fiduciária que configura o *estado* de S_1 e se dá por meio do *contrato fiduciário*, uma espécie de projeção das expectativas do sujeito, que ocorre em razão da construção de simulacros e porque cada sujeito determina as cláusulas do contrato que lhes são mais convenientes. Por simulacros entendem-se os objetos imaginários que o sujeito projeta e que, embora não tenham qualquer fundamento intersubjetivo, determinam as relações intersubjetivas. Conforme Greimas e Fontanille (1993, p. 59), “toda comunicação é comunicação (e interação) entre simulacros modais e passionais: cada um dirige seu simulacro ao simulacro de outrem, simulacros que todos os interactantes, bem como as culturas às quais eles pertencem, ajudaram a construir”. Para esses teóricos toda comunicação repousa na circulação de simulacros. O não-cumprimento das cláusulas estabelecidas entre os *actantes*, por meio desses simulacros, gera os estados de decepção e frustração – um não-cumprimento do *contrato fiduciário*. Esse

contrato, de fé e de confiança, é a principal garantia para o estabelecimento do *contrato veridictório*, que faz com que as coisas pareçam verdadeiras.

Para Barros (2002, p. 94),

O contrato de veridicção determina as condições para o discurso ser considerado verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto, ou seja, estabelece os parâmetros, a partir dos quais o enunciatário pode reconhecer as marcas da veridicção que como um dispositivo veridictório, permeiam o discurso.

Nos discursos produzidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1984, percebe-se que os acordos fiduciários são cumpridos e o sujeito do *fazer* conclui seu percurso em estado *realizado*. Ele está satisfeito e confiante, *relaxado*. Está modalizado com o *querer-ser*, com o *crer-ser* e com o *saber-poder-ser* e, por isso, confia. Mesmo não tendo, ainda, entrado em conjunção com o *objeto-valor* eleições diretas tem a certeza de que elas virão. Essa certeza é gerada pelo fato de que o Comício da Sé foi realizado sem interferência policial, o que indica que S₂, o governo militar, está mudando a maneira de governar, o que possibilitará o estabelecimento da democracia. S₁ conseguiu transformar S₂. Portanto, ao delinearem-se os sentidos da paixão nas narrativas, é possível observar a maneira como esse aspecto reflete-se nas estratégias de persuasão que o *destinador* apresenta para manipular o *destinatário* e fazer com que compartilhe seus valores.

3.4. As marcas da enunciação e a ilusão de objetividade

Para a Semiótica a enunciação é uma pressuposição. Todo texto a traz pressuposta ao enunciado. Ao resgatá-la, por meio das marcas presentes neste último, revelam-se os sentidos pressupostos, as intenções do enunciatário. Enunciar é o ato real de linguagem. Nele, os sujeitos do discurso entram em contato e dão vida aos acontecimentos relatados. A enunciação mostra um destinador, um destinatário, um tempo e um lugar que geram sentidos. Ao se tratar das projeções da enunciação, instalam-se as categorias de pessoa, tempo e espaço, construindo um simulacro da realidade representada. A enunciação constrói um real e demonstrá-la na análise de um texto jornalístico, requer o desenvolvimento do processo de debreagem actancial, temporal e espacial.

“A *debreagem* consiste, pois, num primeiro momento, em disjuntir do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um não-eu, um não-aqui e um não-agora” (FIORIN, 2005c, p.43). Ao *debrear*, o enunciador constrói um simulacro da realidade no texto porque o *eu*, o *aqui* e o *agora* da enunciação não podem ser recuperados. Fiorin distingue dois tipos de *debreagem*: a *enunciativa* e a *enunciva*. A primeira instala no enunciado os *atores*, o *tempo* e o *espaço* da enunciação, o *eu*, o *aqui* e o *agora*. Esses elementos subjetivam o texto, constroem a presença do sujeito e mostram quem é responsável pelo que está sendo dito; a segunda instala no enunciado um *não-eu*, um *não-aqui* e um *não-agora*; instauram-se os *actantes* do enunciado (ele), o espaço do enunciado (algures) e o tempo do enunciado (então). Fiorin (2005c, p. 44-45) diz ainda: “(...) cabe lembrar que o *algures* é um tempo instalado no enunciado, da mesma forma o *então* é um marco temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero (...)”. Assim, são enunciados escritos em terceira pessoa, no passado e num lugar designado como *lá*. Esse tipo de *debreagem* cria o efeito de objetividade, já que apaga do texto as marcas da enunciação, sendo, portanto, o recurso predominante em textos jornalísticos. “A *debreagem* é a condição primeira para que se manifeste o discurso sensato e partilhável: ela permite estabelecer, e assim objetivar, o universo do ‘ele’ (para a pessoa), o universo do ‘lá’ (para o espaço) e o universo do ‘então’ (para o tempo)” (BERTRAND, 2003, p. 90).

Nas notícias que compõem a narrativa de 1968, instaura-se um sujeito enuncivo, cujas escolhas narram o acontecimento, orientando-o para algumas construções de sentido. Ao projetar seu discurso, o sujeito da enunciação realiza uma *debreagem* enunciva ao instalar um *ele*, um *lá* e um *então*. O objetivo do enunciador é criar uma ilusão de objetividade. Instalou-se, pois, um efeito de distanciamento. De acordo com Barros (1997, p. 55),

Há uma certa tradição de ‘objetividade’ no jornalismo, ou seja, de manter a enunciação afastada do discurso, como garantia de sua imparcialidade. Existem, como bem se sabe, recursos que permitem ‘fingir’ a ilusão de distanciamento, pois a enunciação, de todo modo, está lá filtrando por seus valores e fins tudo o que é dito no discurso. O principal procedimento é o de produzir o discurso em terceira pessoa, no tempo do “então” e no espaço do ‘lá’.

Desse modo, tem-se a ilusão de que o enunciador apenas narra o acontecimento sem emitir juízo de valor sobre os fatos. Porém, as marcas da enunciação revelam a existência, no

discurso, de uma perspectiva por parte do enunciador que denuncia seu posicionamento, conforme se observa nos 1º e 2º parágrafos do texto O congresso, antes da polícia (cf. anexo A):

O 30º congresso da ex-UNE começou na noite de quinta-feira. Ainda faltavam muitos delegados, mas a maioria dos que já haviam chegado não queria esperar mais: ninguém tinha condições físicas para passar de domingo, na situação em que estavam. Algumas bancadas chegaram a ameaçar: ou o congresso começava ou elas se retirariam. Para evitar isso a diretoria da ex-UNE abriu a sessão plenária inicial. Mas as condições do local prejudicaram e influenciaram todas as decisões, até a manhã de sábado, quando a polícia invadiu o sítio. O plenário era uma tenda improvisada ao pé de um morro, recortado em degraus, onde todos se sentavam. Não havia proteção dos lados e chovia durante quase todo o tempo. No início, os degraus de terra estavam todos cobertos de plástico, para que ninguém se sujasse. Na quinta-feira, quem quisesse ficar ali tinha que tirar os sapatos, que eram embrulhados em folhas de jornal. Na sexta-feira, quase ninguém se preocupou com isso: a chuva e a lama já haviam tirado qualquer possibilidade de limpeza (...).

Para criar a ilusão de objetividade, o enunciador optou por apresentar pessoas, espaço e tempo que o enunciatário possa reconhecer como reais, tornando sensível o que era inteligível. Conforme Lopes (1978, p. 43),

Nos sistemas semióticos cuja substância de expressão é de natureza visual, o espaço exterior se encarrega freqüentemente do papel de tornar sensível algo inteligível: uma idéia, algo inteligível e, por isso, do domínio interoceptivo, só se pode declarar se receber uma configuração sensível no espaço exteroceptivo.

Assim, na mesma notícia, o enunciador, ao iconizar o acontecimento, utilizando uma foto que mostra os estudantes sendo presos e um mapa que retratava o local do evento e o trajeto que os participantes fizeram para chegar até lá, o faz buscando tornar sensível o inteligível para, assim, convencer mais facilmente acerca daquilo que informa.

A linguagem não-verbal é outro recurso persuasivo, uma vez que enfatiza a mensagem transmitida pelo texto verbal. Considerando que a foto utilizada na matéria (cf. anexo A) está em preto e branco e que foi tirada há quase quarenta anos, fatores que limitam as possibilidades de exploração do sentido, analisa-se, especialmente, o plano de conteúdo e alguns aspectos do plano de expressão. A partir da leitura de uma imagem, o enunciatário constrói significados que o remetem à realidade aí representada. Trata-se de uma representação do real que esse enunciatário aceita como sendo o próprio real. Assim, utilizando as palavras de Barthes (1964, p. 46), pode-se afirmar que “(...) em lingüística, a natureza dos significados deu lugar às discussões, sobretudo referentes a seu grau de ‘realidade’; todas concordam, entretanto, quanto a insistir no fato de que

o significado não é uma ‘coisa’, mas uma representação psíquica da ‘coisa’”. Esse teórico pondera, também, que “(...) o significante é um certo ‘tratamento’ da imagem sob a ação do criador, e cujo significado, quer estético, quer ideológico, remete a uma certa cultura da sociedade que recebe a mensagem”(BARTHES, 1982, p. 305).

O tratamento que o enunciador dá à imagem leva em consideração o tipo de enunciatário que receberá a mensagem. Desse modo, no momento em que seleciona-se uma imagem constroem-se outros significados a partir da realidade representada.

Ao retratar o Congresso por meio da fotografia, o enunciador apresenta, primeiramente, um mapa do local, no qual descreve a organização física do evento. O mapa é cortado, na horizontal, por um riacho e na vertical por uma estrada que leva a Ibiúna. Ao alto, o mapa mostra a cachoeira e os morros, mais abaixo apresenta uma casa de campônio, o dormitório e a enfermaria, que é uma barraca muito pequena, localizada perto do riacho. Do lado direito do mapa, estão o banheiro e o chiqueiro. Na parte de baixo, há uma cozinha e o plenário, que também funcionam como dormitório.

Ao lado do mapa, o enunciador apresenta a foto que retrata o momento em que os estudantes foram presos. Ao mostrá-los caminhando em fila e com as mãos na cabeça, o enunciador enfatiza a eficácia da ação da polícia. Esse aspecto demonstra um deslocamento da mensagem fotográfica na construção de outros significados. Aparece, portanto, um sentido conotado, construído tanto pelo enunciador quanto pelo enunciatário.

A conotação não se deixa forçosamente apreender imediatamente ao nível da própria mensagem (ela é, se quisermos, simultaneamente visível e ativa, clara e implícita), mas pode-se já induzi-la de certos fenômenos que se passam ao nível da reprodução e da recepção da mensagem: de um lado, a fotografia de imprensa é um objeto trabalhado, escolhido, composto construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas, que são outros tantos fatores de conotação; e de outro esta mesma fotografia não é apenas percebida, recebida, ela é lida, ligada mais ou menos conscientemente pelo público que a consome a uma reserva tradicional de signos (BARTHES, 1982, p. 306).

A foto enfatiza a oposição apresentada no nível fundamental do texto verbal – *liberdade* vs *opressão*. Além disso, contribui para enfatizar a imagem *disfórica* que o texto constrói dos estudantes e a imagem *eufórica* que a notícia constrói da polícia. O fato de os estudantes serem apresentados em fila revela a opção em demonstrar que a polícia é organizada. Por outro lado, o

fato de os estudantes serem apresentados, também, com cobertores, surpresos e sonolentos, ressalta a intenção de caracterizá-los como desorganizados.

Utilizando esse processo de ancoragem, o enunciador convence com mais facilidade o enunciatário de que aquilo que diz é verdadeiro, pois, ao mostrar uma imagem, ele dá a impressão de que reproduziu o acontecimento tal como ocorreu. Segundo as palavras de Bertrand (2003, p. 155), “Fazer ver é fazer crer”. Dessa forma, afirma-se “(...) que o estudo das projeções da enunciação permite analisar o discurso como objeto produzido por um sujeito que procura construir seu objeto discursivo e atingir um certo fim” (BARROS, 1997, p. 62). A forma de organizar o espaço enunciativo controla a produção de sentido por parte do enunciatário. As seleções feitas pelo enunciador orientam a construção de sentidos e a noção de valores.

A notícia em questão (cf. anexo A) utiliza a *debreagem* enunciva para fazer com que a opinião pública creia na sua imparcialidade. Sendo esta a matéria de capa, não seria relevante o jornal demonstrar um fazer argumentativo. Assim, optou por um *fazer narrativo* para, nas notícias seguintes, mostrar o interesse em persuadir, convencer, como se observa no texto Polícia armou esquema na sexta-feira (anexo B). Esse texto utiliza, além da *debreagem* enunciva, que remete ao efeito de objetividade, uma *debreagem* interna enunciativa, que se materializa pela presença de outras instâncias que fazem uso da palavra, conforme se verifica no parágrafo abaixo:

Falam tanto da organização dos estudantes, que achava impossível chegar aqui a tempo de encontrá-los. E a prisão, então, foi mais fácil ainda. Falam tanto da sua segurança, do seu sistema de comunicação, que nunca poderia esperar encontrá-los assim. São uns malucos de fazer uma reunião num lugar desses (Parágrafo 2).

Nota-se a inserção de outras vozes no discurso, por meio do discurso direto. Tem-se o coronel Barsotti que enuncia, sendo, portanto, uma instância enunciativa. O texto apresenta, no primeiro plano, uma *debreagem* enunciva, por meio de um discurso predominantemente indireto. Percebe-se, no decorrer de toda a notícia, a voz da polícia. **O Estado de S. Paulo** coloca-se tão-somente como enunciador, no entanto atribui parte da responsabilidade pelas informações a um locutor que ora é a polícia, ora é o coronel Barsotti, demonstrando que se responsabiliza parcialmente pelo que está dito. Todavia, percebe-se que o jornal não se ausenta do discurso, constituindo um modo de presença próprio. Num segundo plano apresenta-se uma *debreagem* enunciativa, que tem como *actante* o coronel Barsotti.

Sobre a debreagem interna, Fiorin (2005c, p. 45) explica que:

Trata-se do fato de que um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torna instância enunciativa, que opera, portanto, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva. É assim, por exemplo, que se constitui um diálogo: com debreagens internas, em que há mais de uma instância de tomada de palavra. Essas instâncias subordinam-se umas às outras: o eu que fala em discurso direto é dominado por um eu narrador que, por sua vez, depende do eu pressuposto pelo enunciado. Em virtude dessa cadeia de subordinação, diz-se que o discurso direto é uma debreagem de segundo grau.

Quando o enunciador do jornal **O Estado de S. Paulo** instala um outro eu no enunciado, aparece a complexidade em saber de quem é a responsabilidade pela informação que foi dada. Nesse momento, percebe-se a presença de outros locutores. Instalam-se várias vozes no discurso de um único enunciador, conforme se visualiza nos recortes seguintes, extraídos do mesmo texto (*cf.* anexo B):

A polícia, pelo seu esquema montado desde sexta-feira, à tarde, esperava encontrar só uns 300 estudantes. E o comandante do 7º BP de Sorocaba, cel. Dilvo Barsotti, que comandou a ação, não contava nem com isso (parágrafo 01); O comandante achava que, tendo de fazer uma marcha a pé de mais de 7quilômetros, certamente haveria informantes espalhados pela região com transmissores para avisá-los (Parágrafo 3).

Para o 7.o BP, o dispositivo deveria estar pronto às 4 horas, na bifurcação da estrada São Paulo-Sorocaba, via Vargem Grande. Para o DPM o horário era o mesmo, na entrada para a estrada da Cachoeira da Fumaça (Parágrafo 11).

A polícia afirma ter apreendido farto material subversivo. Uma caixa de bombas, cujo tipo ninguém soube explicar qual fosse também foi trazida para São Paulo. Apesar de os estudantes não terem oposto a menor resistência à operação policial, acredita-se que haja armas enterradas no local onde estavam acampados (Parágrafo 16).

Os textos jornalísticos normalmente instalam outros locutores em seus discursos, pois, ao noticiar ou reportar fatos, o jornalista precisa ouvir outras pessoas, cujos discursos aparecerão em seus textos. Esses discursos podem aparecer de forma direta ou indireta. A presença de outros discursos e a forma como o enunciador escolhe para reportá-los demonstra o grau de responsabilidade que esse enunciador assume em relação ao que está sendo dito. Ao tratar das astúcias da enunciação, Fiorin (2005c, p. 69-70) aponta que:

(...) quando se produzem enunciados, pode-se incorporar contratual ou polemicamente enunciados de outrem. Assim, há enunciados que incorporam diferentes responsáveis

pela enunciação. (...) Narrador e interlocutor são instâncias que tomam a palavra, que dizem eu. Locutor é a voz de outrem que ressoa no enunciado de um narrador ou de um interlocutor. Assim, o locutor é a fonte enunciativa responsável por um dado enunciado incorporado no enunciado de outrem. Dessa forma, o que será considerado locutor num dado nível foi narrador ou interlocutor noutro.

Em uma outra notícia, Os estudantes não estavam prevenidos (*cf.* anexo D), o enunciador dá voz, por meio do discurso direto, a um comerciante, que faz a seguinte afirmação: “Ou é piquenique ou coisa muito séria – dizia o dono de um armazém da estrada, João Aranha. A moçada barbuda não acaba mais de passar. Desde segunda-feira a procissão vai aumentando” (Parágrafo 3). Na mesma notícia, o enunciador dá voz a um lavrador: “O lavrador tentou aproximar-se duas vezes dos carros estacionados, perguntando-lhes: - Precisam de alguma coisa? Os jovens saíram correndo pelo pasto supondo estarem sendo perseguidos” (Parágrafo 8).

No texto No primeiro sítio, eles (*sic*) já não estavam (*cf.* anexo F), o enunciador delega a voz ao investigador do DOPS, Boncristiano, e a um lavrador, conforme demonstram os recortes seguintes:

Boncristiano olhava para uma casa numa colina e para uma igreja. Viu movimento de gente dentro da igreja:

- São eles, lá em cima. Não eram. Era missa de verdade. Em seguida viu três estudantes se escondendo dentro da casinha na colina. Quatro investigadores descem o morro correndo para subir na colina do outro lado. Quando se estão aproximando, um caboclo sai na direção deles, ajeitando a camisa dentro das calças, os olhos de sono, chapéu caído na testa.

O investigador se dirige a ele ríspido:

- Você tem visto muita gente aí nessa casa? Eles têm armas?

O caboclo continua andando no mesmo passo, sem alterar-se nem olhar para nenhum daqueles homens. O investigador insiste:

- Então?!

- O senhor comprou a casa? É o novo dono? – responde o lavrador no mesmo tom de voz. Não, não vi arma nenhuma. Isso aí que o senhor leva o que é? Espingarda?

A conversa tinha terminado.

- Esses demônios já fizeram uma catequese por aqui – comentavam os investigadores (...) (Parágrafos 7-16).

A utilização do discurso direto reproduz a fala dos atores envolvidos na cena, no acontecimento noticiado, tal como teria sido proferida para produzir um efeito de sentido de autenticidade. Uma reportagem que utiliza esse recurso quer passar ao leitor a idéia de que foi o entrevistado quem disse, que não são palavras do enunciador, mas sim de um locutor. Desse modo, conquista-se mais facilmente a credibilidade do enunciatário. No caso dos trechos

transcritos acima, ao reproduzir as falas do investigador e do lavrador, o enunciador dá mais veracidade e dramaticidade aos fatos relatados. Tem-se a impressão de que foram relatados como aconteceram. Esse recurso faz com que a opinião pública creia no que está é transmitido. Além disso, é uma maneira de demonstrar que são o investigador e o lavrador os responsáveis pelas informações.

Apesar de se valer muito do discurso direto, o enunciador do jornal **O Estado de S. Paulo** utiliza, predominantemente, o discurso indireto, o que denota um modo de presença, uma valorização do citante e não do citado, uma noção interpretativa do fato. Ao enunciar, visa-se reproduzir o pensamento do interlocutor com suas próprias palavras. Dessa forma, o sujeito enunciador constrói-se na narrativa por meio de uma presença que revela o modo como o jornal, entendido como enunciador, vê e posiciona-se em relação aos fatos. Ao instaurar, em uma matéria de capa, uma debreagem exclusivamente enunciativa e depois, no interior da narrativa, instaurar debreagens internas e enunciativas, feitas por meio da delegação de vozes a outros locutores, o sujeito enunciador demonstra a sua intencionalidade e, assim, uma impossibilidade em se constituir como imparcial. Pode-se mencionar que “o sujeito enunciador é instalado no cruzamento das restrições sintáticas e semânticas que lhe determinam a competência como o espaço de liberdade relativa pressuposto pela efetuação do discurso” (BERTRAND, 2003, p. 84).

Em relação à delegação de voz para os líderes estudantis, percebe-se que esse não é um traço recorrente na narrativa. Na notícia Congresso fora iniciado na 2ª-feira (cf. anexo C), o enunciador instala a voz dos estudantes, como demonstram os parágrafos a seguir:

Alguns líderes contaram que ‘o essencial foi discutido e aprovado nos três dias de trabalho efetivo’ (Parágrafo 3).

Uma representante carioca considerou a possibilidade da reunião findar por ‘absoluta inanição e falta de víveres’, ainda mesmo no sábado (Parágrafo 13).

‘Como é dura a fome’ – dizia um rapaz forte – ‘agora é que a gente sente o problema na carne, sem retórica’ (Parágrafo 15).

‘Este congresso foi o mais duro de todos os quatro de que participei’, disse o universitário barbudo, experiente da delegação carioca. ‘Com o apoio de padres, em conventos, a coisa era mais doce, mas também, menos tentadora e heróica. Já não podemos ludibriar a polícia sem os riscos provocados pela falta de dinheiro, de organização, de quase tudo que é essencial’ (Parágrafo 16).

Ao instaurar o estudante como locutor, o enunciador demonstra que os próprios estudantes admitem a desorganização e o fracasso do Congresso, deixando pressuposta a idéia de que a polícia está fazendo a coisa certa. Ao mencionar que os líderes contaram que “o essencial foi discutido e aprovado”, o enunciador chama atenção para que os congressistas não deram conta de fazer tudo o que planejaram, enfatizando que eles são desorganizados. Ao dizer que uma representante carioca “considerou a possibilidade da reunião findar por ‘absoluta inanição e falta de víveres’”, novamente percebe-se a recorrência do tema desorganização em referência às lideranças estudantis. Desse modo, mesmo que o enunciador crie um efeito de objetividade, não deixando marcas que remetam à enunciação, nota-se uma intencionalidade revelada pelas escolhas operadas, como, por exemplo, mencionar uma fala em detrimento de outra, ressaltar um fato e não outro, partir de um ponto de vista e não de outro.

Ao referir-se às marcas da enunciação, Fiorin (2005c, p. 36) chama atenção para o fato de que:

Esse processo enunciativo colocado no interior do enunciado não é a enunciação propriamente dita, cujo modo de existência é ser o pressuposto lógico do enunciado, mas a *enunciação enunciada*. Teríamos, assim, dois conjuntos no texto-objeto: a *enunciação enunciada*, que é o conjunto de marcas identificáveis no texto, que remetem à instância da enunciação; e o enunciado enunciado, que é a sequência enunciada desprovida de marcas da enunciação.

Na narrativa em análise, encontra-se o desenvolvimento desse processo. O texto Presos 720 no congresso da ex-UNE (cf. anexo G) demonstra que, apesar de o discurso jornalístico privilegiar a enunciação reportada que, conforme Courtés (*apud* Fiorin, 2005c, p.40), “corresponde a um simulacro – no interior do discurso – da relação de comunicação entre enunciador e enunciatário”, ele utiliza a enunciação enunciada quando emite um ponto de vista sobre os acontecimentos narrados, como demonstrado no parágrafo a seguir:

Sem violência alguma, a polícia paulista dissolveu ontem o 30º congresso da extinta UNE e prendeu 720 estudantes e 10 jornalistas (alegadamente a serviço) que dele (*sic*) participavam, num sítio próximo de Ibiúna a 79 quilômetros de São Paulo (Parágrafo 1).

Ao iniciar o parágrafo usando a expressão “Sem violência alguma” e, logo em seguida, reportando-se aos jornalistas, mencionar a expressão “alegadamente a serviço”, o enunciador traz

para o enunciado as marcas da enunciação. Ele se posiciona em relação aos acontecimentos que narra, impondo ao enunciatário seu ponto de vista, marcado pelo uso do advérbio “alegadamente”.

Na narrativa veiculada em 1984, os mesmos aspectos analisados anteriormente apresentam algumas diferenças quanto ao seu emprego pelo enunciador. Ao debruar, o enunciador constrói um simulacro da realidade por meio do discurso, porque o *eu*, o *aqui* e o *agora* da enunciação são substituídos, em textos jornalísticos, por um *ele*, *lá* e *então*, da mesma forma que nas notícias veiculadas durante o regime militar. Nas notícias de 1984, predomina a debreagem enunciva, que serve para construir o efeito de objetividade no texto. Essa debreagem instala no enunciado um *não-eu*, um *não-aqui* e um *não-agora*, instauram-se os *actantes* do enunciado (ele), o espaço do enunciado (algueres) e o tempo do enunciado (então).

Essa narrativa projeta um sujeito enuncivo. Ao utilizar esse recurso, o enunciador transmite um simulacro ao enunciatário, fazendo com que este creia na objetividade sem perceber que se trata de um efeito. Esse aspecto pode ser notado na notícia O grande comício (cf. anexo I), por algumas pistas fornecidas pelo enunciador. Logo no título já se percebem as opções do enunciador. A utilização do adjetivo “grande” demonstra o interesse em falar da importância do evento, posto que uma opção seria denominar, apenas, como O Comício da Sé. Outra demonstração de posicionamento por parte da instância da enunciação reside no fato de que o enunciador destinou um grande espaço na página para a fotografia que retrata o evento. A foto utilizada confirma a utilização do adjetivo “grande”, demonstrando a grandiosidade do evento.

O efeito de objetividade dessa notícia é percebido nos parágrafos a seguir:

Três horas de delírio coletivo de 250 mil pessoas, fizeram os políticos vibrarem e muita gente chorar de emoção (...) (Parágrafo 1).

Estava marcado para começar às 15h30. E quando essa hora passou, o povo, que já se comprimia na praça, começou a se impacientar (...) (Parágrafo 2).

Osmar Santos voltou para levantar o ânimo da platéia (Parágrafo 7).

Nova onda de vibração quando o locutor anunciou: Regina Duarte, Gilberto Gil e Alceu Valença (...) (Parágrafo 14).

Na matéria intitulada Sé: multidão, discursos, chuva e música (cf. anexo J), usa-se o mesmo tipo de debreagem, como nos parágrafos a seguir:

(...) Após cantar o Hino Nacional, a multidão começou a abandonar a Praça da Sé, debaixo de forte chuva. Assim terminou o comício pelas eleições diretas (...) (Parágrafo 1).

O PDS também esteve representado no comício. Integrante do grupo dissidente ‘Participação’, defensor das eleições diretas e apontado como malufista, o deputado Theodorico Ferrão discursou, foi vaiado e saiu aplaudido (Parágrafo 4).

Outras notícias componentes da narrativa apresentam o mesmo tipo de debreagem. O texto intitulado Montoro, o mais vaiado no comício (*cf.* anexo O) ratifica essa afirmação, conforme se observa no parágrafo 4: “Para contornar o embaraço das fortes vaias destinadas a os políticos do PDS e do PTB, convidados a fazer pronunciamentos, o apresentador oficial do comício, o radialista Osmar Santos, precisou usar de muita habilidade e de todo o seu conhecimento de reações de público (...)”.

Para enfatizar ainda mais o efeito de objetividade, o enunciador, no texto O grande comício (*cf.* anexo I), usou a iconização por meio da linguagem visual. A fotografia aparece numa relação entre plano de expressão e plano de conteúdo, o que contribui para a construção de sentido por parte do enunciatário. Dessa forma, este crê mais facilmente na verdade construída pelo discurso. Pietroforte (2004, p. 40) pondera que “(...) toda foto é um enunciado que implica em uma enunciação que o produziu”. O autor menciona, também, que “(...) a fotografia, um sistema semiótico plástico, freqüentemente aparece articulado com um sistema semiótico verbal, compondo o que a semiótica chama de texto sincrético. Quando isso acontece, o sentido do texto deve ser determinado nas relações estabelecidas entre os dois sistemas” (PIETROFORTE, 2004, 40).

Partindo do princípio de que toda imagem, assim como a palavra, é polissêmica, deve-se considerá-la como portadora de significados cuja percepção dependerá do olhar lançado pelo enunciatário. Ao iconizar o acontecimento, utilizando uma foto que mostra toda a Praça da Sé e o grande número de pessoas lá reunido, o enunciador faz perceber que é solidário às reivindicações da sociedade naquele momento. Porém, o enunciador não deixa de transmitir um distanciamento em relação aos fatos, demonstrado uma debreagem enunciativa na fotografia. A imagem está em plano aberto, o que denota distanciamento. A posição do enunciador em relação à imagem considera o tipo de enunciatário que a interpretará.

Ao retratar o Comício da Sé, o enunciador apresenta, em primeiro plano, as pessoas, as faixas de protesto, depois a Catedral e a cidade de São Paulo. Mostrar as pessoas em primeiro

plano remete a uma interpretação de que o enunciador está numa posição de cooperação com o movimento em prol das *Diretas Já*.

A oposição apresentada no nível fundamental – *liberdade vs opressão* – é enfatizada pela fotografia, sendo a liberdade demonstrada euforicamente na imagem. A estratégia de utilização da imagem possibilita ao enunciador convencer mais facilmente o enunciatário. A imagem “traz” o “real” para o discurso.

Assim como se verificou nos discursos produzidos durante o regime militar, além da debreagem enunciativa, que remete ao efeito de objetividade, nos discursos produzidos no final do processo de abertura democrática, o enunciador usa uma debreagem interna enunciativa e, dessa forma, instaura outros locutores no discurso, como demonstram os recortes a seguir, extraídos do texto *O grande comício* (cf. anexo I):

(...) Sete minutos depois ele começou, demonstrando que vinha com toda a disposição de manter o povo animado e participante: ‘quando é que o meu povo quer eleições diretas?’ Para o povo responder em coro: ‘já’ (Parágrafo 2).

(...) E ele anuncia a atriz Fernanda Montenegro que, com a voz embargada, faz um apelo ao presidente Figueiredo: - presidente Figueiredo: o sr. já nos deu a anistia em parte. Agora, nós exigimos que nos dê a anistia total, devolvendo ao povo o direito do voto direto (Parágrafos 4 e 5).

O vice-governador Orestes Quécia foi a primeira das grandes lideranças políticas a falar. Discurso violento: ‘podemos dizer que os brasileiros de São Paulo estão na praça pública para exigir o fim desse regime incompetente que maltrata o povo’ (Parágrafo 16).

A notícia Sé: multidão, discurso, chuva e música (cf. anexo J) também apresenta debreagens internas:

‘Aqui estão 130 milhões de brasileiros’. Com essa frase, o governador Franco Montoro encerrou seu discurso (...) (Parágrafo 1).

‘É possível mentir ao povo, e muito se tem mentido, mas não é possível enganar o povo’ – disse, sob fortes aplausos, o prefeito Mário Covas, que lembrou a sua condição de prefeito nomeado. ‘A minha presença aqui, como prefeito nomeado, só terá sentido se eu puder ajudar São Paulo livre e ajudar a tornar livre esta nação, devolvendo a seu legítimo proprietário que é o povo’ (...) (Parágrafo 6).

(...) Leonel Brizola, do Rio, considerou o comício o reflexo e síntese do que está ocorrendo no País inteiro. ‘É incrível que a corte que se formou em Brasília não reconheça a vontade de mais de 90% do povo brasileiro’ (Parágrafo 7).

‘A Bastilha caiu hoje, aqui na praça’ – iniciou o deputado Ulisses Guimarães o seu discurso, para completar: ‘O povo tomou esse cárcere e os carcereiros são minoria até

no PDS'. O presidente Nacional do PMDB advertiu que aqueles que votarão contra a emenda constitucional restaurando as eleições diretas 'serão cassados pelo voto direto nas eleições de 1986'. E acrescentou que 'o fascismo e a ditadura', não tendo voto, desenvolvem 'esses governos imprestáveis' porque não deram crescimento ao País e nem defenderam a soberania nacional. O penúltimo a falar foi o presidente nacional do PT Luis Ignácio da Silva, que agradeceu os aplausos e tentou minimizar as vaias dirigidas a Franco Montoro. 'Não podemos cercear a liberdade de manifestação de ninguém' – afirmou. 'Há pouco me perguntavam: 300 mil? 400 mil pessoas? A resposta é outra: aqui estão presentes 130 milhões de brasileiros, falando por vocês, falando essa linguagem que sai do fundo da alma do povo brasileiro' – disse Franco Montoro, em seu discurso (Parágrafos 9-12).

A instauração de outros locutores no discurso demonstra o interesse do enunciador em isentar-se do que diz. Essa delegação de vozes implica a existência de várias instâncias enunciativas. Há a voz do locutor Osmar Santos, a voz dos artistas, dos políticos e dos sindicalistas. A instauração de outros locutores é percebida, também, na notícia Artistas comparecem para cantar e protestar, como se nota nos parágrafos 3 e 4, transcritos a seguir: "(...) A Atriz Irene Ravache contava que teve de transferir suas gravações de novela para outro dia para poder comparecer ao comício. 'Temos de mostrar que estamos conscientes – frisava. Nossos governantes estão confundindo danação com voz da nação'" (...). A mesma estratégia discursiva foi utilizada no texto Para Ackel, é reação de perdedor (cf. anexo P), como revela o trecho:

Uma manifestação do direito de reunião, 'normal e até corriqueiro'. Foi essa a reação em Belo Horizonte, do ministro Abi Ackel ao comício da Sé. Salientado estar certo de que tudo ocorreria em ordem, o ministro classificou a campanha pelas eleições diretas como um esforço dos partidos de oposição, 'que perderam a maioria no colégio eleitoral e tentam chegar à presidência subvertendo o processo constitucional estabelecido' (Parágrafo 1).

Desse modo, o texto apresenta no primeiro plano uma debreagem enunciativa, por meio de um discurso predominantemente indireto. E, no decorrer da narrativa, passa para uma debreagem interna e enunciativa, configurada pela instalação de outras vozes. Dessa forma, o jornal **O Estado de S. Paulo** coloca-se apenas como enunciador, atribuindo parte da responsabilidade pelo que diz a outro locutor – a sociedade – representada por artistas, políticos e sindicalistas.

A instauração de outros locutores no enunciado é uma estratégia discursiva que faz com que o enunciatário não saiba quem, de fato, é responsável pelo que está sendo dito. Por meio dessa instauração de locutores se percebe a posição do enunciador em relação aos fatos. A voz é

delegada à sociedade, são os manifestantes que falam. Percebe-se que o governo militar não tem direito a voz. Talvez não fosse importante para o jornal dar voz a esse sujeito que estava perdendo o poder. A reprodução da fala de outros atores por meio de discurso faz com que o enunciador obtenha credibilidade por parte do enunciatário. Percebeu-se que, apesar de delegar voz a outros locutores, por meio de discurso direto, em linhas gerais o que predomina no texto é um efeito de distanciamento por parte do enunciador. Este não tem interesse ou não pode demonstrar posicionamento acerca dos fatos narrados.

3.5. A figurativização e a tematização: reflexos ideológicos

De acordo com as intenções e com as orientações ideológicas do enunciador, os conceitos abstratos são concretizados por meio de *temas e figuras*. A língua possibilita a existência de muitas formas de revestimentos *figurativos*. Em textos jornalísticos, a escolha desses revestimentos acontece de acordo com a visão de mundo do enunciador e também de acordo com o público-alvo que se quer atingir. Assim, dependendo da forma como se concretiza um *tema*, transmite-se determinada ideologia. Esse ato é imanente à linguagem. Ao enunciar, o sujeito demonstra suas posições ideológicas, que se materializam por meio dos *temas* e das *figuras* escolhidos. Conforme dizem Platão e Fiorin (1998, p. 72),

Figura são palavras ou expressões que correspondem a algo existente no mundo natural: substantivos concretos, verbos que indicam atividades físicas, adjetivos que indicam qualidades físicas (...). *Temas* são palavras ou expressões que não correspondem a algo existente no mundo natural, mas a elementos que organizam, categorizam, ordenam a realidade percebida pelos sentidos (...) (Grifos dos autores).

Desse modo, *figurativizar* é revestir o *tema* de acordo com os sentidos que se quer produzir no destinador. A *figurativização* e a *tematização* constituem-se em mais um recurso a serviço do ato de manipulação subjacente em qualquer ato de linguagem. “A *figuratividade* se

define como todo conteúdo de um sistema de representação, verbal, visual, auditivo ou misto, que entra em correlação com uma *figura* significativa do mundo percebido, quando ocorre sua assunção pelo discurso” (BERTRAND, 2003, p. 157).

Nos discursos que circularam no jornal **O Estado de S. Paulo** durante a ditadura militar, os revestimentos *figurativos* confirmam os sentidos que foram produzidos nas outras instâncias da análise. Os temas *opressão, ordem, organização, competência, paz, liberdade, desordem, desorganização e incompetência*¹⁴ são concretizados, primeiramente, pelas *figuras* da polícia, um sujeito organizado que busca restabelecer a “ordem social”, e dos estudantes, um sujeito desorganizado que está provocando a “desordem social”. Salienta-se que os conceitos de *liberdade e opressão, ordem e desordem, organização e desorganização* obedecem à ordem do discurso que prevalecia naquele momento histórico. A liberdade remetia à desordem, à desorganização e à bagunça no universo das idéias. É preciso lembrar que o conflito era ideológico. A desordem não estava no espaço físico, mas no espaço ideológico e o que se queria controlar naquele momento era o pensamento. Assim, o *revestimento figurativo*, embora faça o *destinatário* pensar inicialmente que havia uma desorganização no espaço físico da sociedade, remete-o a esta outra ordem: o controle social do pensamento.

Para *figurativizar* a liberdade, orientando a interpretação para o sentido de desordem, a matéria de base, intitulada O congresso, antes da polícia (*cf.* anexo A), demonstra alguns *revestimentos figurativos*. O trecho “o 30.o congresso da ex-UNE começou na noite de quinta-feira. Ainda faltavam muitos delegados, mas a maioria dos que haviam chegado não quis esperar mais (...)” (Parágrafo 1) serve para concretizar o *tema* desorganização, porque uma reunião que se inicia quando ainda faltam muitos participantes ditos importantes não pode ser considerada como organizada e coesa. Outra expressão do texto que enfatiza essa idéia é “o plenário era uma tenda improvisada ao pé de um morro” (Parágrafo 2). Considerando o sentido do verbo improvisar segundo o Dicionário Aurélio, que é “(...) fazer, arranjar, inventar ou preparar às pressas de repente” (1975, p. 749), percebe-se que essa *figura* demonstra as intenções do enunciador em orientar o enunciatário para a construção negativa da imagem dos estudantes, já que quem faz algo de improviso é desorganizado, especialmente em se tratando de um congresso. Ressalte-se que o enunciador não demonstra na superfície do discurso a que organização se

¹⁴ Apesar de aparecerem no nível fundamental como *categorias semânticas de base*, os termos liberdade e opressão aparecem como *temas*, no nível, discursivo por serem essenciais para a construção de sentidos nos textos.

refere. Na verdade, a desorganização que a polícia quer punir é a desorganização ideológica e não a espacial ou física. Os estudantes estavam em desacordo com a ordem ideológica vigente. Eram as idéias que deveriam ser ordenadas.

O tema desorganização concretiza-se, ainda, nas seguintes expressões, extraídas da mesma notícia (cf. anexo A):

O plenário era também o principal dormitório. Ali dormiam quase 500 estudantes amontoados nos degraus, a maioria só com um cobertor, reclamando do chão duro e frio e do vento que não parava. (...); na casa, a quase 500 metros do plenário, mais de 200 estudantes dormiam lado a lado, com espaço insuficiente para esticar as pernas (...) (Parágrafos 4 e 5).

Havia comida para todos sempre quente. Mas era quase intragável. O almoço de sexta-feira foi um prato de feijão e uma batata para cada um. O feijão e a batata estavam mal cozidos, mas pouca gente se importou com isso, pois a fome era grande (...) (Parágrafo 8).

Observa-se que a figura “amontoados” ressalta o sentido de desorganização e de bagunça que o discurso atribui à *figura* do estudante, pois a acepção desse termo, no Dicionário Aurélio, é: “1. Posto em montão, acumulado. 2. ajuntado confusamente; empilhado sem ordem” (1975, p. 87). Vê-se que tais termos apresentam o sujeito estudante como sendo coisas, já que o que se amontoam são coisas. Pode-se dizer que esse sujeito é apresentado como uma não-pessoa.

As outras matérias que compõem a narrativa justificam o que se diz sobre a concretização dos temas *liberdade, desorganização e desordem*, por meio da figura dos estudantes. Na matéria intitulada Congresso fora iniciado na 2.a-feira (cf. anexo C), a expressão “(...) A falta de víveres agravou-se a partir de 4.a-feira, quando o número de delegados estudantis já passava de 500 (...)” (Parágrafo 1) enfatiza o sentido de que os estudantes eram desorganizados e, em face disso, não planejaram o Congresso. A mesma idéia também aparece concretizada no enunciado “Uma casa de alvenaria recém-construída, uma barraca-hospital e um barracão de lona de 20 por 20 – é o local do congresso (...)” (Parágrafo 4). Ao especificar a área do barracão de lona, o enunciador faz uma escolha intencional, já que poderia mencionar, apenas, que “um barracão de lona era o local do congresso”, não havendo a necessidade de destacar a área.

No enunciado “(...) A chuva de sexta-feira tornou o local um grande lodaçal”, nota-se que não havia necessidade de se utilizar a expressão “grande lodaçal” (Parágrafo 4), pois, além de referir-se, denotativamente, a “lugar em que existe lodo”, em sentido figurado essa expressão pode levar o leitor à construção de sentidos pejorativos em relação ao local da realização do

Congresso. De acordo com o Dicionário Aurélio, o termo lodaçal pode significar, também, “(...) vida desregrada, de devassidão ou um lugar aviltante e imoral” (1975, p. 849). O enunciador poderia ter optado pelo termo “lamaçal” em lugar de “lodaçal”. Se assim o fizesse, geraria um sentido menos pejorativo em relação ao local.

Na mesma matéria (cf. anexo C), percebe-se, nas expressões: “(...) A poucos metros uma pocilga e outras instalações do sítio; Em tudo havia lama” (Parágrafo 4) e “O desconforto havia sido quase total para os participantes: falta de sanitários, de camas, de colchões, de alimentos etc. (...)” (Parágrafo 7) a recorrência de *figuras* que denotam um sentido pejorativo ao tema *liberdade*, dotado de valores negativos nessa narrativa, relacionados à desorganização, à desordem e à bagunça. A utilização de *figuras* como *pocilga*, *lama*, *desconforto*, *falta de sanitários*, *de colchões*, *de alimentos* demonstra a intenção de caracterizar pejorativamente os estudantes e o movimento estudantil. Esse aspecto enfatiza-se em outros trechos do texto que se destacam a seguir:

(...) Jovens de 19, 20 ou 20 e poucos anos viajaram de pontos longínquos do país, com pouco dinheiro, riscos e dificuldades de comunicações. O suprimento da alimentação foi um dos pontos mais negativos da organização do congresso. A direção não conseguiu a quantidade prevista no tempo exigido (Parágrafos 10 e 11).

‘Este congresso foi o mais duro de todos os quatro de que participei’, disse o universitário barbudo, experiente da delegação carioca (...) (Parágrafo 16).

Ao mencionar que “corriam riscos”, que tinham “dificuldade de comunicação”, que “o suprimento da alimentação foi um dos pontos mais negativos da organização”, ou, numa demonstração ainda mais nítida de uma orientação ideológica, mencionar a expressão “universitário barbudo”, o enunciador deixa clara sua posição em relação aos acontecimentos, tendo em vista que, naquele momento, a expressão “barbudo” era utilizada para reconhecer os comunistas ou simpatizantes do comunismo. Dessa forma, o enunciador objetivou mostrar ao leitor que eram comunistas, já que poderia ter mencionado somente “universitário”. O adjetivo barbudo não era necessário, sendo utilizado, portanto, como opção do enunciador.

Outros textos que compõem a narrativa seguem a mesma linha discursiva e orientam para a mesma construção de sentidos. A matéria intitulada Os estudantes não estavam prevenidos (cf. anexo D) demonstra os mesmos revestimentos *figurativos* e reafirma a intenção do enunciador de caracterizar negativamente os estudantes, como demonstram os trechos seguintes:

A desorganização e os duros obstáculos decorrentes da escolha do próprio local comprometeram irremediavelmente todo o esquema de segurança do congresso da ex-UNE (...) (Parágrafo 1).

As dúvidas eram gerais. Mas até quinta-feira, nada mais sério denunciou que se tratava de um congresso estudantil (Parágrafo 4).

(...) Fugiam à aproximação de qualquer estranho (Parágrafo 7).

Além das matérias já mencionadas, uma outra, intitulada *A pacata Ibiúna perde sua paz* (cf. anexo E), demonstra, novamente, a caracterização negativa dos estudantes, pois esse título remete à construção de um sentido de que foram eles que acabaram com a paz existente na cidade e que provocaram toda aquela movimentação de policiais, conforme se observa no trecho seguinte:

Um lavrador, Benedito Soares, dizia aos seus companheiros: ‘agora eles têm que por para fora da boca o que intentavam fazer no sertão’. ‘Talvez seja um comunismo que eles querem trazer para o interior’, dizia outro; enquanto um terceiro chegava a esta conclusão: ‘não acredito que esses moços e essas moças sejam estudantes’ (Parágrafos 7 e 8).

Por outro lado, os temas *organização, opressão, ordem e paz* são revestidos pela *figura* da polícia, mostrada como um sujeito organizado que seguiu os métodos corretos para restabelecer a ordem social na cidade de Ibiúna. Nos trechos abaixo, extraídos do texto *O Congresso*, antes da polícia (cf. anexo A), nota-se a presença de *figuras* que sustentam essa afirmação: “Quando os primeiros tiros da polícia foram disparados para o ar, veio o pânico e a correria. (...) Em 30 segundos, o acampamento estava cercado pelos soldados, dando tiros para o ar e mandando colocar as mãos para o alto (...)” (Parágrafos 27 e 28).

Em outra matéria, *Polícia armou esquema na 6.a-feira* (cf. anexo B), há outros *revestimentos figurativos* que demonstram a intenção do enunciador em enaltecer a ação da polícia, como nos seguintes trechos: “(...) pelo seu esquema montado desde sexta-feira (...)” (Parágrafo 1); “(...) E a prisão, então, foi mais fácil ainda (...)” (Parágrafo 2); e “O esquema policial montado para repressão ao congresso da extinta UNE, começou com a denúncia de um pedreiro, na quinta-feira (...)” (Parágrafo 5).

Nos parágrafos 6, 7 e 8 do texto Polícia armou esquema na 6.a-feira (cf. anexo B), ao descrever o sistema montado para a repressão ao Congresso, o enunciador utiliza-se das *figuras*: *informes*, *missão* e *execução* que salientam o sentido de que a polícia era organizada e competente. Além disso, o fato de destacar o horário em subtítulo, no décimo parágrafo, demonstra que os policiais eram metódicos, ao contrário dos estudantes, novamente apresentados como desorganizados. Na mesma matéria, no trecho, “Aprisionados às 7 e 30, ao fim de uma operação policial que envolveu 170 elementos da Força Pública e 30 do DOPS, os estudantes foram transportados em ônibus, caminhões e peruas Kombi para São Paulo, aonde chegaram por volta das 17 e 30 (...)” (Parágrafo 12), o enunciador enfoca o empenho da polícia em restabelecer a ordem social, pois a expressão “operação policial” *figurativiza* a ordem, considerando que o termo operação, segundo o Dicionário Aurélio, possui o sentido de “(...) execução de medidas consideradas necessárias à consecução de um objetivo financeiro, político, militar etc. (ano, p. 1000).

Na matéria Polícia achou fácil demais (cf. anexo H), aparecem outras *figuras* que contribuem para que o leitor enxergue a polícia como um sujeito organizado e competente. O título já remete a essa interpretação. A expressão “achou fácil demais” concretiza o tema organização, levando o leitor a *crer* que a polícia se preparou tão bem que achou fácil o trabalho executado. As opções do enunciador demonstram o trabalho árduo da polícia para chegar minuciosamente ao local do Congresso sem chamar a atenção dos participantes, como se percebe no recorte: “Mas para chegar até lá onde estavam os universitários, foi um drama cheio de sustos, nervosismo, disparos inúteis, escorregões, correrias, quedas, blasfêmias (...)” (Parágrafo 2). A presença da conjunção adversativa “mas” orienta para a construção do sentido de que os policiais enfrentaram vários problemas, que mais à frente são descritos por meio das *figuras* “(...) um drama cheio de sustos, nervosismo, disparos inúteis, escorregões, correrias, quedas, blasfêmias”.

Em outro trecho da mesma matéria (cf. anexo H), percebe-se a figurativização do tema paz, também relacionado ao sujeito polícia. Quando lemos o enunciado:

Enquanto são revistados, os moços ficam mudos. Ao ser apalpado na cintura, o mais alto se esquivava e leva uma coronhada. O soldado, vendo o repórter, explica: ‘ele quis me matar. Tem uma arma carregada. E olhe aqui, é uma lugger, calibre 7mm’. Mas os dois outros que estavam desarmados também levam igual pancada. Foi a única violência em toda a operação (Parágrafo 8).

Percebe-se que o objetivo do enunciador é destacar o fato de que a polícia não se utiliza de violência, que a prioridade era o restabelecimento da paz. Ao mencionar que o soldado deu uma coronhada no estudante que tinha uma “arma carregada” e fez a mesma coisa com outros dois que estavam desarmados, não havia necessidade de mencionar que foi “(...) a única violência em toda a operação”. Essa opção revela a intenção em resguardar a imagem da polícia perante a sociedade.

N’outras expressões nota-se o interesse em demonstrar o quanto foi árduo o trabalho da polícia, *figurativizando*, por recorrência, o tema da competência. Considerando que a matéria (cf. anexo H) é dividida em subtítulos, observa-se que a escolha deles salienta o trabalho penoso executado pelos organismos policiais, comparado a uma missão. Ao mencionar o termo “descida” para designar um trecho do caminho a ser percorrido, o enunciador chama atenção para as dificuldades enfrentadas pelos soldados, como se nota no trecho: “Em grupos de 10 ou mais, os soldados começam a descer a ladeira escorregadia. Há desequilíbrios ridículos e repentinos (...)” (Parágrafo 9). Pela presença dos adjetivos escorregadia, ridículos e repentinos, denota-se uma intenção em demonstrar que a polícia encontrou muitas dificuldades, mas conseguiu cumprir suas tarefas por ser organizada e competente. Logo a seguir, descreve-se a “subida”, em outro subtítulo, e, novamente, utilizam-se adjetivos que qualificam positivamente a polícia, conforme se lê no trecho: “Depois de uma longa subida. Os escorregões são mais violentos e irritantes (...)” (Parágrafo 13); ou ainda, neste outro: “(...) e a subida aumenta e cansa mais. Já quase 5 quilômetros de caminhada extenuante. As árvores maiores adensam a mata, cortada por uma picada precária” (Parágrafo 16). De modo recorrente, o enunciador opta pela utilização de adjetivos que demonstram o quanto foi trabalhosa a tarefa desempenhada pelos policiais.

Outro aspecto que ressalta a intenção do enunciador em demonstrar a eficiência da polícia revela-se na escolha do último subtítulo – Fácil, fácil. Depois de relatar todas as dificuldades enfrentadas pelos soldados, no final da matéria o enunciador destaca que a tarefa foi fácil. Dessa forma, todas as notícias que compõem a narrativa ressaltam a desorganização e a incompetência dos estudantes para enaltecer a ação da polícia, apresentada como organizada e competente para a ação, apesar de pontuada por dificuldades, todas vencidas pela força organizativa do aparato policial.

Do mesmo modo, nas narrativas de 1984, as orientações ideológicas determinadas pelo momento histórico dão origem a outras formações discursivas que orientam as opções do

enunciador. Ao concretizar os valores, o enunciador escolhe temas e *figuras* que revelam uma visão de mundo diferente daquela que se verificou durante a ditadura militar. Nas notícias que compõem a narrativa sobre o Comício da Sé, os temas são revestidos *figurativamente*, de modo que demonstrem os valores defendidos pelo enunciador naquele momento. A *figurativização* revela uma euforização do tema *liberdade*, concretizado pela *figura* de S₁, a sociedade, um sujeito batalhador, que luta pelo direito de escolher seus governantes e de se expressar livremente; e uma disforização, pressuposta, do tema *opressão*, concretizado pela figura de S₂, o governo militar, que aparece, implicitamente, nos textos. Trata-se de um sujeito que oprime toda a sociedade e é responsável pela situação ruim por que passa o País.

A euforização do tema *liberdade* é observada a partir do título escolhido para a matéria de capa, O grande comício (cf. anexo I). Ao qualificar o Comício como “o grande”, o enunciador euforiza a liberdade, já que aquele adjetivo agrega valor positivo. Outros trechos das notícias também *figurativizam* euforicamente o tema *liberdade*:

Três horas de delírio coletivo, de 250 mil pessoas, fizeram os políticos vibrarem e muita gente chorar de emoção. (...) O locutor esportivo Osmar Santos que comandou a festa. (...) Sete minutos depois ele começou, demonstrando que vinha com toda a disposição de manter o povo animado e participante: ‘quando é que o meu povo quer eleições diretas?’ Para o povo responder em coro: ‘já’ (Parágrafos 1 e 2).

Volta Osmar Santos e sacode o público: ‘Vamos lá gente: 1, 2, 3, 4, 5 mil, queremos eleger o presidente do Brasil’ (...) (Parágrafo 4).

‘Mais de 200 mil pessoas já estão aqui nesta praça’ (Parágrafo 9).

(...) E, todos juntos, cantaram, mãos dadas e estendidas para o alto (Parágrafo 26).

Além dos parágrafos mencionados, em toda a narrativa percebe-se a presença de *figuras* que concretizam o tema liberdade: “delírio coletivo”, “250 mil pessoas”, “chorar de emoção”, “povo animado participante”, “eleições diretas”, “cantaram”, “mãos dadas”, “festa”, “queremos eleger o presidente do Brasil”, “direito do voto direto”, “alegria”, “democracia”, “soberania”, “discurso”, “vaia e aplausos”, “multidão reunida”, “atmosfera de feira livre”, “festa do povão”, “batucada infernal”, “praça lotada” e “enterravam-se as indiretas”. A recorrência dessas expressões demonstra a opção do enunciador em euforizar a liberdade e os valores dela decorrentes.

Na notícia intitulada Sé: discursos, chuva e música (cf. anexo J), a figurativização do tema *liberdade* se dá da mesma forma que na notícia anterior. A concretização da *liberdade* ocorre pela presença das figuras: “multidão”, “discursos”, “músicas”, “130 milhões de brasileiros”, “eleições diretas”, “comício”, “vaías”, “enterro simbólico das eleições indiretas”, “empolgação”, “São Paulo Livre”, “nação livre”, “a Bastilha caiu hoje”, “povo”, “voto direto”, “soberania nacional”, “aplausos”, “manifestação” e “alma”. Por outro lado, o tema pressuposto *opressão* é caracterizado pelas *figuras*: “eleições indiretas”, “desgoverno”, “cárcere”, “carcereiros”, “fascismo”, “Ditadura”, “cercear” e “tutelado”. Essas *figuras* relacionam-se ao sujeito pressuposto governo militar, *figurativizando-o disforicamente*, tendo em vista a orientação ideológica do jornal naquela situação histórica.

Quanto à figurativização dos espaços, destaca-se a Praça da Sé: nesse local, S₁ manifesta seu desejo e concretiza sua luta em busca do objeto-valor “eleições diretas” e, conseqüentemente, *liberdade*.

Outros textos dessa narrativa apresentam a mesma visão de mundo, por meio dos *temas* e *figuras*. A notícia Montoro, o mais vaiado no comício (cf. anexo O) é um exemplo dessa afirmação. O adjetivo “vaiado” concretiza o *tema liberdade*, revelando que o contexto é outro, que a liberdade de expressão é fato concreto, pois, se houvesse repressão, políticos não seriam vaiados. Outro texto, cujo título é Artistas compareceram para cantar e protestar (cf. anexo L), também *figurativiza* o *tema liberdade*, como se pode perceber no recorte seguinte:

Entre os músicos, não faltavam também as estrelas e os estilos mais diversificados: Chico Buarque que falou pouco – ‘isso vai se espalhar’ – garantia e deu uma ‘canja’ cantando um trecho da música ‘Apesar de você’, feita durante a vigência do AI-5. Gilberto Gil, Alceu Valença, o MPB-4, Rosemary, Belchior, Walter Franco e até Jards Macalé – que dias atrás falou com o presidente Figueiredo depois de furar sua segurança, aqui em São Paulo – formavam um vasto leque de estilos musicais. ‘Democrática – uma grande festa democrática...’ repetia Jards Macalé (Parágrafo 7).

Esse fragmento demonstra que as idéias que circulavam naquele momento de conclusão do processo de transição da ditadura para a democracia estavam relacionadas a uma liberdade concreta. A menção à música *Apesar de você* *figurativiza* o *tema liberdade*, porque esta fora proibida e o fato de ser cantada demonstra que a liberdade de expressão era algo concreto. Além disso, tem-se a *figurativização* da *liberdade* por meio da expressão “uma grande festa democrática”. Portanto, as notícias que compõem essa narrativa apresentam um componente

temático e figurativo homogêneo. Todas revelam um componente ideológico voltado à liberdade, ao direito de interferir nas decisões políticas e sociais da sociedade brasileira.

3.6. Convergências e divergências discursivas entre os dois contextos

Analizando-se o *percurso gerativo de sentido* dos textos constituintes do *corpus* desta pesquisa, verificou-se que, em alguns aspectos, os discursos são convergentes e em outros são divergentes. São convergentes quando se trata da estrutura interna, já que apresentam a mesma oposição semântica de base – *liberdade vs. opressão*. Apesar de os termos em oposição serem os mesmos nos dois contextos em análise, os valores por eles assumidos são diferentes em cada um e, por isso, categorizam de forma diferenciada os *atores* envolvidos, revelando a presença de algumas intenções por parte do enunciador.

Os textos veiculados em 1968 agregam um valor *disfórico* à liberdade e a opressão, ao contrário, assume um valor *eufórico*. Os estudantes, associados à categoria liberdade, são apresentados como desorganizados, incompetentes, fracos, sem união e causadores da falta de paz na cidade onde se realizou o XXX Congresso da UNE. Já a polícia, associada à categoria opressão, é apresentada como organizada, competente, metódica e promotora da paz, uma vez que deveria prender, e prendeu os participantes do Congresso para restabelecer a paz social. Por outro lado, as notícias veiculadas em 1984 apresentam o termo liberdade com valor *eufórico*, enquanto a opressão assume valor *disfórico*. Essa assunção, diferenciada, de valores pelos termos liberdade e opressão, nos dois contextos, revela as operações realizadas pelo enunciador, de acordo com o sentido que quer causar no enunciatário. Essas operações revelam-se no nível intermediário do percurso gerativo – o narrativo – demonstrando o ponto de vista do narrador em relação aos fatos.

A partir desse nível, o discurso do jornal **O Estado de S. Paulo** começa a divergir de forma mais acentuada, demonstrando as influências, sobre ele exercidas, do contexto histórico e social. A primeira divergência observada relaciona-se às características dos textos num período e n'outro. Observou-se que os textos veiculados em 1968 possuem uma riqueza maior de detalhes,

em razão da natureza do fato narrado. É a observação, a espreita que fazem com que a primeira narrativa seja mais detalhada. As notícias precisavam descrever as etapas da prisão para enaltecer, valorizar a ação da polícia. Já a narrativa de 1984 foi apenas informativa, o que justifica o fato de ser composta por uma menor quantidade de notícias e, também, pelo fato de as notícias serem mais curtas.

Quanto à estrutura interna dos textos, perceberam-se mudanças em relação aos sujeitos. Os discursos produzidos em 1968 apresentam como sujeitos o governo militar, *sujeito do fazer*, que tem como *objeto-valor* a prisão dos estudantes e o restabelecimento da ordem, e os estudantes, *sujeito de estado*, que têm como *objeto-valor* a realização do Congresso da UNE e a liberdade de expressão. Por sua vez, nos discursos produzidos em 1984, tem-se como *sujeito do fazer* a sociedade, cujo *objeto-valor* é a realização de eleições diretas e a liberdade de expressão, e o governo militar é apresentado como um *sujeito de estado*, implícito, cujo *objeto-valor* é conseguir permanecer em conjunção com o poder.

A mudança de perspectiva por parte do enunciador do jornal **O Estado de S. Paulo** demonstra o grau de influência que o contexto histórico-social exerce sobre as manifestações discursivas. Essa influência se dá em face das mudanças ideológicas e de que os meios de comunicação seguem as orientações ideológicas daqueles que estão no poder. O jornalista é um sujeito, portanto, atravessado pelas formações ideológicas que circulam no contexto onde está inserido. Desse modo, é impossível a existência total de objetividade, sendo esta sempre perpassada pela subjetividade. O fato de o enunciador narrar os acontecimentos sob a perspectiva do governo militar na maior parte da narrativa, conforme se observou nas notícias de 1968, aspecto que se revela pelo fato de que esse *ator* foi colocado como sujeito do fazer e não como sujeito de estado na maioria das notícias, demonstra que o jornal seguia as orientações ideológicas do regime militar e não dos movimentos de esquerda, liderados e acompanhados pelos estudantes. A utilização dessa estratégia pode estar relacionada à censura e à repressão que predominavam naquele período. Como não se podia falar abertamente, nem contrariar as idéias dominantes, já que isso era considerado subversão, **O Estado de S. Paulo** optou pelo alinhamento ideológico, apesar de, em alguns momentos, ter feito oposição ao regime militar. Desse modo, pode-se afirmar que o enunciador posiciona-se em relação aos fatos. As notícias veiculadas em 1984 comprovam essa afirmação, pois como o governo militar começava a entrar em estado de disjunção com o poder, este não foi instaurado como *sujeito de fazer*, mas sim como

sujeito de estado. O *sujeito do fazer* agora é outro; trata-se da sociedade, um sujeito coletivo, e é do ponto de vista desse outro sujeito que o jornal narra os fatos.

Associada à categoria *liberdade*, a sociedade (S1) é apresentada como um sujeito que batalha de forma justa e legal por seus objetivos, sendo, portanto, um sujeito competente para conseguir o que deseja – eleições diretas para presidente e ser livre para fazer suas escolhas. Já S2, o sujeito pressuposto governo militar, é associado à categoria *opressão*, responsável pelo sofrimento por que passa S1 e, por isso, está pressuposta a idéia de que deve ser *expoliado* do poder.

Todas as notícias que compõem a narrativa de 1984 são apresentadas do ponto de vista de S1, posto como *sujeito do fazer* que busca transformar o *estado* de S2, fazendo-o passar ao estado de disjunção com o *objeto-valor*. Ao apresentar S1 como *sujeito do fazer*, revela-se a intenção de narrar os fatos a partir do ponto de vista de S1. Desse modo, ao contrário do que se apresenta nas narrativas de 1968, o governo militar é o anti-sujeito pressuposto que impede S1 de atingir seus objetivos. Essa perspectiva escolhida pelo enunciador é ressaltada especialmente no nível discursivo, em que se situa o sujeito da enunciação.

Nos textos situados no período de 1968, o enunciador utiliza, além da *debreagem* enunciativa, que remete ao efeito de objetividade, uma *debreagem* interna enunciativa, que se materializa pela presença de outras instâncias que fazem uso da palavra. Ao valer-se dessa estratégia, o jornal adquire maior credibilidade por parte do leitor, pois atribui veracidade aos fatos. Porém, as marcas da enunciação, presentes no enunciado, deixaram transparecer determinadas escolhas feitas pelo enunciador que demonstram um ponto de vista em relação aos fatos marcados, especialmente pela instalação de outros locutores no enunciado. **O Estado de S. Paulo** demonstrou, ao utilizar esse recurso, sua parcialidade. O locutor mais presente nos enunciados é a polícia, pela voz do coronel Barsotti. Toda a narrativa é feita a partir do ponto de vista desse locutor. Por outro lado, numa tentativa de parecer imparcial, o jornal instala os estudantes como locutores, entretanto, as falas dos estudantes, que foram selecionadas, acabam caracterizando-os negativamente. Foram escolhidas falas em que os próprios estudantes admitem o fracasso do XXX Congresso e admitem, ainda, que são desorganizados. Em nenhum momento, o jornal mencionou discursos otimistas por parte dos estudantes como, por exemplo, dizer que o fato de terem vindo de todos os “cantos” do País, com pouco dinheiro, seria uma demonstração de força e não de desorganização e de ingenuidade, como ficou caracterizado. Além disso, os

revestimentos figurativos escolhidos denotam a parcialidade em relação aos fatos, já que os estudantes figurativizaram os temas *desorganização*, *desordem*, *bagunça* e *incompetência*, enquanto a polícia figurativizou os temas *paz*, *organização*, *ordem* e *competência*.

Nos textos que circularam durante o final do processo de abertura democrática, percebeu-se que as notícias também apresentam uma debreagem enunciativa e uma debreagem interna enunciativa, demonstrada pela delegação de voz a outros locutores. Porém, essas estratégias são utilizadas com objetivos antagônicos àqueles pretendidos em 1968 pelo enunciador. Ao delegar voz a outras instâncias, o enunciador revelou seu posicionamento em favor da sociedade e contrário ao governo militar. O fato de dar voz apenas à sociedade e não ao governo demonstra que o enunciador, em um novo momento histórico, compartilha dos mesmos valores defendidos pelo sujeito sociedade, não compartilhando os valores defendidos pelo governo militar. Além disso, ao *figurativizar* os temas, o enunciador ratifica a parcialidade, já que a sociedade *figurativiza* a *liberdade*, valor positivo naquele momento, enquanto o sujeito pressuposto, governo militar, *figurativiza* a *opressão*, valor *disfórico* que deve deixar de existir, conforme o sentido gerado nas notícias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um trabalho de pesquisa implica a exposição de posicionamentos, uma tarefa difícil considerando que nada, em se tratando de saber e de idéias, pode ser fechado, finalizado ou concluído totalmente. O saber é uma construção e a interpretação é um caminho repleto de direções a serem seguidas. Neste trabalho, tomou-se uma dessas direções, chegando-se a um ponto de vista dentre tantos que podem existir acerca do assunto tratado – a construção da imagem do estudante e do governo militar no discurso do jornal **O Estado de S. Paulo**. Portanto, fez-se uma das leituras possíveis sobre os textos analisados.

Todo discurso segue uma ordem estabelecida pela situação em que está inserido. Ele segue as linhas filosóficas e ideológicas do momento. Desse modo, as estratégias discursivas modificam-se de acordo com as transformações históricas e ideológicas. Em se tratando do discurso midiático, essa transformação é mais perceptível. Por ser uma prática social e estar relacionada a outras práticas sociais, pode-se dizer que a mídia é como areia movediça: nunca se consegue saber exatamente como suas estratégias discursivas são balizadas, isto é, não se sabe, apenas se imagina, o que sustenta suas ações.

A lógica comercial, política e cultural são os três pilares que sustentam a mídia, sendo que as duas primeiras sobrepõem-se à terceira. Ao referir-se especificamente ao discurso jornalístico, pode-se dizer que a política é sua principal sustentação, pois é a relação com a política que delineia suas estratégias comerciais. É nesse entremeio, do político e do comercial, que se instala a problemática da relação com a opinião pública. A mídia influencia ou não influencia a opinião pública? O foco deste trabalho situou-se nesse ponto. Objetivou-se, por meio de análises de discursos jornalísticos produzidos em períodos distintos, demonstrar quais as estratégias que orientam esse discursos e quais interesses defende. Demonstrou-se como, por meio de uma aparente objetividade, o jornal organiza seu discurso, veiculando sua visão de mundo, bem como a visão de mundo daqueles grupos que o mantêm de tal forma que se convença a opinião pública, seu destinatário.

A escolha de um *corpus* formado por textos midiáticos baseou-se no fato de que estes se utilizam um discurso em cujas malhas a maioria da população está envolvida. O jornalismo forma a opinião pública, constrói representações e imagens que passam a integrar o cotidiano das

peessoas. Assim, buscou-se nesta pesquisa demonstrar os mecanismos de construção dessas representações e imagens. Como qualquer outro, o discurso jornalístico possui suas regras e suas coerções. Barbosa (2003, p. 11) menciona que:

A escrita midiática também impõe à pesquisa do jornalista um encerramento em forma de texto. Por exemplo, as chamadas que aparecem nas primeiras páginas dos jornais e nas capas das revistas precisam ser retomadas, desenvolvidas e encerradas no interior dos cadernos e das seções. Essa prática se justifica pela necessidade de causar ao leitor a impressão de que recebeu a informação completa dos fatos. Além dessa imposição, o jornalista deve operar com as restrições impostas pelas normas de editoração e pelos gêneros discursivos da prática midiática, as quais incidem sobre o conteúdo temático - *o que dizer* - e sobre a organização textual - *como dizer*.

Desse modo, ao noticiar, o jornalismo reconstrói a realidade a partir do uso de algumas estratégias que lhe são peculiares. Ao noticiar um fato histórico, o jornal reescreve, à sua maneira, a história, haja vista que a análise de um *corpus* veiculado em períodos históricos distintos – 1968 e 1984 – revelou que as estratégias discursivas utilizadas pelo jornal mudaram de acordo com o contexto. Essa mudança ocorreu porque mudaram os valores. A ideologia predominante na sociedade mudou, já que outra classe estava chegando ao poder: o povo. Por isso, o discurso passou a ser organizado a partir de valores democráticos e não mais ditatoriais. A relação do discurso jornalístico com a política e com o poder determina as regras seguidas por sua organização discursiva. Trata-se do filtro que orienta a forma de enunciar. A existência desse filtro ficou demonstrada na forma como o jornal noticiou os dois acontecimentos – O XXX Congresso de Ibiúna e o Comício da Sé. Ao narrar o primeiro episódio, o jornal aproximou-se mais do fato narrado, posicionando-se em relação ao que estava informando e deixando transparecer certo interesse em construir uma imagem positiva do governo militar e uma imagem negativa dos estudantes. Já em relação ao segundo episódio, percebe-se um distanciamento do jornal em relação aos fatos narrados. Não houve o mesmo interesse, por parte do jornal, em envolver-se, posicionar-se, como ocorreu em 1968.

O posicionamento demonstrado no discurso de **O Estado de S. Paulo** refletiu-se no tratamento dado aos *atores* envolvidos, em razão das opções feitas pelo enunciador. Sabe-se que é preciso considerar a influência da censura sobre os meios de comunicação. O período histórico em que se situam os discursos analisados é dos mais complexos da história do Brasil. Trata-se de um momento de grandes tensões, que foram refletidas nos discursos produzidos. Durante a primeira fase do regime militar (1964-1974), em virtude da censura, os textos jornalísticos eram

monitorados pelos órgãos de vigilância, fator que preponderava sobre as opções discursivas. Entretanto, isso não justifica o posicionamento do jornal em relação ao governo militar. Em 1968, o jornal **O Estado de S. Paulo** poderia, apenas, ter noticiado a prisão dos estudantes sem enaltecer a ação da polícia como fez em 1984, em relação à sociedade, quando o jornal somente noticiou o Comício da Sé, sem posicionar-se, sem enaltecer a ação do sujeito sociedade. Esta foi uma questão levantada por esta pesquisa: provar, por meio das estratégias discursivas, que o jornal em questão posicionou-se em relação aos fatos narrados, sendo subjetivo, já que se empenhou em construir imagens diferentes dos dois atores envolvidos.

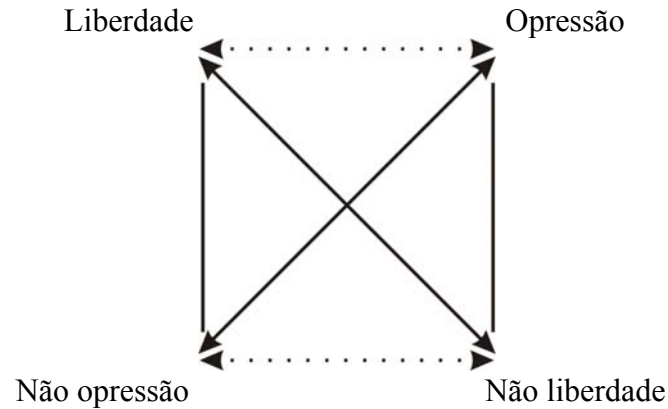
A opção pela teoria semiótica foi salutar para que se pudessem desvendar as estratégias discursivas que possibilitaram o posicionamento do jornal. Ao analisarem-se as estruturas interna e externa das notícias, foi possível detectar quais estratégias o enunciador usou na construção de um discurso que representa uma realidade e faz o enunciador crer nessa representação. Sendo assim, ao conceber o texto sob duas vertentes – como objeto de significação e como objeto de comunicação –, a Semiótica forneceu um aparato teórico-metodológico para que fosse possível examinar os procedimentos internos e, ao mesmo tempo, os mecanismos enunciativos. Nessa perspectiva, foi possível *discretizar* os sentidos que estavam nas entrelinhas do discurso de **O Estado de S. Paulo**. Por meio da análise dos níveis de leitura, construiu-se o percurso gerativo de sentido, que evidenciou um sentido atravessado por marcas culturais, ideológicas e lingüísticas. Nas notícias analisadas, esse sentido foi sendo delineando à medida que se construía o percurso.

No nível das *estruturas fundamentais*, os textos apresentaram uma *oposição semântica de base* a partir das categorias *liberdade e opressão*. Em todos os textos analisados, tanto em 1968 quanto em 1984, percebeu-se que a *oposição semântica de base* é a mesma. Entretanto, os valores assumidos pelos termos em oposição são diferentes num contexto e n'outro, o que evidencia a mudança de estratégias discursivas de um contexto sócio-histórico para outro. Observou-se que nas notícias veiculadas durante a ditadura militar o termo opressão apresenta um valor *eufórico*, enquanto nas notícias veiculadas durante o final do processo de abertura democrática o mesmo termo assume valor *disfórico*. Essa mudança na assunção de valores ocorre porque, como a projeção das *categorias fônicas* se dá de acordo com o ponto de vista de um sujeito, o discurso é organizado em conformidade, alinhado com a visão de mundo de uma classe que está no poder. Embora a democracia ainda não houvesse sido concretizada em 1984, havia a certeza de que ela se concretizaria em breve. Sendo assim, o discurso já estava disseminando os

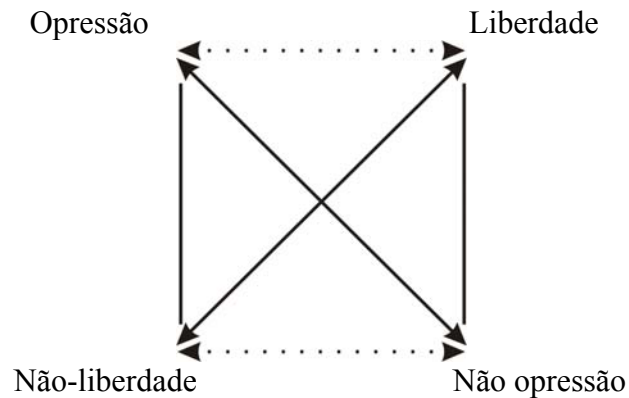
valores defendidos pela sociedade e, de forma alguma, apresentaria, ao narrar um fato como o Comício da Sé, o termo *opressão* com valor *eufórico*, assim como não se utilizaria do termo *liberdade* com valor *disfórico*.

Percebeu-se que o jornal **O Estado de S. Paulo** associou os estudantes ao valor *liberdade*, que agregava um sentido *disfórico* em 1968, apresentando-os também como *desorganizados, fracos e sem união*, para construir uma imagem negativa perante a opinião. Ao representá-los de forma negativa, pejorativa, o jornal poderia, por oposição, construir uma imagem positiva do governo militar, associado à *opressão*, termo apresentado como valor *eufórico*. Concluiu-se que a *liberdade* foi *disforizada* em 1968 não apenas por estar relacionada à desorganização, à falta de critério e de método por parte dos estudantes na organização do XXX Congresso da UNE, mas, especialmente, por relacionar-se ao fato de que os estudantes possuíam um pensamento diferente dos governantes. Por outro lado, a *opressão é euforizada* não somente por relacionar-se à organização do espaço físico, ao fato de que a polícia apareceu rapidamente e, com poucos disparos, efetuou a prisão de 720 estudantes, mostrando-se organizada e coesa, mas, sobretudo, por estar relacionada à organização das idéias, ao alinhamento de pensamento, característica essencial de uma sociedade dominada por idéias positivistas. Portanto, num contexto social regido por sistemas repressivos, pensar diferente e considerar-se livre será sempre uma atitude considerada *disfórica e subversiva*.

Os valores assumidos pelos termos *liberdade e opressão* nos dois períodos históricos denotam a presença de um sujeito-enunciador que, embora não demonstre explicitamente, assume um ponto de vista ao narrar os fatos. Durante a ditadura militar, esse sujeito opta por narrar os fatos a partir do ponto de vista da polícia, representante do governo militar. Por outro lado, durante a abertura democrática, opta por apresentar os fatos a partir do ponto de vista da sociedade. Nesse sentido, as categorias *liberdade vs. opressão* estabeleceram outras relações no nível narrativo, como demonstram os quadrados semióticos que apresentam as relações imanentes a todas as notícias que compõem as duas narrativas. Na narrativa de 1968, tem-se o seguinte quadrado semiótico:



Em 1984, a narrativa apresenta outras relações, demonstradas pelo quadrado seguinte:



Os dois quadrados refletem as mudanças nas estratégias discursivas utilizadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo**. O primeiro quadrado apresenta um sujeito que inicialmente está livre, pois os estudantes realizavam o Congresso, passando a não estar livre no momento em que alguns tentam fugir e começam a ser perseguidos pela polícia e, por fim, são presos, passando ao estado de opressão. Já o segundo quadrado demonstra um sujeito que inicialmente está oprimido, já que a sociedade não tinha o direito de se expressar desde a instauração do regime militar, que a espoliou da liberdade. Esse sujeito passa a não-estar oprimido, estando livre para se expressar, quando consegue apoio para a organização do Comício da Sé e, por fim, ao realizar o Comício, considera-se livre.

As diferenças demonstradas pelos dois quadrados, no *nível fundamental*, apresentam-se também no *nível narrativo*, quando são instaurados os *sujeitos* e os *objetos*. Na narrativa de 1968, a polícia é apresentada como sujeito de fazer, o que demonstrou o interesse do jornal em narrar os fatos a partir da perspectiva desse sujeito. Já os estudantes são apresentados como sujeitos de estado e, portanto, manipulados pela polícia. Constatou-se que a narrativa parte da perspectiva de um estudante sempre manipulado e de uma polícia que sempre manipula, juntamente com o governo militar. Essa perspectiva está presente em todas as notícias que compõem a narrativa de cobertura do evento. Todavia, nas notícias veiculadas em 1984, a posição dos sujeitos altera-se. Como o governo militar, naquele momento, entrava em estado de disjunção com o poder, ele não foi instaurado como *sujeito de fazer*, mas sim como *sujeito de estado*. O *sujeito do fazer* nas narrativas de 1984 é outro: trata-se da sociedade, um sujeito coletivo, e é do ponto de vista desse sujeito que o jornal narra os fatos.

O enunciador mudou seu ponto de vista tão logo mudou o panorama social e histórico. Durante o regime militar, posicionou-se contrário ao movimento estudantil, como demonstraram as estratégias discursivas. Durante a abertura democrática, o mesmo enunciador demonstrou estar ao lado daqueles que tentavam derrubar o regime militar. Esse aspecto revela a inconstância desse discurso e, portanto, sua subjetividade, marcada por interesses outros e não somente pelo interesse em noticiar, em reportar fatos. Essa subjetividade demonstrou-se, sobretudo, na construção da imagem dos *atores* envolvidos – o governo militar e os estudantes. Nas notícias veiculadas em 1968, o governo militar foi caracterizado de forma positiva, enquanto os estudantes foram caracterizados de forma negativa. Em 1984, a estratégia utilizada foi mencionar o governo militar de forma pressuposta, o que não traz tanta responsabilidade sobre o que se diz, e quanto aos estudantes, a estratégia foi não os mencionar. Nesse outro momento, o jornal não precisava dessa figura para contrapor-se à do governo militar, pois a sociedade representava esse papel.

Ao considerar esses aspectos, afirma-se que a leitura que se realiza sobre um fato é sempre passível de manipulação. Toda ação humana envolve uma manipulação do ponto de vista semiótico. Todo destinador tem a possibilidade de *modalizar* seu destinatário, de fazê-lo *crer* em seus valores. É dessa maneira que o discurso *manipula*, independente de sua modalidade. Na narrativa de 1984, percebe-se o apagamento da *figura* do estudante. Esse apagamento faz com que se conclua que o texto de 1968 os apresentou porque objetivava figurativizá-los de modo

pejorativo. O interesse dos editores, naquele momento, era enaltecer o governo militar e para isso era preciso contrapor-se ao estudante, transformando-o numa *figura* negativa. O fato de, em 1984, no fim da ditadura militar, o mesmo **O Estado de S. Paulo** não os mencionar demonstra que, naquele momento, não era interessante enaltecer o regime militar. Assim, o jornal começa a demonstrar mudanças em seu discurso, pois começa a seguir outras orientações ideológicas e sociais. Além disso, num momento de abertura democrática, não é politicamente correto criticar movimentos sociais que lutam contra um regime ditatorial. Para os editores foi melhor apagá-los do discurso. Essa não-presença faz com que o estudante, por exemplo, deixe de ser sujeito; ele deixa de existir em um determinado momento histórico, passando, assim, a ser uma não-pessoa.

Como o dizer tem relação direta com o não-dizer, percebe-se que as notícias veiculadas em 1984 ratificam a afirmação de que, nas notícias veiculadas em 1968, o enunciador teve a intenção de mostrar o estudante para, a partir de uma imagem negativa deste, construir uma imagem positiva do governo militar. Afirma-se isso considerando que no segundo momento não se mostra o estudante. Nesse sentido, o não-dito das notícias de 1984 confirma a intenção do enunciador em relação ao dito nas notícias de 1968.

Como o jornal é comprometido com os paradigmas sociais, ele altera seu discurso de acordo com a situação. Em determinados momentos mostra, noutra apaga. Pode-se afirmar que a postura ideológica do jornal é mutável, bem como os sentidos que produzem sobre um determinado referente. É possível discretizar sentidos diferentes sobre um mesmo fato, apresentado em contextos distintos. Os estudantes foram categorizados *disforicamente* em 1968 e, em 1984, o mesmo jornal, por não poder caracterizá-los negativamente e por não precisar mostrá-los para contrapor à imagem do governo militar, optou por não dizer nada sobre eles.

REFERÊNCIAS

Referências citadas

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMAR, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica do Texto**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. 3 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

_____; FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, polifonia e intertextualidade: em torno de Bakhtin**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. Trad. Izidoro Blikstein. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

_____. A mensagem fotográfica. In: ADORNO, Theodor W. *et al.* **Teoria da cultura de massa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única: obras escolhidas**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Volume 2).

BERTRAND, Denis. **Caminhos da Semiótica Literária**. Trad. Ivan Lopes et al. São Paulo: EDUSC, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O que falar quer dizer: a economia das trocas lingüísticas**. Trad. Wanda Anastácio. Portugal: Difel, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário de língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1975.

FRAUZE-PEREIRA, João. Greimas e a Fenomenologia. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei Alves de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirgas Julien Greimas**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 269.

FIORIN, José Luiz **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo, 1988.

_____. **Linguagem e ideologia**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2005a.

_____. **Elementos de análise do discurso**. 13. ed. (revista e ampliada). São Paulo: Contexto, 2005b.

_____. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2005c.

GREGOLIM, Maria do R. (Org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Clara Luz, 2003.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix;Edusp, 1966.

_____. **Da imperfeição**. Trad. Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker Ed., 2002.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo, Cultrix, sd.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. **Semiótica das Paixões**. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.

LOPES, Edward. **Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante**. São Paulo: Cultrix, 1978.

LOTMAN, I. Semiótica dos conceitos de vergonha e medo. In: LOTMAN, I. *et al.* **Ensaio de semiótica soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Mei Alves de; LANDOWSKI, Eric. **Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirgas Julien Greimas**. São Paulo: EDUC, 1995.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6 ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

ORWELL, George. **1984**. Trad. Wilson Velloso. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PATARRA, Judith Lieblich. **Iara: reportagem bibliográfica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PIETROFORTE, Antônio Vicente. **Semiótica visual: os percursos do olhar**. São Paulo: Contexto, 2004.

PLATÃO. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores).

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto** São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2002.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Clara Luz, 2005.

STEINER, George. **Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra**. Trad. Gilda Stuart e Felipe Rajabally. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Referências consultadas

ALVIM, Thereza Cesário. **O Golpe de 64: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FIORIN, José Luiz. Sendas e veredas da Semiótica narrativa e discursiva. **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v.15, p.177-207, 1999.

_____. (Org.). **Introdução à Lingüística I: Objetos Teóricos**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. (Org.) **Introdução à Lingüística II: Princípios e Análises**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 31. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

GREIMAS, Algirdas Julien. **O contrato de veridicção. Acta Semiótica et Lingüística**. São Paulo: Humanitas, 1978.

_____. **Semiótica do discurso científico. D modalidade**. Trad. Cidmar Teodoro Pais. DIFEL – Difusão Editorial S.A., Sociedade Brasileira de professores de Lingüística, 1976. XXVIII, 86p.

HÉNAULT, Anne. **História concisa da Semiótica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; BENJAMIN, Walter; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. Trad. José Lino Grünnewald *et. Al.* São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT**: comentadas para trabalhos científicos. 2. ed. Curitiba, 2003.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2004.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3 ed. (revista e ampliada). São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**: no movimento dos sentidos. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <www.estadao.com.br> Acesso em: 26 jul. 2006.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma lingüística crítica**: linguagem, identidade e a questão. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. São Paulo: Brasiliense, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VALVERDE, Monclar. **As formas do sentido**: estudos em estética da comunicação. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

ANEXOS